

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA
AMAZÔNIA – MPGAP

**SUBSÍDIO DA BORRACHA E SUA RELAÇÃO COM OS MORADORES
DA RESEX CHICO MENDES: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES
SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS**

MARIA DO SOCORRO SARAIVA DA SILVA

Manaus, Amazonas
Abril, 2013

MARIA DO SOCORRO SARAIVA DA SILVA

**SUBSÍDIO DA BORRACHA E SUA RELAÇÃO COM OS MORADORES
DA RESEX CHICO MENDES: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES
SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS**

Orientadora: Lorena San Román

Coorientador: Silvio Simione da Silva

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia como requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia.

Manaus, Amazonas
Abril, 2013

BANCA EXAMINADORA

Membros

Dr. Gil Vieira
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA

Dr. Henrique dos Santos Pereira
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA

Dr. Manoel de Jesus Vieira Lima Júnior
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA

Manaus, Amazonas
Abril, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Maria do Socorro Saraiva da
Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes:
uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais / Maria do Socorro
Saraiva da Silva. --- Manaus: [s.n.], 2013.

124 f.: il. (algumas color).

Dissertação (mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) ---
INPA, Manaus, 2013.

Orientadora: Dra. Lorena San Román

Coorientador : Dr. Silvio Simione da Silva

Área de Concentração: Conservação e Uso de Recursos Naturais.

1. Borracha – Cadeias produtivas. 2. Subsídio. 3. Desenvolvimento sustentável. 4.
Recursos naturais.

CDD 19. ed. 333.713

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial, a meu pai **Osmar** e minha mãe **Dulce**, pelo carinho, paciência e esforço dedicados em todas as etapas da minha vida e, principalmente como exemplos, para a minha formação ética e moral perante a sociedade. Aos meus irmãos, **Simone, Francisca, Jaqueline, Jardila, Pelegrino, Francisco, Lindomar** e **Raul** que sempre fizeram parte da minha vida familiar.

Ao meu namorado **Gilmar**, pelo apoio, paciência e, acima de tudo, pela compreensão pelo adiamento de nossos planos pessoais, para que meu sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por estar comigo nos momentos mais difíceis desta jornada, por ter sido o meu refúgio, fortaleza e ter me dado força para lutar durante a realização desse trabalho.

A todos moradores do Seringal Amapá e Seringal Nazaré que me receberam de braços abertos, em especial, aos senhores: **Anacleto Maciel, Silvino Maciel e João Pereira da Silva** (João do Moisés), pelo apoio logístico, durante a realização da pesquisa nos seringais.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. **Lorena San Román**, por sua orientação precisa, atenção e amizade durante as etapas desse trabalho.

A meu “co-orientador”, Prof. Dr. **Silvio Simione da Silva**, pelo incentivo e a troca de conhecimentos sobre as áreas de estudos.

A amiga, **Mágda Vanessa**, colega de pós-graduação e trabalho, pela amizade, paciência e cooperação no decorrer de todas as etapas do mestrado.

A Cooperativa de Trabalho do Acre – COOTAC pelo apoio logístico e financeiro, através do Projeto “Construção Participativa e Sustentabilidade Hídrica”, patrocinado pela Petrobrás, Programa Petrobrás Ambiental.

Às colegas de trabalho, **Lúcia Hall e Nazaré Macedo**, pelo incentivo e compreensão durante o afastamento das atividades profissionais para a realização do mestrado.

Ao amigo e mestre, **Gerliano Mouzinho Nunes**, que sempre me apoiou na realização desse sonho, pela valiosa orientação, pelas sugestões e incentivo motivacional nos momentos de desânimo durante a realização do mestrado.

À Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, na pessoa do Chefe de Divisão de Remuneração e Serviços Ambientais, **Ademir Batista de Almeida**, pelo apoio na logística na realização das atividades de campo e estruturação desse trabalho.

A SAFRA, na pessoa do secretário, **Mário Jorge da Silva Fadell**, pelo apoio logístico durante a realização das atividades de campo da pesquisa.

Aos servidores da Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF: **Vanuza, Jorge Henrique, Marineiva e Eliete** pelo apoio e presteza na disponibilização das informações necessárias à elaboração deste trabalho.

Às amigas **Irla, Marli e Socorro**, pela amizade e, pelo os momentos de compartilhamento desse meu sonho.

À coordenadora do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia – MPGAP, Dr^a Rita Mesquita pela paciência e dedicação na coordenação deste Mestrado.

Ao Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC - do Estado do Amazonas, em especial, à Márcia Lederman que prestou grande apoio na logística de estruturação do MPGAP.

A todos, muito obrigada.

Para conquistar coisas importantes, devemos não apenas agir, mas também sonhar, não apenas planejar, mas também acreditar” (Anatole France).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes. Na análise foram levados em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais para a área da Reserva Chico Mendes. A metodologia de análise do Programa de Subsídio envolveu áreas produtoras de Borracha Natural Bruta. Foram levados em conta elementos como a localização geográfica das áreas pesquisadas e, principalmente, o tipo de produtos produzidos em ambas as áreas. O trabalho foi desenvolvido de acordo com os princípios da pesquisa quantitativa e qualitativa. Foram realizadas entrevistas estruturadas, com aplicação de questionários com perguntas relevantes ao tema estudado. O resultado do presente estudo permitiu mostrar a complexa relação entre as áreas pesquisadas e o Programa de Subsídio Estadual da Borracha, no sentido de considerá-lo como um aspecto positivo ou negativo para a preservação ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes. Desse modo, concluímos que o programa de Subsídio Estadual da Borracha apresenta-se como sendo um fator essencial à complementação de renda das famílias extrativistas e, que incontestavelmente, nos últimos anos, tem contribuindo de forma significativa para a conservação ambiental na área da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Palavra Chave: 1. Cadeia Produtiva da Borracha 2. Subsídio 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Recursos Naturais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Subsidy Program State Rubber and its relationship with the residents of the Chico Mendes Extractive Reserve. The analysis took into account economic, social and environmental area of the Reserve Chico Mendes. The analysis methodology Grant Program involved producing areas Natural Rubber Gross. Were taken into account factors such as the geographical location of the areas surveyed, and especially the type of products produced in both areas. The study was conducted according to the principles of quantitative and qualitative research. Structured interviews were conducted with questionnaires with questions relevant to the theme. The result of this study allowed to show the complex relationship between the areas surveyed and Grant Program State Rubber, to consider it as a positive or negative for the environmental preservation of the Chico Mendes Extractive Reserve. Thus, we conclude that the State Grant program Rubber presents itself as an essential complement to the household income and extraction, which undoubtedly in recent years, has contributed significantly to environmental conservation in the area of Reseva Extractive Chico Mendes.

Keyword: 1. Production Chain Rubber 2. Grant 3. Sustainable Development 4. Natural Resources.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E DO OBJETO DA PESQUISA	20
1.1 BREVE ÊNFASE TEÓRICA EM TORNO DO CAMPESIONATO BRASILEIRO	20
1.1.1 FORMAÇÃO DO CAMPESIONATO AMAZÔNICO.....	22
1.2 A CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NO CONTEXTO DA ECONOMIA ACREANA.....	25
1.2.1 OS PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NO ESTADO DO ACRE.....	27
1.2.1.1 Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal – PROBOR	28
1.2.1.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha – LEI CHICO MENDES	29
1.3 HIPÓTESE	36
1.4 OBJETIVOS.....	36
1.4.1 Objetivo Geral.....	36
1.4.2 Objetivos Específicos.....	37
1.5 MATERIAL E MÉTODOS.....	37
1.5.1 Área de Estudo	37
1.6 MATERIAL E MÉTODOS.....	38
CAPÍTULO 2 – A CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NA RESEX CHICO MENDES: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS	43
2.1 NÍVEIS DE DESMATAMENTO NA RESEX CHICO MENDES.....	45
2.2 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL BRUTA NA RESEX CHICO MENDES...48	
2.2.1 Seringal Amapá.....	50
2.2.2 Seringal Nazaré	52

CAPÍTULOS 3 – DADOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA PESQUISA ..	56
3.1 ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS SERINGAIS AMAPÁ E NAZARÉ	56
3.1.1 Dados econômicos.....	56
3.1.1.1 Extrativismo.....	56
3.1.1.2 Agricultura	56
3.1.1.3 Renda bruta com atividades produtivas	58
3.1.1.4 Custo com as atividades produtivas.....	59
3.1.1.5 Outras fontes de composição da renda.....	60
3.1.1.6 Dados da produção de borracha – CVP e Látex	62
3.1.1.7 Custo com a produção da borracha – CVP e Látex	64
3.1.1.8 Opinião das famílias em relação ao preço da borracha – CVP e Látex.....	65
3.1.1.9 Subsídio da borracha – CVP e Látex	66
3.1.1.10 Participação do subsídio na renda da borracha – CVP e Látex	67
3.1.2 Dados Sociais	69
3.1.2.1 Composição familiar.....	69
3.1.2.2 Educação.....	70
3.1.2.3 Saúde.....	71
3.1.2.4 Programa social.....	71
3.1.2.5 Satisfação do produtor com o subsídio	73
3.1.2.6 Subsídio por tipo de borracha – CVP e Látex.....	74
3.1.2.7 Impactos obtidos a partir do subsídio	75
3.1.2.8 Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio	76
3.1.2.9 Vantagens e desvantagens de ser um morador da Resex.....	78
3.1.3 Dados Ambientais	79
3.1.3.1 Unidade de produção familiar – UPF	79
3.1.3.2 Instrumentos de gestão – PM e PU	81
3.1.3.3 Contribuição da borracha na conservação da floresta.....	81

3.1.3.4 Contribuição do subsídio para conservação da floresta.....	82
3.1.3.5 Criação animal	83
3.1.3.6 Ações para reduzir e aumentar o desflorestamento na Resex Chico Mendes	84
4 DISCUSSÃO.....	86
4.1 ECONÔMICO.....	86
4.2 SOCIAL.....	92
4.3 AMBIENTAL.....	96
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS.....	107
ANEXO 1: Questionário estruturado realizado nas entrevistas	108
ANEXO 2: Guia de Pagamento do Subsídio	112
ANEXO 3: Lei nº 1.277 de 13 de Janeiro de 1999.	113
ANEXO 4: Decreto nº 868 de 05 de julho de 1999.	117
ANEXO 5: Ficha de Georreferenciamento	118
ANEXO 6: Autorização SISBIO.....	119
ANEXO 7: Termo de responsabilidade do pesquisador	121
ANEXO 8: Autorização CEP.....	122
ANEXO 9: Ata da defesa	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção de Borracha Natural Bruta no Estado do Acre, em toneladas (peso seco), 1972 a 1981.	29
Tabela 2: Subsídio pago por tipo de produto no Estado do Acre	30
Tabela 3: Valores pagos com o Subsídio da Borracha – Estado do Acre (1999-2011)	35
Tabela 4: Questionários aplicados às famílias dos Seringais Amapá e Nazaré, na Resex Chico Medes, em 2012.....	38
Tabela 5: Classe de desmatamento por Seringal na Resex Chico Mendes - ACRE	47
Tabela 6: Produção e famílias envolvidas com a borracha na Resex Chico Mendes – ACRE.....	49
Tabela 7: Produção de borracha (CVP e Látex) subsidiada e comercializada nos municípios de Brasiléia e Xapuri, em 2011.	49
Tabela 8: Produção de borracha (CVP) subsidiada no Seringal Amapá no período de (2008 – 2011).....	52
Tabela 9: Produção de borracha (Látex) subsidiada no Seringal Nazaré no período de (2008 – 2011).....	54
Tabela 10: Renda média anual com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Amapá.....	58
Tabela 11: Renda média anual com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Nazaré.....	58
Tabela 12: Custo médio com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Amapá.	59
Tabela 13: Custo médio com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Nazaré.....	60
Tabela 14: Preço do Kg da borracha mais subsídio pago as famílias nos Seringais Amapá e Nazaré.....	67
Tabela 15: Hectare por colocação desmatada nos Seringais Amapá e Nazaré	80
Tabela 16: Criação animal por família nos Seringais Amapá e Nazaré	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Colocações visitadas no Seringal Amapá, na Resex Chico Mendes, 2012.	40
Quadro 2: Colocações visitadas no Seringal Nazaré, na Resex Chico Mendes, 2012.	42
Quadro 3: Preço médio atribuído a borracha – CVP.....	65

Quadro 4: Preço médio atribuído a borracha – Látex no Seringal Nazaré.....	65
Quadro 5: Notas atribuídas ao desempenho do subsídio nos Seringais Amapá e Nazaré.....	73
Quadro 6: Ações que contribuíram para reduzir e aumentar o desflorestamento na Resex Chico Mendes, segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação Esquemática da Cadeia Produtiva da Borracha no Estado do Acre .	33
Figura 2: Fluxograma do Pagamento do Subsídio Estadual da Borracha ao Seringueiro no Estado do Acre.	34
Figura 3: Morador elaborando mapa da área - Colocação Boa Vista - Seringal Amapá.	39
Figura 4: Mapa da área do Seringal Amapá - Colocação Boa Vista/Resex Chico Mendes.	39
Figura 5: Caminhão de frente que faz a linha do Ramal 59 no Seringal Amapá/Resex Chico Mendes, Brasília.	40
Figura 6: Equipe se deslocando para realizar entrevistas com moradores - Seringal Amapá.	41
Figura 7: Entrevista com moradores - Colocação São José - Seringal Amapá.	41
Figura 8: Ramal Nova Vida - Ramal de acesso ao Seringal Nazaré/Resex Chico Mendes.	42
Figura 9: Entrevista com moradores - Colocação Nova Vida - Seringal Nazaré/Resex Chico Mendes	42
Figura 10: Localização dos municípios que compõe a área da Resex Chico Mendes no Estado do Acre (Elaborado por Tayla Maia, 2012).....	45
Figura 11: Localização do Seringal Amapá - RESEX Chico Mendes, em Brasília – ACRE.	50
Figura 12: Localização do Seringal Nazaré - RESEX Chico Mendes, em Xapuri (Elaborado por Tayla Maia, 2012).	53
Figura 13: Crianças moradoras da Resex - Colocação Já com fome - Seringal Amapá.	70
Figura 14: Crianças realizando a limpeza da caça – Colocação Seringueiro - Seringal Nazaré.....	70
Figura 15: Casa típica da Resex Chico Mendes - Colocação Triunfo – Seringal Amapá.....	72
Figura 16: Casa do Programa Crédito Moradia - Colocação Centrinho - Seringal Amapá.	72
Figura 17: Casa típica da Resex- Colocação Alto Alegre - Seringal Nazaré	73

Figura 18: Casa do Crédito Moradia - Colocação Deserto II - Seringal Nazaré.....	73
Figura 19: Vantagens de ser um morador da Resex Chico Mendes, segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré.....	78
Figura 20: Desvantagens de ser um morador da Resex Chico Mendes,segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré.....	79
Figura 21: Área derrubada para agricultura - Colocação Floresta - Seringal Amapá.	80
Figura 22: Área de pasto - Colocação Acarape - Seringal Amapá.....	80
Figura 23: Conhecimento das famílias em relação aos instrumentos de gestão (PM e PU) na Resex Chico Mendes.	81
Figura 24: Criação de aves (galinha) - Colocação Floresta - Seringal Amapá.....	84
Figura 25: Criação de boi – Colocação Esperança - Seringal Nazaré.	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtos agrícolas cultivados no Seringal Amapá.....	57
Gráfico 2: Produtos agrícolas cultivados no Seringal Nazaré.....	57
Gráfico 3: Outras fontes de composição da renda no Seringal Amapá.....	61
Gráfico 4: Outras fontes de composição da renda no Seringal Nazaré.....	61
Gráfico 5: Classificação da renda pelas famílias com a comercialização do CVP no Seringal Amapá.....	63
Gráfico 6: Classificação da renda pelas famílias com a comercialização do Látex no Seringal Nazaré.....	63
Gráfico 7: Custo médio com a produção do CVP e Látex nos Seringais Amapá e Nazaré.	64
Gráfico 8: Subsídio anual e mensal por família com a borracha - CVP no Seringal Amapá...	66
Gráfico 9: Subsídio anual e mensal por família com a borracha - Látex no Seringal Nazaré..	67
Gráfico 10: Participação do subsídio na renda da borracha - CVP no Seringal Amapá	68
Gráfico 11: Participação do subsídio na renda da borracha - Látex no Seringal Nazaré	68
Gráfico 12: Contribuição do subsídio na renda (do ponto de vista das famílias) nos Seringais Amapá e Nazaré.....	69

Gráfico 13: Impactos obtidos a partir do subsídio na Resex Chico Mendes (do ponto de vista dos moradores) no Seringal Amapá.....	75
Gráfico 14: Impactos obtidos a partir do subsídio na Resex Chico Mendes (do ponto de vista dos moradores) no Seringal Nazaré.....	76
Gráfico 15: Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Amapá	77
Gráfico 16: Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Nazaré.....	77
Gráfico 17: Contribuição da borracha na conservação da floresta nos Seringais Amapá e Nazaré (do ponto de vista dos moradores)	82
Gráfico 18: Contribuição do subsídio na conservação da floresta nos Seringais Amapá e Nazaré (do ponto de vista dos moradores).	83
Gráfico 19: Alternativas para reduzir o desflorestamento na Resex Chico Mendes	85

LISTA DE SIGLAS

AMOPREAB – Associação de Moradores e Produtores Rurais de Brasília e Epitaciolândia.

BASA – Banco da Amazônia

CAAEE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

COOPERACRE – Central de Comercialização de Produtos Extrativistas do Acre

CVP – Cernambi Virgem Prensado

FDL – Folha de Defumação Líquida

GEB – Granulado Escuro Brasileiro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SEFE – Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo

SEAPROF – Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

SEMA – Secretaria de Estado e Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

NATEX – Comercial Distribuidora

SUHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura – SUDHEVEA

PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal

INTRODUÇÃO

A política de desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha, implantada pelo governo estadual, no final da década de 1999, trouxe novamente a retomada da produção de borracha nativa no Estado do Acre. A política tem como diretrizes básicas o desenvolvimento econômico sustentado, através do uso racional dos recursos naturais da floresta.

Uma das principais medidas adotadas pela nova política de desenvolvimento foi a criação da Lei nº 1.277, mais conhecida como Lei Chico Mendes. Essa lei prevê, entre outras ações, o repasse de subsídio estadual à produção de borracha natural bruta no estado do Acre. Um outro fator, a ser considerado com a implantação da Lei, foi o aumento da produção de borracha na região, bem como o aumento do número de famílias extrativistas envolvidas na produção.

Além da questão econômica, a política do subsídio também previa ações ligadas às questões sociais e ambientais na região, principalmente nas áreas consideradas de proteção ambiental, como é o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, responsável por concentrar o maior número de famílias extrativista do Estado.

Com a crise da borracha, houve um aumento das áreas desflorestadas na reserva, que passaram a ser alvo de exploração por atividades consideradas prejudiciais ao meio ambiente, como a agricultura e a pecuária. Nesse sentido, a política do subsídio aqueceu novamente o setor econômico da borracha na região, inserido as famílias em uma atividade econômica, diminuindo a pressão pelo desmatamento na unidade de proteção ambiental.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar a relação do seringueiro com o Programa de Subsídio Estadual da Borracha, considerando, principalmente os aspectos econômicos e socioambientais para Reserva Extrativista Chico Mendes. A pesquisa também pretende contribuir para o conhecimento científico, subsidiando novas políticas de desenvolvimento, que garantam não só a promoção das famílias dessas áreas, mas também a preservação ambiental de forma efetiva.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, faz-se uma revisão sucinta sobre o papel da cadeia produtiva da borracha no contexto da economia acreana, procurando enfatizar os programas federais e estaduais de reestruturação voltados para o setor da borracha. Além disso, faz-se uma breve reflexão teórica acerca do campesinato no Brasil, bem como sua formação na Amazônia Acreana.

No segundo capítulo, analisa-se o papel da cadeia produtiva da borracha para a Reserva Extrativista Chico Mendes, enfatizando, em especial, as implicações ambientais. Para isso, verifica-se o nível de deflorestamento na Reserva Chico Mendes, bem como a produção de Borracha Natural Bruta, com destaque para os Seringais Amapá e Nazaré, estudados na proposta desta pesquisa.

No último capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa nos seringais selecionados, bem como, o processo de discussão realizado a partir dos dados obtidos na pesquisa. Por fim, apresenta-se também a conclusão com base no que foi estudado ao longo deste trabalho. Além disso, recomendam-se, de forma breve, algumas alternativas que possam ajudar, de forma efetiva, na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental com bases sustentáveis na área da Reserva Extrativista Chico Mendes.

CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E DO OBJETO DA PESQUISA

1.1 BREVE ÊNFASE TEÓRICA EM TORNO DO CAMPESINATO BRASILEIRO

No Brasil, a organização do campesinato aflorou em diversos momentos da nossa formação histórica. Nos anos 50 e 60 do século vinte, um movimento das ligas camponesas foi muito marcante no âmbito das discussões e intervenções políticas no país. Com a ditadura militar estes movimentos foram sufocados e apenas na década de 1980 ressurgiu um grande movimento que marca ações políticas da luta pela terra até os dias de hoje – o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra¹.

Por este construto, no final do século XX e início deste século atual, os estudos e debates para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do campesinato, por iniciativa do movimento de pequenos agricultores familiares tem se intensificado. Isto ocorre com amplo apoio de outros movimentos de classe, na luta pela reprodução do espaço agrário brasileiro.

Wanderley (2004), afirma que a construção dessa identidade camponesa foi, de certa forma, retardada pelo envolvimento dos movimentos de luta pela terra com a realização de experiências de coletivização. Para a autora isto é, nada mais oposto ao projeto camponês –, bem como pela prioridade concebida pelo movimento sindical rural à consolidação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Contudo esta identidade começa a assumir uma expressão significativa por meio de novas estruturas organizacionais da classe com vista a organização da produção e no embate político por outro discurso referente à realidade agrária brasileira.

Assim, o campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrando tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento (GARCIA; HEREDIA, 2009).

Ainda sobre esse aspecto, a diversidade da condição do campesinato brasileiro, inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros,

¹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido pela sigla MST, é um movimento social brasileiro de inspiração marxista, cujo objetivo é a realização da reforma agrária no Brasil..

quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (GARCIA; HEREDIA, 2009).

Há, contudo, contestadores desta perspectiva de análise. Pensadores a exemplo de Veiga (1991,1994) e Abramovay (1998) são enfáticos ao afirmarem que o campesinato é uma categoria, que foi destruída pelo capitalismo. Desta forma, difundiu no Brasil um paradigma do capitalismo agrário em que o mercado tende a moldar o trabalho rural tal qual faz no espaço urbano, ou seja, serem meros produtores de bens e matérias primas para o mercado. Assim acreditam que se pode impor à sociedade a categoria Agricultura Familiar – os produtores ideal que respondem ao mercado. Com isto, negam o lado da lógica da auto-sustentação que permeia o jeito camponês de ser; e, assim, essa teoria, não traz consigo nenhum compromisso social e teórico com a realidade destes sujeitos dentro de sua lógica de vivência sócioespacial.

Dessa forma, ao longo do tempo o processo de formação do campesinato brasileiro foi marcado por lutas e conflitos ao direito de socialização da propriedade social dos meios de produção perante aos grandes latifúndios de terra no país. Desde os tempos passados até os dias atuais o espaço agrário brasileiro é palco de sangrentas lutas, aonde quase sempre o pequeno produtor ou camponês é oprimido em detrimento dos grandes, frente as política fundiárias que sempre mantiveram a estrutura da terra concentrada no país.

Pode-se dizer que num primeiro momento, a população indígena, foi um dos primeiros povos a conhecer esse processo. Há mais de 500 anos vem sendo submetido a um verdadeiro genocídio pelas forças capitalistas. No segundo momento, igualmente marcada pela a violência, estão os negros e os posseiros, outra parcela camponesa, sem terra que vem historicamente lutando contra a expropriação do capital do latifúndio no país. Dessa forma, a luta do campesinato, contra a exploração do capital, tornou-se uma luta desigual, uma vez que os direitos conquistados por essa classe, caracterizam-se, principalmente, pelos grandes conflitos de terra no espaço rural brasileiro.

Segundo Oliveira (2001) a propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência dessa forma de exploração na agricultura. Dai deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil.

Ainda sobre esse aspecto Oliveira (2001), afirma que é a natureza peculiar de certos setores da produção agrícola que se repele o investimento do capitalismo. É a partir da teoria do valor trabalho que se poderá entendê-la, já que se considera que o valor de troca de qualquer mercadoria, seja produzida sob a forma tipicamente capitalista, ou não, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la.

É sob essa lógica que pretende-se mostrar, de forma resumida, a reprodução dessa nova estrutura camponesa no espaço agrário Amazônico, inicialmente, representada pela figura do imigrante camponês nordestino e, posteriormente, reproduzida na imagem do extrativista da Amazônia, ou melhor, como é conhecido tradicionalmente por seringueiro.

1.1.1 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO

Na Amazônia, a formação histórica do campesinato se dá no contexto do processo de sua constituição social. De modo geral este processo foi marcado pelos constantes conflitos sociais no campo e na floresta. Tradicionalmente, a origem camponesa na região Amazônica reproduziu-se na figura do imigrante nordestino, trazido como mão-de-obra barata para trabalhar na extração da borracha nativa nos grandes seringais da região, no final do século XIX. Mais tarde esse trabalhador, se reproduziria como tipos sociais regionais da classe camponesa na Amazônia. Aqui se formava representado na figura do extrativista - conhecidos como o seringueiro. É nesta conjuntura que se faz ressurgir nova identidade para esses trabalhadores rurais na Amazônia, sob-bases da auto-sustentação predominante com a mão de obra familiar, trabalhado na floresta.

A diversidade que caracteriza os grupos camponeses que se formaram na Amazônia-Acreana, construíram sua identificação ao longo das décadas do século XX. Porém, como recriação social no interior da floresta, esse processo remonta a legados trazidos dos nordeste. Assim, referimos a recriação e não recriação do campesinato, pois na origem dessa desse está a migração do camponês nordestino, que vieram para a Amazônia, como mão- de-obra, para ingressarem na extração de borracha, ainda no final do século XIX (SILVA, 2005).

Dessa forma, essa nova categoria de camponês-seringueiro surge em oposição aos grandes detentores do capital da borracha, cujos profissionais, os seringueiros, foram

submetidos a um período de servidão, opressão, além de terem sido subjugados a viver no interior dos grandes seringais de borracha, perdidos na imensidão verde da floresta amazônica. Formou-se aí uma luta por territórios: a colocação é por excelência o território destes camponeses da floresta (SILVA, 2005).

Frente a essa constatação a formação do campesinato na região da Amazônia, foi por muito tempo submetido aos domínios das classes sociais da época. Esta era representada inicialmente pela a figura do patrão, detentor do capital da borracha na região. Sob o signo da dominação, as dimensões que caracterizava relações com o trabalhadores locais no seu espaço de trabalho ficavam submetidos à coação do poder hegemônico do seringalista (SILVA, 2005).

A luta pelo o direito da propriedade coletiva transformou o seringueiro em um símbolo da árdua missão pela posse da terra e dos meios de produção, motivados principalmente, pelos usos e exploração dos recursos naturais com sabedoria no interior da floresta. Dessa forma, essa categoria de trabalhadores consolidou-se pelas relações de trabalho com a utilização da mão-de-obra familiar, caracterizada pela satisfação das necessidades de autoconsumo, sem acúmulo de capital financeiro. É importante destacar que empiricamente a formação camponesa frente às relações de trabalho não está diretamente ligada ao acúmulo de capital e, sim à satisfação pessoal vista a supri suas necessidades de subsistência reproduzida na unidade de produção familiar.

Esta visão não capitalista de seu processo de inserção no espaço produtivo e de consumo, segundo Chayanov (1924) deve-se ao fato de que , os camponeses que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado mas com a força familiar. Assim obtêm, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Diante produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento.

A despeito da teoria não capitalista denota-se que o seringueiro constitui-se como ator social dessa estrutura agrária. Isto, uma vez que o mesmo se enquadra no modelo da economia camponesa típica, na qual duas características estão presentes: uso da força de trabalho familiar na propriedade e falta de acumulação de capital. O campesinato não vende a sua força de

trabalho, mas também não vive da exploração do trabalho de outro. No estabelecimento do camponês não é mais importante a lucratividade e sim o consumo familiar assegurando, o que certamente diminuirá a unidade adicional de trabalho (CHAYANOV, 1924).

É sob essa lógica, que procuramos compreender porque o aumento no valor do subsídio, não representa necessariamente para o seringueiro, o aumento da produção por família na unidade de produção familiar. O objetivo está na satisfação de suas necessidades de subsistência. Diferente dessa lógica, isso resultaria uma sobre-exploração da mão-de-obra familiar com vista a aumentar a produção individual por família na unidade de produção familiar. Entretanto, observa-se que o aumento da produção a partir do aumento do subsídio, dar-se, preferencialmente, de forma coletiva. Isso acontece a partir do momento que novas famílias extrativistas, retornam à exploração da atividade da borracha na propriedade. Os seringueiros da Amazônia estão gestados nas reservas extrativistas a experiência coletiva sobre a terra e sobre o trabalho que nela se dá (OLIVEIRA, 2001).

Contudo, não se quer dizer que o subsídio não seja importante no nível de produção na unidade familiar. Ao contrário disso, além de representar o aumento da produção em “termos coletivos”, representa também, a única alternativa, pelo menos momentaneamente, de melhorar os rendimentos finais obtidos com a comercialização desse produto. Isto sem necessariamente ter que aumentar sua força de trabalho na unidade de produção, vista ao aumento da produção de borracha. Contudo, ao atingir o nível de satisfação das necessidades básicas, as famílias dispensam o esforço por ganhos maiores, pois isto pode representar o supérfluo.

Sobre essa visão, Chayanov (1924), afirma que, a importância do produto do trabalho é, principalmente, determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e — o que é particularmente importante — pelo grau de auto-exploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano.

Portanto, é preciso compreender que a política do subsídio à produção de borracha não representa para o seringueiro, não somente uma necessidade econômica, mas também uma satisfação de suas necessidades familiares. Nisto que a primeira, pode supri a segunda, sem necessariamente ter que mudar suas relações de trabalho na unidade de produção familiar. Assim para atingir meta de aumento da produção o mecanismo do aumento do subsídio por si só pode não ser suficiente; é preciso conhecer este mecanismo da reprodução desta lógica de vida que nem sempre é norteadada pelos valores de mercado.

1.2 A CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NO CONTEXTO DA ECONOMIA ACREANA

Como em toda a Amazônia, a formação econômica do estado do Acre foi impulsionada pelo extrativismo da borracha. Na década de 1970 e 1980, o Acre estava entre os maiores estados produtores de borracha do país. Sua inserção na economia de mercado se deu no final do século XIX, quando a borracha, produto extrativo regional, transformou-se na matéria-prima, cuja demanda se expandiu rapidamente pelo mundo (HOMMA, 1989).

Nesse sentido, o ciclo da borracha foi o fenômeno sócio-econômico mais expressivo na Amazônia, no final do século passado e início deste (MARTINELLO, 1985), uma vez que a oferta de borracha natural visava atender à procura pela indústria de automóveis que era o principal fator dinâmico das economias industrializadas, durante o período compreendido entre o último decênio do século XIX e os três primeiros do século presente (FURTADO, 1991).

No entanto, todo esse êxito foi interrompido pelo surgimento dos seringais de cultivo asiáticos, marcando o início de um longo período de retrocesso e estagnação, não só no Acre, mas em toda Amazônia. O cultivo da planta trouxe à economia amazônica, mais especificamente à acreana, uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais, que praticamente culminou com a extinção do setor na região.

Esse processo de desaceleração da economia extrativista foi intensificado ainda mais no início da década de 70, quando o governo federal implementou a política de desenvolvimento para a região, incentivando diretamente a pecuária em detrimento do extrativismo. Com isso, a forma de organização da produção da borracha se desestabilizou e novas formas de produção são delineadas para a Amazônia.

Segundo Marar (1978, *apud* Fadell, 1997), o governo brasileiro, no ano de 1966, criou a chamada operação Amazônia, em substituição à economia extrativa decadente, com o objetivo de implementar o crescimento da região, integrando-a, definitivamente, ao País.

Ainda neste aspecto, Fadell (1997), afirma que esse plano governamental visava a estabelecer alguns elementos, a saber: pólos de desenvolvimento e grupos de populações estáveis e autossuficientes; estimular a migração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais.

O efeito desse processo de desaceleração da economia extrativista foi a expulsão de seringueiros e índios de suas terras. Esses abandonaram a extração do látex e vieram para as cidades morar em periferias sem as mínimas condições de sobrevivência e como mão-de-obra sem a mínima qualificação necessária para o meio urbano. Os que ficaram lutaram contra as

invasões de terras que vinham ocorrendo na região, ocasião em que terras do Estado, ou dos seringueiros eram invadidas e roubadas, para serem revendidas a terceiros, pois esses não eram os verdadeiros donos. Esses invasores ficaram conhecidos na região como “grileiros”. Muitos desses grileiros mataram os seringueiros e colocaram fogo em suas casas, outros também foram mortos por posseiros que defendiam o direito à terra e se defendiam dos ataques criminosos (SOUZA, 2002).

Esses impactos socioeconômicos e ambientais suscitaram intensas reações por parte das populações tradicionais que, aliadas aos movimentos ambientais e ecológicos contribuíram para a criação das reservas extrativistas – Resex, no final da década de 1980, as quais se tornaram alternativas na defesa de ações para exploração racional dos recursos naturais, como também para promover a conservação da biodiversidade no território amazônico e atenuar o problema fundiário de concentração de terra, principalmente, na região acreana.

Entretanto, verifica-se que a criação das Resex não foi uma medida suficiente para promover o desenvolvimento sustentável na região, pois eram imensas as dificuldades para sua viabilização econômica, tendo em vista três fatores: raros serviços de apoio econômico e social nas áreas de produção, grande atraso tecnológico e baixa capacitação dos produtores.

Conforme Alegretti (1992), as reservas extrativistas são áreas protegidas pelo Governo Federal, destinadas à exploração e à conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

A colocação, unidade fundiária do sistema de seringal implantado na Amazônia, é definida como sendo uma modalidade de divisão de espaço, que se baseia em número de árvores de seringueira (*Hevea brasiliensis*) adulta, contendo em torno de 100 a 150 plantas, numa média de 300 ha (CNS, 1994).

A ausência de políticas públicas estaduais, durante o período de 1970 a 1999 para direcionar o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre, constitui-se numa das principais causas da estagnação da economia acreana, num contexto no qual a borracha também está inserida.

Diante dessa nova realidade proposta para a Amazônia, buscaram-se novas formas de incentivar a produção de borracha natural na região, com a criação de programas específicos de incentivo a Cadeia Produtiva da Borracha na região. Esses programas deram origem ao **PROBOR**, (I, II e III), lançados na década de 1970 e 1980. No final da década de 1990, foi

lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha – **Lei Chico Mendes**, na região do Acre. Assim, faz-se necessária uma breve revisão bibliográfica a despeito do comportamento desses programas de incentivo voltado para a Amazônia, enfatizando principalmente a região do Estado do Acre.

1.2.1 OS PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NO ESTADO DO ACRE

Dentre os estados que compõem a Amazônia, o Estado do Acre ocupa uma superfície de apenas 3,1% da região Amazônica. Embora o estado possua a menor área da Amazônia, é também a região onde ocorre a maior concentração de seringueira - *Hevea brasiliensis*², conferindo à área estadual as características de um grande seringal (ANÁLISE DO SETOR DE BORRACHA NATURAL, 1975).

No entanto, o baixo preço da borracha no mercado desestimulou o envolvimento de famílias de seringueiros na exploração dessa atividade, o que ocasionou uma brusca queda na produção de borracha no estado. No ano de 1984, quando a maior produção dos últimos anos foi registrada – cerca de 10 mil toneladas – a quantidade de famílias envolvidas era de aproximadamente 15 mil no Estado.

Nos anos seguintes, a produção não se manteve no mesmo ritmo. No ano de 1998, a produção baixou para apenas 962.025 kg., com a participação de 1.603 famílias na produção de borracha natural bruta. Essa tendência declinante refletia a falta de políticas públicas direcionadas ao setor extrativista, o abandono das populações tradicionais e o agravamento dos problemas sociais e ambientais na região. Diante da crise da borracha, programas emergenciais, de incentivo à produção, foram criados, tanto na esfera federal, como na estadual. Os programas tinham como objetivo, estimular o retorno da economia da borracha na Amazônia.

Um dos primeiros programas de incentivo à economia extrativista da borracha foi o BROBOR, lançado na década de 1970, pelo Governo Federal. O programa tinha como principal objetivo incentivar a produção de borracha em seringais de cultivo na região amazônica.

² Seringueira (*Hevea brasiliensis*), também chamada árvore-da-borraca, é uma árvore da família das euphorbiaceae. Apresenta folhas compostas, flores pequeninas e reunidas em amplas panículas. Sua madeira é branca e leve e, de seu látex, se fabrica a borracha, é de origem da região Amazônica, Brasil.

O segundo programa de incentivo à produção de borracha lançado pelo Governo Estadual, na década de 1990, foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha, através da Lei Nº 1.277 – Chico Mendes. O programa previa, entre outras ações, o incentivo à produção de borracha nativa, através de pagamento de subsídio aos produtores de Borracha Natural Bruta – BNB no Estado do Acre. Apesar disso, observa-se de forma específica o desenvolvimento dos programas de incentivo à borracha na região do Estado do Acre.

1.2.1.1 Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal – PROBOR

A primeira experiência de incentivo à produção de borracha na região veio através do PROBOR (I, II e III), criado na década de 1970, mais especificamente em 1973, pelo Governo Federal, o qual tinha como objetivo elevar a produção da borracha nacional. O programa foi destinado, inicialmente, ao financiamento da borracha de cultivo, dirigido aos seringalistas e fazendeiros na Amazônia, assegurado através de linha de crédito específica do Banco da Amazônia - BASA, contemplando ações de assistência técnica, com acompanhamento SUDHEVEA³. Através deles, vários governos investiram grande quantidade de dinheiro, algo em torno de 1 (um) *bilhão de dólares* (MONTYSUMA, 2003).

O Estado do Acre constituía-se numa das áreas prioritárias de atuação do PROBOR, que aspirava a aumentar a produção e produtividade de borracha vegetal e criar condições para consolidação e expansão da heveicultura no país, com gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo nacional. Em linhas gerais, o PROBOR compreendia 05 subprogramas emergenciais distintos, assim identificados:

- I. Recuperação de seringais nativos;
- II. Instalação de usinas de beneficiamento junto às áreas de produção;
- III. Recuperação de seringais em formação;
- IV. Formação de seringais de cultivo
- V. Assistência técnica e formação de pessoal.

Mesmo com toda ajuda financeira do PROBOR (I, II e III) a produção de borracha no Acre, em 1972, foi de apenas 6.776 toneladas. Em 1972, início de implantação do programa até 1976, a produção de borracha manteve-se instável. No final da década de 1970 e início da década de 1980, a produção de borracha voltou crescer timidamente no Estado. Apesar da pecuária estar em crescente desenvolvimento, a borracha continuava a ser o principal produto

³ Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura - SUDHEVEA - Ministério da Agricultura.

da região. Conforme a tabela abaixo, a produção de borracha nas décadas de 1970 a 1980 no Estado do Acre.

Tabela 1: Produção de Borracha Natural Bruta no Estado do Acre, em toneladas (peso seco), 1972 a 1981.

Ano	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	6.776	6.664	6.490	6.225	6.881	8.383	8.352	7.376	8.719	9.789

Fonte: Anuário estatístico mercado da borracha (1986, 1987, 1988, 1989 e 1995).

Entretanto, o PROBOR não atingiu a meta desejada, resultante principalmente da falta de experiência dos produtores no cultivo da espécie, um exemplo disso, foi a inexperiência com o tratamento de pragas, dentre elas, o mal das folhas, praga responsável pela dizimação da maioria das plantações de seringueira. Também ocorreu o desvio de recursos financeiros para outros fins, que não eram o seu objetivo. Em muitos casos os recursos foram aplicados em fazendas de gados e/ou ainda para aquisição de imóveis no nordeste do país.

Segundo Paula (1977, *apud* Maciel, 2003), os recursos destinados à reativação dos seringais nativos, obviamente mantendo os traços da economia do aviamento e interesses regionais e, economicamente, financiamento do Banco da Amazônia, aumentavam os incentivos fiscais e creditícios, para que os grandes grupos econômicos, que se instalaram na região amazônica, em busca da agropecuária, se interessassem também pelos seringais nativos.

Com o fim do PROBOR, a produção de borracha passou por um longo período de estagnação no Acre. Essa situação perdurou até o fim da década de 1990, quando políticas públicas estaduais de incentivo à produção de borracha nativa foram novamente implantadas no Estado do Acre, visando à recuperação da produção de borracha, bem como resgatar a dignidade das famílias extrativistas, que se encontravam à margem da economia acreana na região.

1.2.1.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha – LEI CHICO MENDES

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo estadual para a reversão do quadro em que se encontravam a produção de borracha, foi a descentralização administrativa da subvenção federal destinada às usinas beneficiadoras de borracha tipo Granulado Escuro

Brasileiro – GEB1, o qual tinha como objetivo incentivar a organização da cadeia produtiva da borracha local e garantir os benefícios previstos na Lei nº 9.479, de 12-08-97, que regulamenta a concessão de subvenção à comercialização deste produto.

A segunda medida adotada, foi a regulamentação da Lei Chico Mendes nº 1.277, no dia 13 de janeiro de 1999, além dessa medida, foram criados os mecanismos necessários para o repasse do subsídio estadual no valor de R\$ 0,40 por quilo de borracha produzida aos seringueiros no Estado do Acre. Nesse sentido, a ação integrada entre os governos estadual e federal foi indispensável para dinamização da cadeia produtiva da borracha e, conseqüentemente, da economia acreana.

No início do programa da borracha, em 1999, a produção de borracha tinha como principal produto o Cernambi Virgem Prensado – CVP⁴. (cultivo/nativo), após uma década de produção, houve uma diversificação dos produtos com a inclusão: Látex (*borracha não coagulada*) e da Folha de Defumação Líquida – DFL⁵. Atualmente, o valor do subsídio é pago por tipo de borracha produzida.

Tabela 2: Subsídio pago por tipo de produto no Estado do Acre

Borracha	Subsídio (R\$)	Mercado (RS)	Total (R\$)
CVP Nativo	0,70	3,50	4,20
CVP Cultivo	0,90	3,00	3,90
Látex	4,20	3,60	7,80
FDL	0,70	6,50	7,20

Fonte: Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF/2012

A diferença nos valores do subsídio estadual, pago por tipo de produto, faz parte da política de governo de diversificação da produção extrativista na região. Além desse, está o baixo preço da borracha no mercado local, levando a diferença nos valores do subsídio pago ao produtor.

Na análise da tabela 2, observa-se o valor do subsídio mais o preço de comercialização da borracha na região. Dentre os produtos, o CVP de cultivo é a que tem o menor preço pago por quilo, principalmente, pelo fato de que a renda auferida com a comercialização desse produto torna-se maior que a renda obtida com o CVP de origem nativa. Essa afirmativa deve-se ao processo de produção, de ambos os produtos, uma vez que o primeiro torna-se bem menos dispendioso que o segundo, contribuindo para um volume maior na produção e, conseqüentemente uma renda maior. Além disso, a borracha de cultivo não faz parte da

⁴ Cernambi Virgem Prensado: O látex é coletado, coagulado e prensando em bloco, posteriormente é comercializado em forma de CVP.

⁵ Borracha produzida e beneficiada em mini usina na própria unidade de produção familiar.

política de garantia de preço mínimo do governo federal - PGPM⁶, destinada exclusivamente à produção de borracha oriunda de seringais nativos. Dessa forma, a alternativa encontrada foi o aumento no valor do subsídio de R\$ 0,70 para R\$ 0,90, uma medida compensatória para melhorar o preço do CVP de cultivo no mercado local.

Dentre os produtos oriundos da seringueira, o Látex é o que apresenta os maiores valores dentro da política de diversificação da cadeia produtiva da borracha, constituindo-se no maior empreendimento local voltado para setor da borracha no Estado. A implantação da fábrica de preservativo, não só diversificou a produção local, mas também agregação de valor ao Látex. Toda a produção de preservativo masculino é exclusivamente produzida, com Látex de seringueira de origem nativa, vindos principalmente, dos seringais que estão localizados na mesma região da fábrica de preservativo.

O CVP nativo, faz parte da política de governo estadual e federal, o preço de mercado desse produto é completado por subsídios estaduais e federais. A política federal de preço mínimo possibilita a comercialização do CVP nativo ao preço mínimo de R\$ 3,50 no mercado. Esse valor é ainda, complementado pelo subsídio, no valor de R\$ 0,70, pago pelo estado à borracha nativa.

Quanto ao FDL, é o segundo produto que tem o melhor preço pago para dentro do segmento da borracha, no Estado. Entretanto, sua produção ainda é pouco expressiva, ficando restrito a um pequeno grupo de produtores na reserva. O subsídio da borracha destina-se exclusivamente aos produtores de borracha natural bruta no Estado do Acre. São considerados produtores de borracha natural bruta os seringueiros, os índios e os pequenos produtores rurais, desde que utilizem o seu trabalho direto e o de sua família na área de produção, residam na área e não empreguem mão-de-obra permanente, podem recorrer, eventualmente, à mão-de-obra de terceiros. (ACRE, LEI Nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999).

A Cadeia Produtiva da Borracha segue dois caminhos: a borracha coagulada e não coagulada. A borracha coagulada é representada pelos produtos do CVP e FDL, e a borracha não coagulada é representada pelo Látex. O CVP Nativo/Cultivo é destinado à produção de GEB⁷, e o FDL à produção de solados de sapatos. Quanto ao Látex é destinado à fabricação de preservativos masculinos, produzidos na própria região. O principal comprador do produto é o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, para o Programa Nacional de Combate

⁶ Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos Extrativistas - permitiu a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal

⁷ Granulado Escuro Brasileiro.

às DST/AIDS. Dessa forma, Cadeia Produtiva da Borracha aqui representada, diz respeito à *borracha coagulada*, CVP Nativo/Cultivo e o *borracha não coagulada*, o Látex.

A Cadeia Produtiva da Borracha é composta por cinco elos produtivos: seringueiro; associações/cooperativas; COOPERACRE⁸; usinas/fábrica, comerciantes e consumidores finais.

Primeiro elo: é a retirada do látex da seringueira. O seringueiro percorre longas distâncias dentro floresta para realizar o processo de extração e coleta do látex. As seringueiras encontram-se distribuídas de forma aleatória na floresta, dificultando a extração do produto.

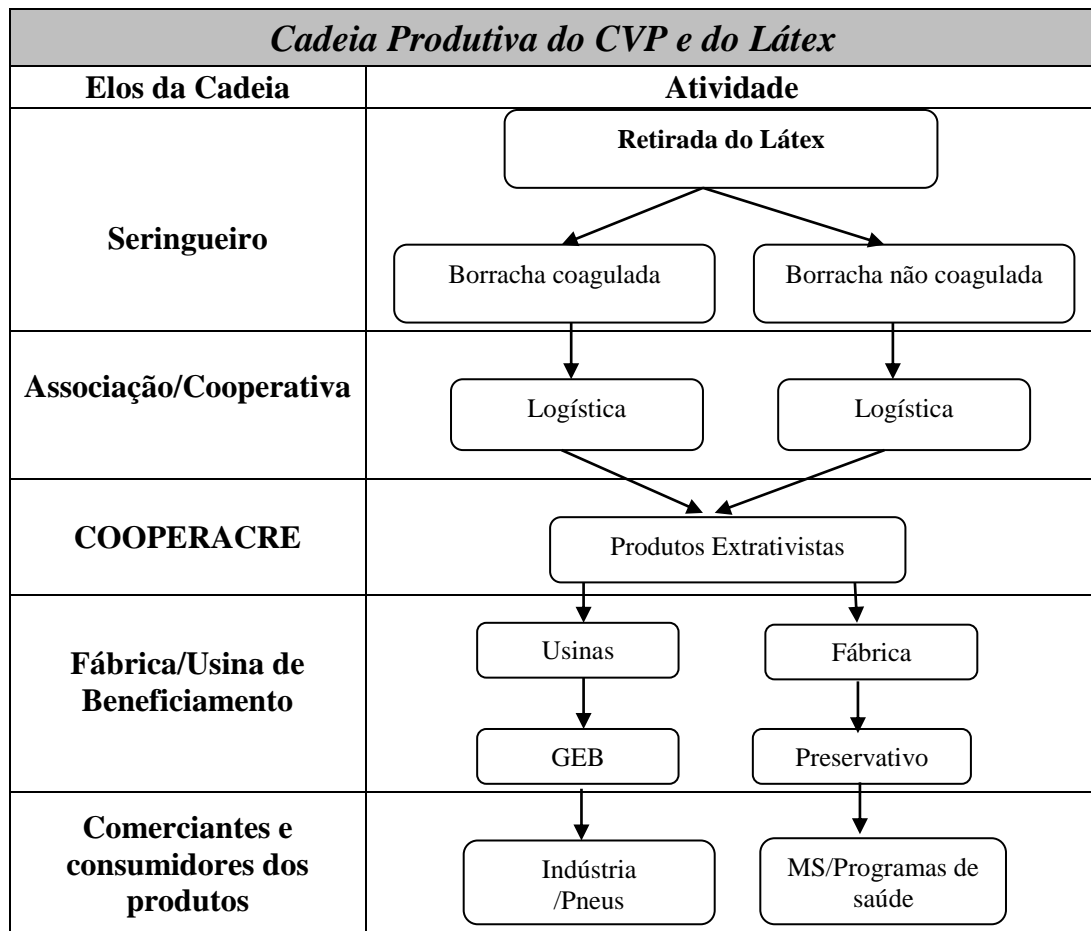
Segundo elo: é composta pelas associações/cooperativas que recebem a produção dos seringueiros e repassam à COOPERACRE.

Terceiro elo: é representado pela a COOPERACRE. Cabe a ela à comercialização de toda a produção extrativista no Estado do Acre.

Quarto elo: é composto pela usina e fábrica de beneficiamento de borracha. Estas são responsáveis pelo processamento e beneficiamento da borracha. A principal compradora é PRABOR, localizadas no município de Ribeirão das Neves/SP. A NATEX é a principal fábrica de beneficiamento de borracha na região, localizada no município de Xapuri/ACRE.

Quinto elo: representa os comerciantes e consumidores que têm como principais compradores a indústria para produção de pneus e o Ministério da Saúde com a compra dos preservativos, destinados aos programas sociais de saúde.

⁸ Central de Comercialização de Produtos Extrativistas do Estado do Acre

Figura 1: Representação Esquemática da Cadeia Produtiva da Borracha no Estado do Acre

Fonte: SEAPROF.

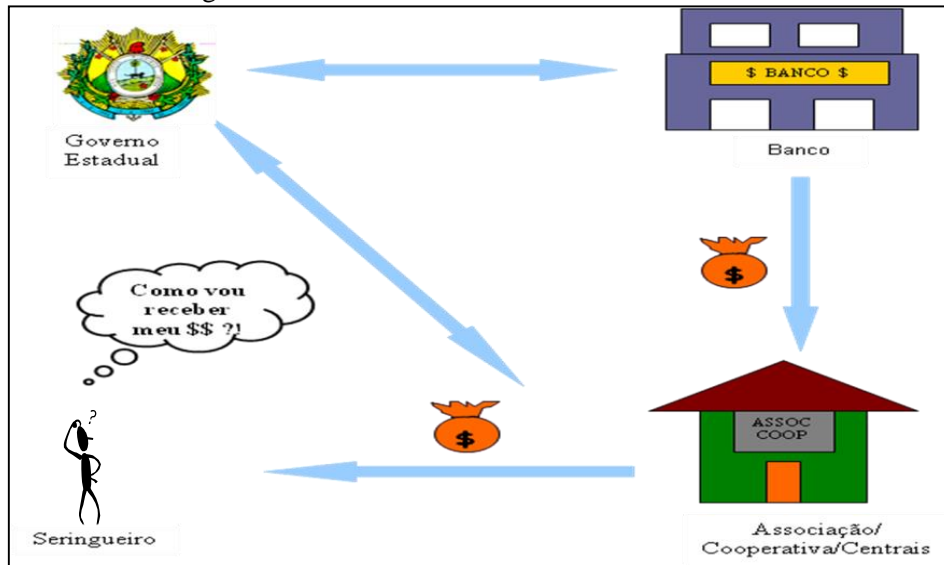
Adaptação: Descrição da Cadeia Produtiva do Látex/ Rodrigo César Silva Moreira, em 2009.

Org. Maria do Socorro S. Silva.

Quanto à operacionalização financeira do subsídio, o fluxo abaixo mostra de forma mais detalhada como o incentivo é repassado ao seringueiro. A borracha é entregue na Associação/cooperativa, que recebe uma nota fiscal avulsa. Essa nota serve como comprovante para aposentadorias futuras. Por sua vez, as organizações vendem a produção à usina de beneficiamento da borracha, que emitem uma nota fiscal à associação ou cooperativa. Em seguida, a pedido das organizações, a SEAPROF⁹ autoriza o pagamento às entidades conveniadas. O Banco da Amazônia é a instituição financeira responsável pelo repasse do recurso às organizações. A seguir o fluxograma de pagamento do subsídio ao seringueiro no Estado do Acre (Figura 2).

⁹ Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF

Figura 2: Fluxograma do Pagamento do Subsídio Estadual da Borracha ao Seringueiro no Estado do Acre.



Fonte: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismos – SEFE¹⁰, ano 1999.

Atualmente, a Cadeia Produtiva da Borracha vem passando por um constante período de crise no setor, pois a produção de borracha vem seguidamente declinando nos últimos anos. O baixo preço do produto no mercado contribui significativamente para a queda da produção de borracha na região. Além desse, está o tradicional sistema de produção da borracha, que não facilita e não contribui em quase nada para a melhoria de vida dos seringueiros, desestimulando-os a trabalhar com a borracha, principalmente, as de origens de seringais nativos.

Paula (1982), afirma que as condições de extração do látex da planta no sistema extrativo são precárias, com baixa produtividade do trabalho, à medida que a exploração obedece ao regime de coleta subordinado à localização dos seringueiros na floresta, o que implica que estes tenham de percorrer 20 km ao dia, em média.

¹⁰ Órgão do governo do Estado, cuja função era trabalhar especialmente a aplicação de políticas voltadas à questão florestal e especificamente ao desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos com borracha e castanha-do-Brasil. Foi extinto a partir de 2003, cedendo lugar a duas secretarias de Estado: a Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF e a Secretaria de Estado de Floresta – SEF

Tabela 3: Valores pagos com o Subsídio da Borracha – Estado do Acre (1999-2011)

Ano	Produção (kg)	Nº de famílias Envolvidas	Subsídio (R\$)
1999	763.195	2.087	305.277,80
2000	1.398.992	2.323	559.596,80
2001	2.408.591	4.014	963.436,40
2002	2.014.591	3.357	1.208.604,60
2003	2.088.460	3.481	1.446.535,60
2004	2.367,429	3.946	1.657.200,30
2005	2.351,358	3.919	1.645.950,46
2006	1.871,225	3.119	1.309.857,50
2007	1.672.122	2.787	1.170.485,40
2008	1.090,877	1.818	763.613,86
2009	928.245	1.547	818.302,95
2010	876.071	1.460	613.249,70
2011	794.000	1.323	555.800,00

Fonte: Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, ano 2012.

Analisando os dados da tabela, verifica-se que a partir de 2006, a produção de borracha começou a declinar, agravando-se a partir de 2009 a 2011. Entretanto, nos últimos onze anos de repasse do subsídio, houve uma ascendência a partir do segundo ano de acompanhamento da produção, visto que o setor começou a se estruturar com todos os seus elos, com garantia de preço e toda produção sendo absorvida pelo mercado local. Nota-se claramente um pico na produção de borracha ocorre nos anos de 2003 e 2004, embora no ano de 2001, a produção tenha atingido o seu pico máximo de produção, ano em que iniciou-se o pagamento da subvenção federal às usinas de beneficiamento de borracha na região do Estado do Acre.

Porém, nos anos subsequentes ao ano de 2006, a produção de borracha começou declinar continuamente, tendo como um dos fatores determinantes, o baixo preço do kg da borracha no mercado interno, agravando-se ainda mais, após a retirada da subvenção econômica (Lei Nº 4.497 de 12/08/97) por parte do governo federal às usinas de beneficiamento de borracha da região. A retirada do incentivo originou uma desestabilização econômica no setor da borracha, já que as usinas beneficiadoras locais eram as principais compradoras do produto e, responsáveis não só pela comercialização da produção, mas principalmente, pela antecipação do subsídio estadual ao produtor, uma vez que o repasse da subvenção econômica, garantia o capital de giro necessário à comercialização de toda a produção de borracha na região. A antecipação do subsídio ao produtor constitui-se em um fator de estimulador de aumento da produção de borracha.

Quando analisa-se a tabela 3, observa-se que o número de famílias envolvidas segue a mesma dinâmica do aumento da produção. Dessa forma, o número de famílias aumenta e/ou declina na mesma medida que a produção também aumenta ou declina. Não sabe com precisão o número de famílias extrativistas que retornaram à extração da borracha na região, entretanto, é pertinente falar que o repasse do subsídio à borracha, contribui diretamente não só para o retorno à produção das famílias residentes nos seringais da reserva, mas também o retorno de famílias das áreas urbanas para as áreas produtoras de borracha em toda a região do Estado.

Dessa forma, conclui-se que os programas de incentivo à produção foram as alternativas encontradas pelos governos estadual e federal, para resgatar a economia desse setor na região Amazônica. Porém, nem todos os programas de incentivo à produção de borracha nativa obtiveram o êxito desejado. O processo de exploração da borracha continuava a sofrer as limitações, contribuindo para o declínio da produção, bem como o agravamento dos problemas ligados às questões ambientais e sociais, principalmente na área da reserva Chico Mendes.

No entanto, não se pode atribuir a todos os programas de incentivo à produção o mesmo fracasso. A nova política de incentivo à borracha trouxe resultados significantes para a cadeia produtiva da borracha na região. Contudo, verifica-se também que nos últimos anos o setor da borracha vem novamente passando por um intenso processo de crise, com contínuas quedas na produção de borracha, afetando diretamente todos os elos da Cadeia Produtiva da Borracha no Estado do Acre.

1.3 HIPÓTESE

Com a criação dos programas de reestruturação da cadeia produtiva da borracha no Acre, visou-se incentivar a produção extrativista, contribuir para a preservação do meio ambiente e trazer melhoria das condições socioeconômicas às famílias envolvidas no processo.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar as implicações econômicas e socioambientais do Subsídio da Borracha para a Reserva Extrativista Chico Mendes.

1.4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Demonstrar as vantagens social e ambiental do Programa de Subsídio Estadual da borracha para a Resex Chico Mendes, a partir da visão dos moradores;
- ✓ Relacionar quantitativamente e qualitativamente a produção de borracha com os benefícios da implantação do Programa de Subsídio da Borracha para a Resex, destacando sua relação com o meio ambiente;
- ✓ Analisar se o programa de subsídio da borracha é suficiente para remunerar a manutenção dos serviços ambientais na Resex Chico Mendes.

1.5 MATERIAL E METÓDOS

1.5.1 Área de Estudo

A pesquisa foi realizada no Seringal Amapá, localizado no município de Brasiléia, e no Seringal Nazaré, localizado no município de Xapuri, na Reserva Extrativista Chico Mendes, no estado do Acre, Brasil. A escolha das áreas deve-se ao fato de ambas apresentarem um grande potencial de produção de borracha. Além disso, são compostas por várias famílias de seringueiros atendidas pelo Programa de Subsídio Estadual da Borracha – Lei Chico Mendes.

A escolha das famílias se deu de forma aleatória, momento em que foram realizadas entrevistas de forma estrutural (questionários), a exemplo dos moradores dos dois seringais. A meta inicial da pesquisa era entrevistar 50% dos moradores de cada seringal selecionado, o que não foi possível devido às condições de acesso (ramais e varadouros), e às distâncias existentes entre as colocações no interior dos seringais. Na oportunidade, foram entrevistadas um total de 40 famílias, sendo 20 em cada seringal, perfazendo um total de 93% das famílias entrevistadas. A seguir o número de famílias entrevistadas nos seringais Amapá e Nazaré, na Resex Chico Mendes (Tabela 4).

Tabela 4: Questionários aplicados às famílias dos Seringais Amapá e Nazaré, na Resex Chico Mendes, em 2012.

Seringal	Famílias residentes	Meta prevista na pesquisa	Meta realizada	% de famílias em relação a meta prevista
Amapá	46	23	20	86%
Nazaré	41	20	20	100%
Total	-	43	40	93%

Fonte: Dados da pesquisa.

1.6 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido de acordo com elementos que consideram as análises quantitativa e qualitativa. A pesquisa buscou analisar de forma mais objetiva o Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes, tendo como foco as implicações econômicas e socioambientais do Programa de Subsídio para a Resex Chico Mendes. A pesquisa foi protocolada junto ao Comitê de Ética do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (CAAE 00784212.5.0000.0006) e cadastrada no sistema SISBio do ICMBio (Número: 32859-1).

A metodologia utilizada para obtenção dos dados da pesquisa foi através da aplicação de questionários nas áreas selecionadas. A pesquisa partiu da perspectiva dedutiva, cujo objeto da pesquisa é alcançado por uma lógica racional e explicativa, resultando numa análise descritiva dos fatos pesquisados.

A primeira visita a Resex Chico Mendes, foi realizada no dia 25 e 26 de junho de 2012, na colocação Boa Vista do Rio do Ouro, sede do seringal Amapá. O objetivo da visita foi apresentar a pesquisa ao presidente do Núcleo de Base da comunidade do seringal Amapá, (Anacleto Maciel Moreira de Souza), bem como a elaboração um mapa de toda a área do seringal, e construção de um calendário de visitas às famílias residentes no seringal do seringal Amapá.

Na oportunidade, foi realizada uma conversa informal com o Sr. Anacleto Maciel, para identificação e seleção das famílias que seriam entrevistadas, levando em consideração o tempo de caminhada entre as colocações, bem como a possibilidade de contratação de um guia da comunidade para o acompanhamento em todo o trajeto das visitas no seringal.

Foi levada em consideração para a seleção das famílias, a distância entre as propriedades. Para tal, foi condicionado, pelo o Sr. Anacleto Maciel, um croqui de toda área do seringal, como forma de visualizar todo o trajeto a ser percorrido durante as entrevistas, considerando a estimativa de tempo que seria percorrido entre as propriedades. Após a escolha das colocações, ficou acordado que a pesquisa se realizaria do dia 15 a 22 de julho de 2012, e que o Sr. Silvino Maciel de Souza, agente de saúde da comunidade, seria a pessoa (**guia**) que me acompanharia no seringal.



Figura 3: Morador elaborando mapa da área - Colocação Boa Vista - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.

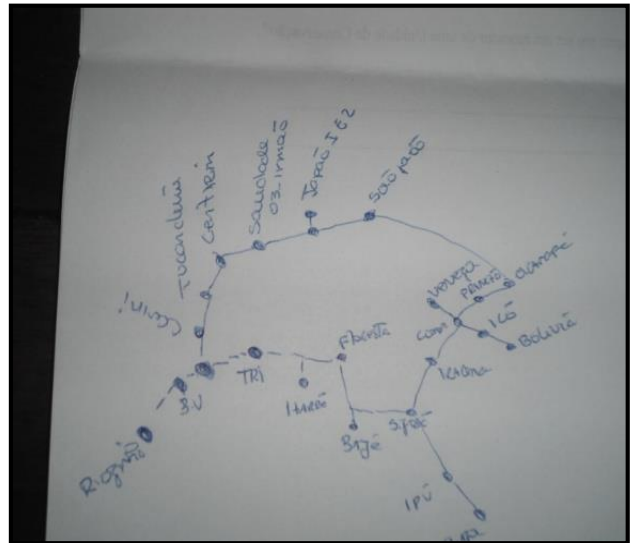


Figura 4: Mapa da área do Seringal Amapá - Colocação Boa Vista/Resex Chico Mendes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.

Sendo assim, a pesquisa no seringal Amapá, teve início no dia 15 de julho, e término no dia 22 de julho de 2012. O deslocamento até a sede do seringal deu-se através de caminhão de frete, que faz a linha duas vezes por semana até a sede do seringal Amapá. O acesso até o seringal se dá pela BR 317, no sentido ao município de Assis Brasil. O ramal de ligação ao seringal é o ramal 59, localizado no Km 70. O tempo de deslocamento até o seringal varia de 2 a 3 horas, utilizando-se de veículo automotor.

Foram entrevistados 20 (vinte) moradores do seringal Amapá, sendo 15 do sexo masculino, e 05 do sexo feminino. Cada entrevista teve a duração de aproximadamente 30 minutos a 01 hora. A maioria das famílias entrevistadas no seringal Amapá é originária dos municípios de Sena Madureira, Rio Branco e Xapuri. O tempo médio de moradia das famílias é de aproximadamente 25 anos. As famílias enquadram-se na categoria de agroextrativistas. Abaixo observa-se o número de colocação visitadas no Seringal Amapá (Quadro 1).



Figura 5: Caminhão de frente que faz a linha do Ramal 59 no Seringal Amapá/Resex Chico Mendes, Brasília.
Fonte: Dados da pesquisa.
Foto de: Maria Socorro S. Silva.

Quadro 1: Colocações visitadas no Seringal Amapá, na Resex Chico Mendes, 2012.

Seringal	Colocação	Coordenadas Geográfica	
		Coordenadas	UTM
AMAPÁ	Acara pé	19 L 0461518	8837891
	Boa vista	19 L 0469633	8841563
	Bagé	19 L 0461689	8843164
	Colibri	19 L 0459517	8840669
	Centrim	19 L 0468539	8833469
	Campanário	19 L 0460624	8838975
	Floresta	19 L 0463519	8840288
	Itararé*	-	-
	Jarinal	19 L 0455987	8837891
	Japão I**	19 L 0463448	8835493
	Japão II**	19 L 0463448	8835493
	Sumaúma	-	-
	Santa Maria	-	-
	São José	19 L 0459656	8842707
	Tabocal I **	19 L 0456257	8840679
	Tabocal II**	19 L 0456257	8840679
	Tabocal III**	19 L 0456257	8840679
Triunfo	19 L 0467220	8840859	
Tucandeira*	-	-	
Veneza*	-	-	

Fonte: Dados da pesquisa

* Refere-se à falha no GPS, que impossibilitou a retirada das coordenadas geográficas nas colocações dos extrativistas;

** Refere-se à mesma colocação que foi dividida entre membros (filhos, irmãos) da mesma família, o que caracteriza famílias diferentes na mesma colocação.



Figura 6: Equipe se deslocando para realizar entrevistas com moradores - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 7: Entrevista com moradores - Colocação São José - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.

A pesquisa no Seringal Nazaré teve início no dia 31 de julho e término no dia 01 de agosto de 2012. A chegada até à sede do seringal se deu através de caminhonete (traçada), cedida pela Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, instituição governamental responsável pelo serviço de Assistência Técnica às famílias produtoras na Resex Chico Mendes.

O acesso ao Seringal Nazaré se dá com a travessia por meio de balsa ao Rio Xapuri. O ramal de ligação ao Seringal Nazaré é o ramal Nova Vida. O tempo de deslocamento até a sede do seringal varia de 2 a 3 horas, dependendo das condições do ramal.

No total, foram entrevistadas 20 moradores, sendo 11 do sexo masculino e 09 do sexo feminino. Cada entrevista teve a duração de aproximadamente de 30 minutos a 01 hora. O trajeto até as casas dos moradores foi realizado caminhando. Em sua totalidade, as famílias são originárias do município de Xapuri. O tempo de moradia das famílias no seringal é em média de 24 anos. Abaixo, observa-se, de forma detalhada, número de colocações visitadas no Seringal Nazaré (Quadro 2).

Quadro 2: Colocações visitadas no Seringal Nazaré, na Resex Chico Mendes, 2012.

Seringal	Colocação	Coordenadas Geográfica	
		Coordenadas	UTM
NAZARÉ	Alto Alegre**	19 L 0533786	8843612
	Alto Alegre I**	19 L 0533786	8843612
	Alto Alegre II**	19 L 0533786	8843612
	Boa vista	19 L 0529248	8846269
	Caruama **	19 L 0527390	8850154
	Caruama II**	19L 0527392	8850674
	Deserto**	19 L 0531570	8844515
	Deserto I**	19 L 0531301	8844721
	Deserto II**	19L 0531017	8844909
	Esperança *	-	-
	Já com fome **	19 L 0528636	8848200
	Já com fome I**	19 L 0528572	8848324
	Maporezinho*	-	-
	Morada Nova*	-	-
	Nova Vida *	-	-
	Nova Vida I*	-	-
	Nova Vida II*	-	-
	Prato	19 L 0627970	8899376
	Sem nome*	-	-
Seringueiro*	-	-	

Fonte: Dados da Pesquisa.

* Refere-se à falha no GPS, o que impossibilitou a retirada das coordenadas geográficas nas colocações dos extrativistas;

** Refere-se à mesma colocação que foi dividida entre membros (filhos, irmãos) da mesma família, o que caracteriza famílias diferentes na mesma colocação.



Figura 8: Ramal Nova Vida - Ramal de acesso ao Seringal Nazaré/Resex Chico Mendes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 9: Entrevista com moradores - Colocação Nova Vida - Seringal Nazaré/Resex Chico Mendes

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.

CAPITULO 2 – A CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NA RESEX CHICO MENDES: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

Nos dias atuais, o crescimento das preocupações relacionadas às questões ambientais e, em particular, com o aquecimento global e a perda da biodiversidade em decorrência do desflorestamento vem ampliando os debates no seio das sociedades contemporâneas, a cerca do desenvolvimento com base sustentáveis. Essas preocupações decorrem principalmente, da brusca mudança de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo. Isso implica, principalmente, na exploração desordenada dos recursos naturais como um todo, na tentativa de atender aos anseios da sociedade capitalista que cresce a cada dia. O resultado desse quadro fez com que medidas legais de proteção a esses recursos naturais fossem criadas e/ou implementadas em todo planeta.

No Brasil, a primeira exigência legal relativa ao uso sustentado das terras do Poder Público foi feita no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária, através da Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA n.º 627, de 30 de julho de 1987. Essa Portaria criou os projetos de “Assentamento Extrativista” como um mecanismo de reforma agrária, incorporando conceitos arrojados que favoreciam os interesses daqueles que extraíam da floresta os elementos de sua sobrevivência. Esses conceitos passaram a fazer parte do arcabouço legal para o estabelecimento das Reservas Extrativistas.

Conforme Alegretti (2002), as Reservas Extrativistas¹¹, é uma combinação peculiar de reforma agrária e proteção do meio ambiente. A política pública conquistada foi a que instituiu as Reservas Extrativistas como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os moradores destas áreas como beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária. Nesse sentido, a criação dos Projetos de Assentamento Extrativistas serviu como fundamentação para a criação de uma nova modalidade de estabelecimento de proteção ao meio ambiente, as Reservas Extrativistas.

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger

¹¹ As Reservas Extrativistas foram inseridas na Política Nacional de Meio Ambiente em 1989 (Art. 9º inciso VI da Lei No. 7.804, de 18.07.89) e oficialmente criadas pelo Decreto N. 98.987 de 30 de janeiro de 1990. Em 2000 foram consideradas como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação pela Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000. Os moradores das Reservas Extrativistas passaram a ser considerados beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária por meio da Portaria Inter-Ministerial N. 187, de 19 de setembro de 2002, assinada pelos Ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. 1

os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, (SNUC¹², 2000).

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada em 13 de março de 1990 e está localizada na região sudeste do estado do Acre, Brasil, entre as seguintes coordenadas geográficas: 10° 06' 11" a 10° 58' 39" de latitude Sul e 67° 56' 13" a 69° 48' 00" de longitude Oeste, e abrange uma área de 970.570 hectares, distribuídos em seis municípios do estado: Assis Brasil, Capixaba, Brasiléia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. A UC¹³ é caracterizada como uma "Unidade de Conservação de Uso Sustentável". Com uma população estimada em 7.851 habitantes, residindo na área da reserva, com uma densidade demográfica de 0,9hab. Km⁻²; ao total são 1.766 famílias distribuídas em 48 seringais, com aproximadamente 1.100 colocações. (PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

A Resex Chico Mendes foi criada, logo após a morte do líder sindical Chico Mendes, sua criação foi uma resposta ao movimento dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, desde a década de 1980. Os principais fatores que deram origem à criação da Resex foram a não aceitação do movimento ao modelo tradicional de colonização para Amazônia, adotado pelo INCRA, para a regularização fundiária na região. O modelo implicava a divisão das terras dos seringais, em lotes individuais a serem explorados pelas unidades de produção familiar. O segundo, as constantes ameaças pelo desmatamento que vinha ocorrendo na região, culminado em diversos conflitos ambientais entre seringueiros e fazendeiros pelo direito a terra na região do Vale do Acre.

A ideia de Reserva Extrativista sintetizou as duas principais aspirações dos seringueiros em uma única proposta: a da regularização fundiária com a da proteção da floresta (ALEGRETTI, 2002).

Enfim, com a implantação da Resex, que levou o nome de seu principal idealizador "Chico Mendes", pôs fim a uma longa batalha das populações tradicionais sobre a oligarquia da pecuária. Entretanto, a batalha agora era conseguir colocar em prática os objetivos propostos no conceito de Reservas Extrativista de Uso Sustentável, aliando ao desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

¹² Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

¹³ Unidade de Conservação.

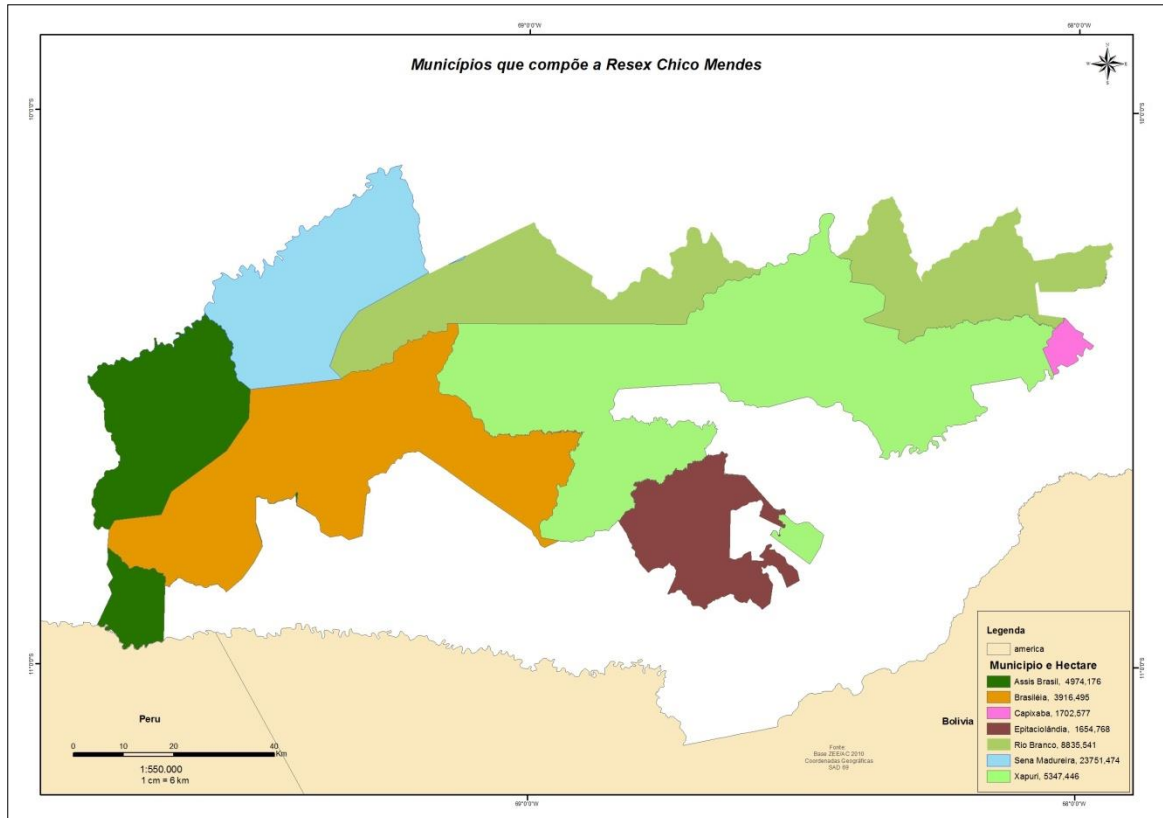


Figura 10: Localização dos municípios que compõe a área da Resex Chico Mendes no Estado do Acre (Elaborado por Tayla Maia, 2012).
Fonte: IBGE/AC, Censo, 2010.

2.1 NÍVEIS DE DESMATAMENTO NA RESEX CHICO MENDES

A luta pelo o direito de continuar vivendo na floresta e da floresta, deu início a um dos maiores “conflitos” pela posse da terra na região do Estado do Acre. Os constantes conflitos entre as populações tradicionais e os poderosos da pecuária foram os fatores decisivos para o processo de criação da Resex Chico Mendes no estado do Acre. Nesse sentido, os dados que serão utilizados na análise, a seguir, fazem parte do **Diagnóstico Socioeconômico¹⁴ e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**, nos quais serão verificados problemas ambientais, destacando o aumento do desmatamento que vem ocorrendo na área da Resex Chico Mendes.

As Resexs foram criadas com objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico das comunidades extrativistas e a conservação das florestas. Nos últimos anos, a conservação florestal tem sido objeto de diversas críticas de conservacionistas e economistas, devido ao uso da terra na área da UC. Desde sua criação em 1990, a Reserva Extrativista Chico Mendes vem sofrendo um tenso processo de mudança em sua paisagem natural. O principal fator para

¹⁴ Realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre – SEMA, publicado em dezembro de 2010.

essa transformação são os elevados índices de desmatamento que vêm ocorrendo em toda sua área, como pode ser observado ao longo dos 22 anos de existência da reserva.

A criação da reserva tem se mostrado como uma das barreiras para o avanço do desmatamento em larga escala na região onde foi implantada. Porém, a Resex, não pode ser vista como uma “linha de isolada” das dinâmicas de desenvolvimento e das forças econômicas que provocam mudanças no uso da terra e na paisagem natural. De acordo com a UCEGEO¹⁵, entre os anos de 1988 (dois anos antes de sua criação), até 2010, existe um grande nível de variação anual, espacial de desmatamento nos anos mais recentes na Resex.

Os dados da análise nos mostram que entre os anos de 2003 a 2005 foram registrados os maiores índices de desmatamento, todos já registrados desde a criação da Resex Chico Mendes. No ano de 2003, o desmatamento atingiu 5.683 hectares, o correspondente a 0,61%, da área da Resex Chico Mendes. Já no ano de 2005, o desmatamento atingiu cerca de 10.044 hectares, o correspondente a 1.08% da área da reserva – índice acima do identificado no interior da reserva no ano de 1998 (9.978 hectares).

Nos anos seguintes, quedas substanciais foram observadas, especificamente no ano de 2008, com 0.08% (726 hectares) desmate na reserva. Porém, a pesquisa atual constatou que o desmatamento no interior da unidade de conservação voltou a crescer nos anos de 2009 e 2010, sendo que neste ano houve um desmatamento de 0.61% ou 5.713 hectares. Aos longos de 22 anos de existência, foi contabilizada uma área de desmatamento de aproximadamente 76.430 hectares, o que corresponde a 8.19% da área total da Resex Chico Mendes. A média anual de desmatamento na Resex gira em torno de 3.474 hectares de área desmatada, ou seja, a cada ano 3.474 hectares de área de floresta é desmatado, o que significa 0.37% da área total da Resex. De acordo com essa tendência, em 2015 a Reserva Chico Mendes ultrapassará os níveis de desmatamento permitidos pela regulamentação vigente, com 10.5% de sua área total desmatada, ou seja, 93.801 hectares de área desmatada.

As transformações socioeconômicas em nível regional também contribuíram para o aumento do desmatamento, principalmente, na década de 2000, visto que tais transformações, contraditoriamente, são um reflexo do avanço das políticas de valorização das populações rurais, como aplicação de acesso ao crédito e melhoria de condições de infraestrutura de produção (estradas, ramais, armazenamento etc.).

Uma das transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo na Resex é a atividade da pecuária, com a criação de gado em pequena escala, como uma alternativa de resultados econômicos vantajosos a curto prazo. A criação de gado em pequena escala exerce um papel

¹⁵ Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre

crecente na economia familiar dos moradores da reserva. A atividade funciona como espécie de poupança para os moradores da reserva.

Contudo, a pecuária passa a ser uma das poucas alternativas para uma maior segurança da economia, respaldada por sua Cadeia Produtiva mais estruturada e que domina a economia regional fora da Resex Chico Mendes. A tal mudança de visão, aliada a novas perspectivas econômicas e outros fatores conduziram ao aumento de desmatamento na Resex Chico Mendes.

A dinâmica do desmatamento no interior da Resex Chico Mendes não ocorre de forma homogênea, mas observam-se diferenciações através da desagregação dos dados gerais, focando a atenção na escala do seringal. Com a existência de um plano de manejo estabeleceu-se que o limite para desmatamento no interior da reserva pelo morador para fins de produção e subsistência é de 10% da área de cada colocação¹⁶. (MMA, 2006).

De acordo com os padrões de desmatamento no interior da reserva estão classificados em cinco classes de desmatamento, por seringal: na primeira classe de desmatamento foram identificados 8 seringais; na segunda classe de desmatamento agrupa um número maior com 14 seringais; a terceira classe de desmatamento compreende 10 seringais. Dentre as duas últimas que abrangem 11 seringais, por fim foram identificados 03 seringais que ultrapassaram 20% de desmatamento de sua área.

Assim, dos 46 seringais que compõem a área da Resex Chico Mendes, 14 seringais já extrapolaram os limites de 10% de desmatamento descrito no plano de manejo da Unidade de Conservação Ambiental.

Tabela 5: Classe de desmatamento por Seringal na Resex Chico Mendes - ACRE

Classe de desmatamento (%)	Número de Seringais atingidos
0-3,5%	8
3,6- 7%	14
7,1-10,0%	10
10,1-20%	11
>20%	3
Total	46

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, ano: 2010.

Este agrupamento foi realizado para facilitar o entendimento das diferentes dinâmicas do desmatamento interno que vem ocorrendo na reserva ao longo dos anos, e subsidiar

¹⁶ Colocação ou unidade fundiária do sistema de seringal implantado na Amazônia. É definida como sendo uma modalidade de divisão de espaço, que se baseia em número de árvores de seringueira (*Hevea brasiliensis*) adulta, contendo em torno de 100 a 150 plantas, numa média de 300 ha (CNS, 1994).

estratégia de gestão diferenciada, chamando a atenção para áreas mais específicas e preocupantes quanto à coerência do uso da terra.

Conclui-se que, desde sua criação, a Resex Chico Mendes vem sofrendo constantes transformações na sua paisagem natural, marcada, principalmente, pelos diferentes processos de exploração florestal que vem sendo desenvolvidos no interior da Resex ao longo das décadas.

2.2 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL BRUTA NA RESEX CHICO MENDES

A Resex Chico Mendes concentra a maior reserva de árvores nativas de seringueira – (*Hevea brasiliensis*), do Estado do Acre. A borracha é atividade produtiva de maior expressão dentro da Resex, mas ainda é considerada um produto de pequena produtividade, por apresentar baixa qualidade e com tendência declinante, sobretudo pelo baixo valor agregado a esse produto. Do total de famílias que compõem a área da Resex, 45% praticam a atividade econômica da borracha.

Existem, hoje, na área da Resex Chico Mendes, aproximadamente 801 famílias de seringueiros trabalhando na extração da borracha, com média de 167 Kg por família. A produção média anual gira em torno de 133.720/kg de borracha. Em termos de volume físico a atividade extrativista da (borracha/castanha) supera as demais atividades produtivas desenvolvidas na Resex Chico Mendes (SEMA, 2010).

Dentre os municípios que compõem a área da Reserva Extrativista Chico Mendes, os municípios de Brasiléia e Xapuri apresentam o maior número de famílias extrativistas envolvidas na atividade da borracha, com cerca de 40% do total de famílias da Resex. Em volume de produção, o município de Brasiléia apresenta o maior volume de produção de borracha, com uma produção anual de 57.877/kg de borracha.

Já o município de Xapuri é o segundo em volume de produção, com 45.890/kg de borracha. No entanto, no tocante ao número de famílias envolvidas com a produção de borracha, a ordem está alterada. Apesar de Brasiléia apresentar a maior produção, o número de famílias envolvidas é de 38%, enquanto que no município de Xapuri, esse número é de 43% de famílias envolvidas com a produção da borracha. A provável justificativa deve-se ao fato de que a castanha é a principal atividade extrativista, desenvolvida nas Unidades de Produção Familiar no município de Brasiléia, enquanto que a borracha é principal atividade no município de Xapuri. Na tabela 6, observa-se a produção e famílias envolvidas com a borracha nos municípios que compõem a áreas da Resex Chico Mendes.

Tabela 6: Produção e famílias envolvidas com a borracha na Resex Chico Mendes – ACRE.

Município	Produção (kg)	Família (%)
Assis Brasil	8.857	5,37
Brasiléia	57.877	38,95
Capixaba	4.558	3,75
Rio Branco	13.658	6,74
Sena Madureira	2.880	1,76
Xapuri	45.890	43,57
Total	133.720	100

Fonte: Secretaria de Estado e Meio Ambiente - SEMA, Ano 2010.

Os municípios de Brasiléia e Xapuri continuam a liderarem o ranque no volume de produção de borracha na Resex Chico Mendes. No ano de 2011, a produção de borracha nesses dois municípios chegou ao um volume de 171.991/kg/ano, o correspondente a R\$ 358.891,73 por ano. Em subsídio da borracha, esses valores representam aproximadamente R\$ 354.7362, pagos pela produção de borracha bruta (CVP/Látex) subsidiada no estado do Acre (SEAPROF, 2011). A seguir apresenta-se a produção de borracha subsidiada e comercializada nos municípios de Brasileia e Xapuri, em 2011 (Tabela 7).

Tabela 7: Produção de borracha (CVP e Látex) subsidiada e comercializada nos municípios de Brasiléia e Xapuri, em 2011.

Município	Borracha – CVP e Látex		
	Produção (Kg)	Comercialização (R\$)	Subsídio (R\$)
Brasileia	105.036	181.393,70	73.525,20
Xapuri	66.955	177.498,03	281.211,00
Total	171.991	358.891,73	354.736,20

Fonte: Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestral e Produção Familiar – SEAPROF, ano 2011.

O volume de produção de borracha nessa região foi o fator que me levou à escolha, dentre os municípios que compõem a área da Resex Chico Mendes, para a realização da pesquisa. A escolha das áreas pesquisadas, “**Seringais Amapá e Nazaré**”, seguiu os mesmos critérios de escolha dos municípios – Brasiléia – Xapuri, que serão analisados na pesquisa a ser desenvolvida.

2.2.1 Seringal Amapá

O Seringal Amapá encontra-se inserido na Resex Chico Mendes, no município de Brasiléia – ACRE, coordenadas (69°25'41,7" W e 10° 24' 24,4" S), na região do Alto Acre¹⁷, zona¹⁸ geopolítica 04. Sua sede encontra-se localizada na colocação Boa Vista do Rio do Ouro. O seringal encontra-se a uma distância de aproximadamente 122 km da sede do município de Brasiléia, sendo composto por 63 km de estrada de asfalto e 59 km de estrada de barro (ramal). A distribuição territorial dos moradores é do tipo “dispersa” composta por 52 colocações, nas quais residem cerca de 46 famílias, aproximadamente, 180 pessoas.

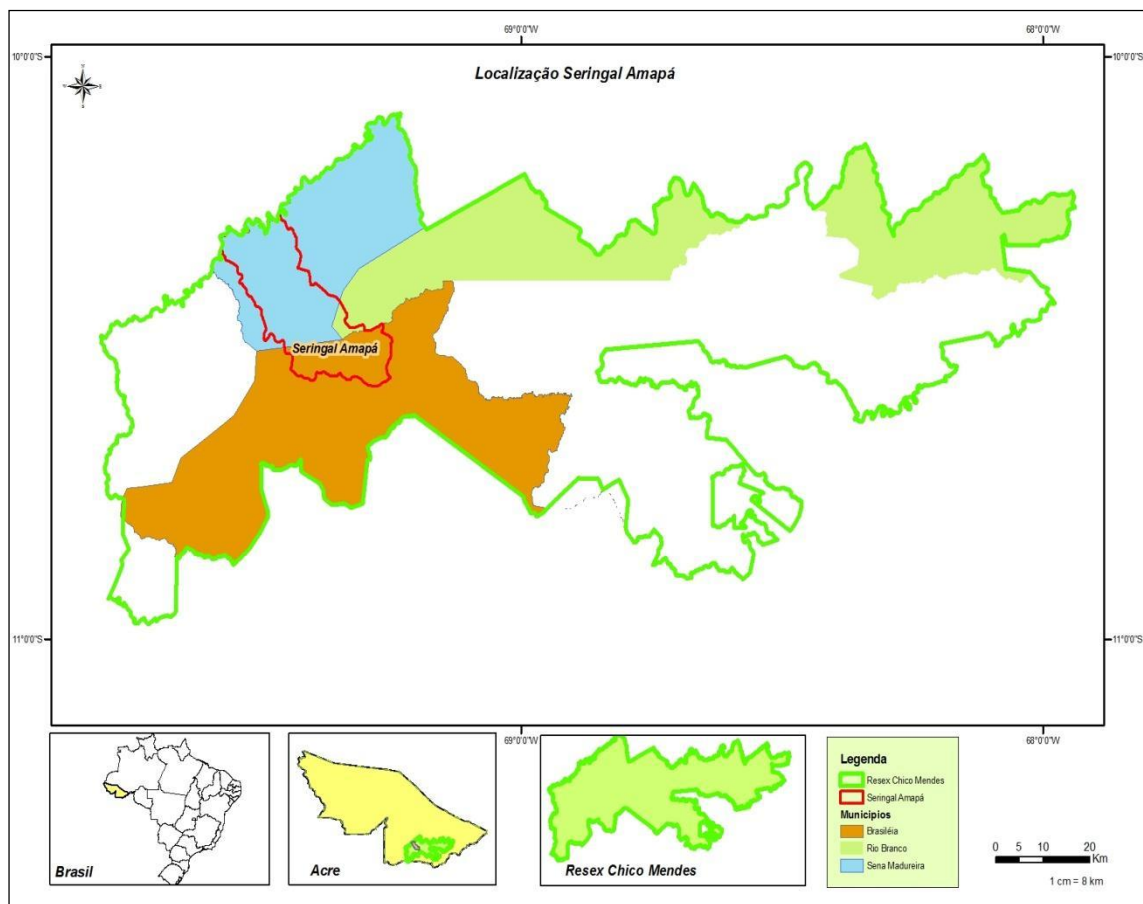


Figura 11: Localização do Seringal Amapá - RESEX Chico Mendes, em Brasiléia – ACRE. (Elaborado por Tayla Maia, 2012).

Fonte: IBGE/AC, Censo, 2010.

As principais vias de acesso à reserva utilizada pelos moradores são terrestres, por meio de ramais e varadouro. Um dos principais ramais de acesso à área do Seringal Amapá é

¹⁷ Ordenamento Territorial Local, composto pelos seguintes municípios: Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri.

¹⁸ É divisão da Resex Chico Mendes em 05 zonas geopolítica. Estas zonas estabelecem aspectos demográficos, localização e acesso. Esta respeitam relações territoriais e sociais estabelecidas pelos moradores, respeitando os limites de cada município de abrangência e subdivisões por seringais que se localizam em mais de um município.

o Ramal do 59. O tempo de deslocamento até a sede varia de 2 a 3 horas no período de verão, quando o ramal apresenta boas condições de trafegabilidade. No período de inverno, em virtude das constantes chuvas, as condições de trafegabilidade do ramal são reduzidas, impossibilitando a entrada de caminhões e caminhonetes, assim esse trajeto é realizado por com a ajuda de animais, ou caminhadas a pé.

O seringal conta com duas escolas estaduais denominadas Escola José Padre de Anchieta, localizada na colocação Boa Vista do Rio do Ouro, e Escola José Mareira Filho, que oferecem o ensino fundamental. O tempo médio de deslocamento para chegar à escola é de uma hora, todos os estudantes vão à escola caminhando.

A assistência médica na região é precária devido à grande extensão da área, por causa disso aumenta o custo de deslocamento, além disso, há a grande dispersão da população a ser assistida, há a falta de meios de transportes, equipamentos, e a insuficiência de recursos financeiros agregada à falta de profissionais habilitados para atender essa população. A comunidade é representada juridicamente pela AMOPREBE¹⁹, das 52 famílias que constituem a comunidade, 78% são filiadas a esta Associação. Atualmente a organização tem como representante legal a senhora Luiza Carlota da Silva Caldas. O seringal também conta com a participação de um núcleo de base, responsável por defender os interesses das famílias, junto a AMOPREBE. Existem na área da Reserva Chico Mende, cerca de 37 Núcleos de Base, todos juridicamente legalizados.

A produção extrativista, no seringal é bem expressiva, a borracha e a castanha são as atividades mais praticadas pelos moradores na comunidade. A COOPERACRE é a organização responsável pela comercialização dos produtos extrativistas no seringal. A extração da borracha é a segunda atividade produtiva mais praticada pelas famílias na comunidade do seringal Amapá.

Existem aproximadamente 36 famílias, trabalhando com a produção de borracha CVP. O preço comercializado é R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) o quilograma, sendo esse valor complementado por mais R\$ 0,70 (setenta centavos) do subsídio da borracha, elevando o valor total da borracha para R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) o Kg do produto no mercado local.

¹⁹ Associação de Moradores e Produtores Rurais de Brasília e Epitaciolândia.

Tabela 8: Produção de borracha (CVP) subsidiada no Seringal Amapá no período de (2008 – 2011)

Ano	Produção (kg)	Subsídio (R\$)
2008	9.951	6.965,70
2009	4.951	3.465,70
2010	397	365,30
2011	6.731	4.711,70
Total	22.030	15.508,40

Fonte: Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF/2011.

Na tabela 8, observa-se que no período de 2008 a 2011, a maior produção de borracha aconteceu no ano de 2008, com 9.951/kg de borracha produzidos no seringal. Entretanto, no mesmo período analisando, em 2010, foi registrada a menor produção de borracha de todos os tempos, com apenas 379 kg de borracha produzidos. Não se sabe ao certo o motivo que levou à queda da produção no seringal, no referido ano. Entretanto, os motivos mais prováveis estão no baixo preço da borracha, bem como o envolvimento das famílias em outras atividades produtivas, como a coleta da castanha, que proporciona um preço melhor do que a borracha, e a pecuária, atividades bastante desenvolvidas pelas famílias na unidade de produção familiar.

Contudo, os dados nos mostram que no ano de 2011, a produção de borracha voltou a crescer novamente no seringal Amapá, atingindo a casa de 6.731 kg de borracha do tipo CVP. Num contexto geral, a produção de borracha no Seringal Amapá, apresenta-se de forma satisfatória.

2.2.2 Seringal Nazaré

O Seringal Nazaré está localizado no município de Xapuri – ACRE, coordenadas (68° 45' 7,7" W e 10° 23' 58,3" S) está situado na regional do Ato do Acre, zona geopolítica 03. Sua sede encontra-se na colocação União. A distribuição territorial dos moradores é do tipo “dispersa” composta por 47 colocações, nas quais residem cerca de 41 famílias, aproximadamente 164 pessoas.

As principais vias de acesso utilizadas pelos moradores são terrestres, por meio de ramais e varadouro. Um dos principais ramais de acesso é o Ramal Nova Vida. O tempo de deslocamento até a sede varia de 1 a 2 horas no período de verão, quando o ramal apresenta

boas condições de trafegabilidade. No período de inverno, em virtude das constantes chuvas, as condições de trafegabilidade do ramal são reduzidas, impossibilitando a entrada de caminhões e caminhonetes, assim esse trajeto é realizado caminhando, ou com a ajuda de animais.

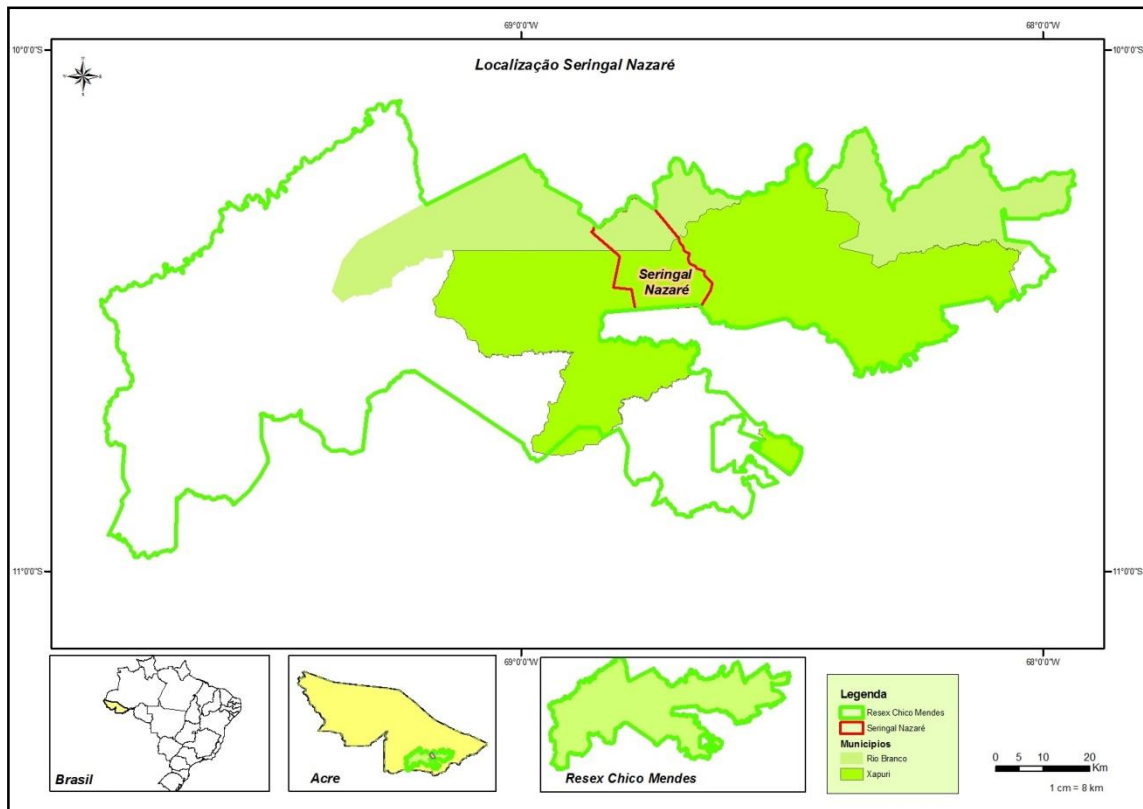


Figura 12: Localização do Seringal Nazaré - RESEX Chico Mendes, em Xapuri (Elaborado por Tayla Maia, 2012).

Fonte: IBGE/AC, Censo, 2010.

A organização social é bastante atuante no seringal, a AMOPREX²⁰ é a organização que representa os moradores na área da Resex Chico Mendes. Atualmente a associação tem como representante legal o Sr. Sebastião Nascimento de Aquino.

A extração da borracha é considerada a principal atividade econômica, junto com a coleta da castanha. Atualmente, existem aproximadamente 170 produtores na extração do látex (*borracha não coagulada*). A produção média de Látex é de aproximadamente 28.285 litros ao ano. Atualmente, o produto está sendo comercializado ao preço de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) o quilograma de borracha seca, sendo esse valor complementado por R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) de subsídio, perfazendo um total de R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos), pagos ao produtor. Todo o Látex é repassado à fábrica de preservativo,

²⁰ Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes de Xapuri.

desse látex são produzidos, anualmente, 100 milhões de unidades de preservativos, todo esse Látex é oriundo de seringais nativos, localizados na área da Reserva Extrativistas Chico Mendes.

No mesmo período analisado 2008 a 2011, a produção de látex apresentou-se de forma significativa nas unidades de produção familiar. No entanto, percebe-se que de um ano para outro, a produção de látex é bastante variada, apresentado-se de forma irregular. Entretanto, o pico da produção de Látex deu-se no ano de 2009, atingido 41.643 litros de Látex coletados. De acordo com os dados, na tabela 9, observa-se a produção de Látex (borracha *não coagulada*) subsidiada no Seringal Nazaré.

Tabela 9: Produção de borracha (Látex) subsidiada no Seringal Nazaré no período de (2008 – 2011).

Ano	Produção (kg)	Subsídio (R\$)
2008	13.972	19.560,80
2009	41.643	43.229,00
2010	24.721	34.609,40
2011	26.334	110.602,80
Total	106.670	208.002,00

Fonte: Secretaria de Estado e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF.

Nos dados da tabela 9, observa-se que no ano de 2011, o subsídio pago para o Látex sofreu um aumento significativo (33%), passando de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), para R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos). O reajuste no valor do subsídio justifica o montante subsidiado da borracha pago em relação aos anos anteriores. O subsídio pago a borracha ao Látex (borracha *não coagulada*) é pago por quilograma de borracha, ou seja, pela quantidade de borracha seca contida no Látex.

O processo de criação da Reserva Chico Mendes foi impulsionado, principalmente, pela exploração extrativista da borracha na região. Os constantes conflitos pela posse da terra e pelo direito de explorar os recursos naturais com sabedoria foram fatores decisivos na luta pelo direito de viver na e da floresta. A criação da Reserva deu tranquilidade não só às famílias que ali moravam, mas também o direito legal de explorar com sabedoria, os recursos naturais existentes na floresta. No entanto, a criação da Resex Chico Mendes não pôs fim aos diversos problemas econômicos, sociais e ambientais existentes, ainda hoje, no interior da Reserva

Chico Mendes. Dentre eles, o mais preocupante é o aumento do desflorestamento que vem crescendo no interior da Unidade de Conservação Ambiental, nas últimas décadas.

Dentre os fatores que vêm contribuindo diretamente para a aceleração do processo de desflorestamento está o fator econômico. O baixo preço dos produtos extrativistas, principalmente a borracha, faz com que as famílias abandonem a prática da atividade, passando a explorar outras atividades predatórias, a exemplo da pecuária, que tem contribuído diretamente para a atual realidade existente na reserva. Em muitos casos, a pecuária representa para as famílias, uma das poucas possibilidades de obter algum dinheiro (moeda), já que a maior parte da produção desenvolvida na Unidade de Produção Familiar é destinada basicamente a subsistência das famílias nos seringais.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que a atividade da borracha tem papel fundamental para a conservação da floresta da Resex Chico Mendes. A UC concentra o maior número de famílias de seringueiros, explorando a atividade extrativa da borracha na região do Estado do Acre. Isso faz com que produção de borracha, seja vista como um fator positivo para a conservação ambiental, já que a borracha é considerada como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores na área da Resex. Isso nos leva a concluir que há uma visível relação de dependência econômica, social e ambiental entre a produção de borracha e a Resex, uma vez que a borracha não garante, por si só, a devida sustentação econômica dos seringueiros. Por isso, é necessário que se desenvolvam outras atividades produtivas complementares, assim como a sociedade, em geral, está ciente do serviço ambiental (conservação da floresta, cuidados com a fauna e flora), preservação de (saberes locais) que esta classe de trabalhadores da floresta está nos prestando.

CAPÍTULOS 3 – DADOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA PESQUISA

3.1 ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS SERINGAIS AMAPÁ E NAZARÉ

3.1.1 Dados econômicos

3.1.1.1 Extrativismo

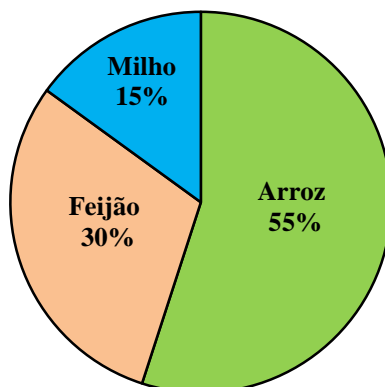
A valorização dos produtos extrativistas tem sido o principal foco para a implementação de políticas públicas na região nos últimos anos. A extração da Borracha e a coleta da Castanha contribuem como fonte de alimento e geração de renda para as famílias extrativistas nas áreas dos seringais.

No Seringal Amapá, a castanha é considerada por (60%) das famílias como a principal atividade extrativista desenvolvida no seringal. A extração da borracha (CVP) é a segunda atividade, sendo praticada por (40%) dos moradores. De acordo com as famílias entrevistadas, os rendimentos auferidos com a comercialização da castanha são superiores aos da borracha, embora apresente uma safra menor que a borracha. No Seringal Nazaré, a extração do Látex é considerada por (85%) das famílias, como sendo a principal atividade desenvolvida no seringal. Toda a produção de Látex é destinada à fabricação de preservativo masculino no Estado.

3.1.1.2 Agricultura

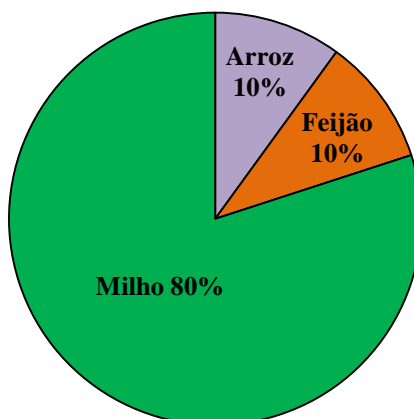
A agricultura é uma atividade bastante desenvolvida na área da Reserva Chico Mendes. O plantio da lavoura branca predomina como prática de produção agrícola, com ênfase no cultivo do arroz, feijão e milho. A agricultura praticada é de subsistência, entretanto, o excedente dessa produção é comercializado pelas famílias no mercado local da cidade.

No Seringal Amapá, com relação à produção agrícola cultivada, obteve-se a seguinte informação: o arroz corresponde a 55% dos produtos cultivados, o milho corresponde a 15% e o feijão corresponde a 30% da produção. A mandioca também foi citada como outro produto cultivado no seringal. Tradicionalmente a mandioca é utilizada na produção de farinha na unidade de produção. A seguir os produtos cultivados pelas famílias no Seringal Amapá (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produtos agrícolas cultivados no Seringal Amapá

Fonte: Dados da pesquisa

No Seringal Nazaré, os produtos cultivados são os mesmos, embora apresente uma menor participação. Dessa forma, o arroz e o feijão correspondem a 10% cada e, o milho a 80% da produção cultivada pelas famílias. A seguir produtos agrícolas cultivados no Seringal Nazaré (Gráfico 2).

Gráfico 2: Produtos agrícolas cultivados no Seringal Nazaré

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que a prática da agricultura faz parte do sistema de autoconsumo das famílias, em ambas as áreas. Entretanto, observa-se uma maior produção por parte desses produtos no Seringal Amapá, o que nos leva a concluir, que também haja uma maior comercialização do excedente da produção na comunidade.

3.1.1.3 Renda bruta com atividades produtivas

Nos seringais a renda familiar é complementada pela prática das atividades produtivas complementares. Desse modo, procurou-se analisar a renda obtida a partir dessas atividades nos seringais. Nos seringais a renda encontra-se classificada por faixa de renda e número de família. A renda é uma composição das atividades da castanha, agricultura e criação de animais.

No Seringal Amapá, a maior parte das famílias (11), tem renda média de um salário mínimo, num período de tempo de 8 meses. Já as que têm renda maior que um salário mínimo, (3) famílias, com o mesmo período de tempo. No entanto, verificou-se que (5) cinco famílias possuem uma renda, a baixo de um salário mínimo, embora num menor período (2) meses/ano. A seguir renda média anual por família com atividades produtivas complementares no Seringal Amapá (Tabela 10).

Tabela 10: Renda média anual com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Amapá.

Renda média	R\$	Nº famílias	Período (quantidade de meses por ano)	Renda bruta anual (R\$)
Abaixo de um salário mínimo	591,00	5	2	2.955,00
Acima de um salário mínimo	1.490,91	3	3	13.418,19
Média de um salário mínimo	642,00	11	8	54.736,00

Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, observa-se que a maior parte das famílias (11) tem renda abaixo de um salário mínimo, embora, num período menor (4) meses/ano. Quanto às que têm renda acima de um salário mínimo, (3) famílias, apresenta um período menor de tempo (2) meses/ano. Por último, estão as famílias (6) que tem renda na média de um salário mínimo, com igual período de tempo. A seguir renda média anual por família com atividades produtivas complementares no Seringal Nazaré (Tabela 11).

Tabela 11: Renda média anual com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Nazaré

Renda média	(R\$)	Nº famílias	Período (quantidade de meses por ano)	Renda bruta anual (R\$)
Abaixo de um salário mínimo	337,08	11	4	14.831,52
Acima de um salário mínimo	663,00	3	2	3.978,00
Média de um salário mínimo	642,00	6	6	22.392,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise da renda em ambos os seringais, observa-se que há uma inversão na renda das famílias nos seringais. No Seringal Amapá, a renda por família está bem mais distribuída, pois a maior parte das famílias, tem renda média de um salário mínimo, enquanto no seringal Nazaré, a maior parte tem renda inferior a um salário mínimo, embora num menor período de tempo.

Conclui-se que a diferença de rendas observadas, está no fato de que as famílias do seringal Amapá, dedicam-se bem mais a outras atividades complementares, do que as do seringal Nazaré. No seringal Nazaré, a renda principal está vinculada à comercialização do látex.

3.1.1.4 Custo com as atividades produtivas

Nos seringais pesquisados, o custo médio com atividades produtivas é bastante diferenciado. Nota-se que a maior parte das famílias (9) tem custos que variam entre R\$ 100,00 e, R\$ 300,00, com um período de tempo (3) meses/ano. Entretanto, observa-se que (7) famílias tem custo superior a R\$ 500,00, também no mesmo período de tempo das famílias anteriores. A menor parte, ou seja, (1) família tem custo médio de R\$ 100,00, também com igual período de tempo. O custo com a produção pode ser observado com maior clareza na tabela a seguir (Tabela 12).

Tabela 12: Custo médio com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Amapá.

Custo médio/anual	Nº famílias	Período (quantidade de meses por ano)
Até R\$ 100,00	1	1
Entre R\$100,00 e 300,00	9	3
Entre R\$300,00 e 500,00	3	3
Acima de R\$ 500,00	7	3

Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, observa-se que o custo médio por família é bastante diversificada. Entretanto, nota-se que a maior parte das famílias (14) tem custos com a produção superior a R\$ 500,00, em um período de (4) meses/ano. A menor parte das famílias (4) tem custo entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00, num período médio de (4) meses/ano. Observa-se de forma mais detalhada o custo médio por família a abaixo (Tabela 13).

Tabela 13: Custo médio com atividades produtivas desenvolvidas no Seringal Nazaré

Custo médio/anual	Nº famílias	Período (quantidade de meses por ano)
Entre R\$100,00 e 300,00	03	03
Entre R\$300,00 e 500,00	01	01
Acima de R\$ 500,00	14	04

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise das duas áreas estudadas, percebe-se que as famílias do seringal Amapá, apresentam custos menores que os das famílias do seringal Nazaré. No seringal Amapá, a maior parte das famílias (9) tem custo por família entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00, embora num menor período de tempo. Já as do seringal Nazaré, também a maior parte das famílias (14), tem custo superior a R\$ 500,00 por família, num período maior de tempo (4) meses/ano. Apesar das famílias do seringal Amapá apresentar uma renda superior às famílias do seringal Nazaré, os custos com a produção é menor que do as do seringal Nazaré. Os custos são derivados do cultivo da agricultura, castanha e criação de animais.

3.1.1.5 Outras fontes de composição da renda

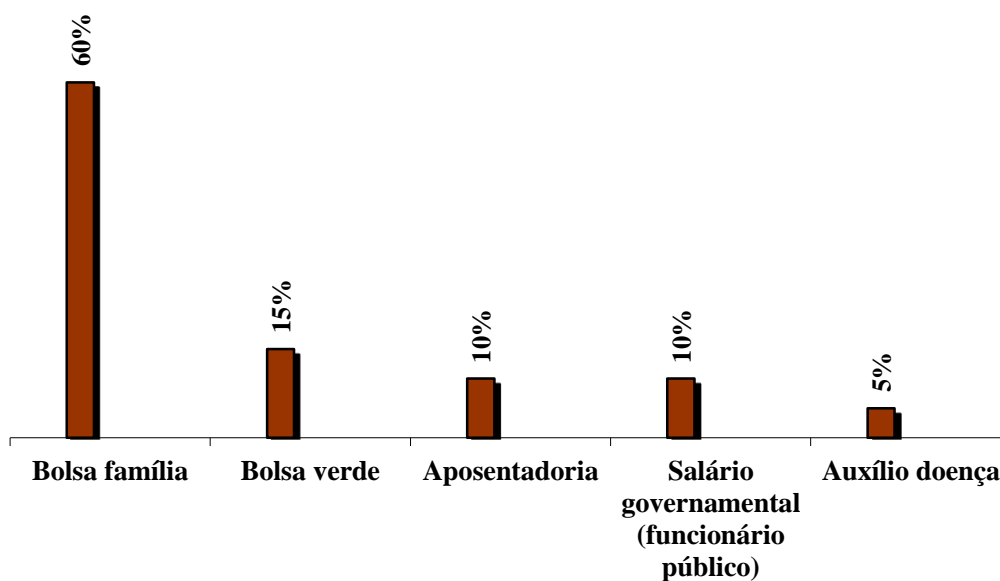
A composição da renda nos seringais é diversificada, podem, em alguns casos, vir de duas ou mais fontes, por exemplo, um benefício governamental, além das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade.

Nesse contexto, foram identificadas outras fontes de composição de renda, em pelo menos 85% das propriedades visitadas. Essas fontes vão desde aposentadorias a programas sociais, exemplo do programa bolsa família²¹ e bolsa verde²². Entretanto, há famílias que não se apropriam dessas fontes, uma vez que se inserem na categoria dos funcionários públicos, embora em menor proporção.

No Seringal Amapá, os programas sociais mais acessados, é o programa bolsa família e o programa bolsa verde. Também foram identificadas outras fontes de composição de renda, embora, em menor proporção. A seguir outras fontes de composição de renda no Seringal Amapá (Gráfico 3).

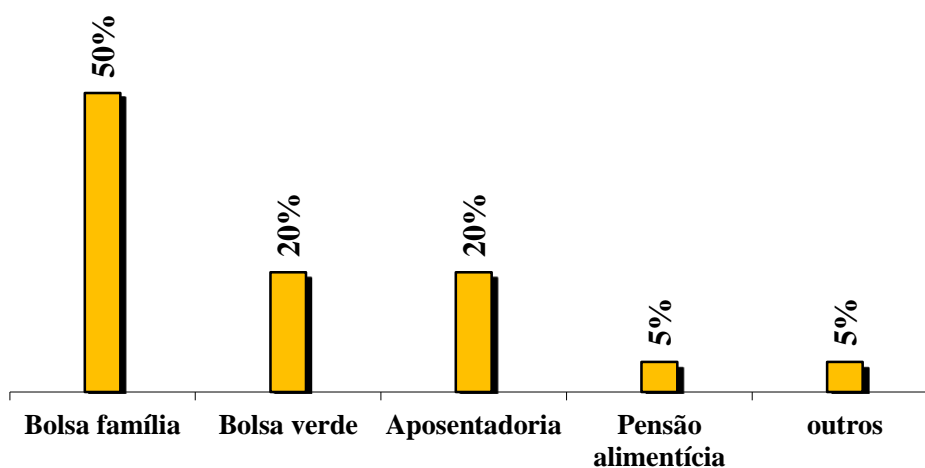
²¹ Programa Social de Transferência Direta de Renda que beneficia, em todo país, a famílias em situação de pobreza.

²² Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

Gráfico 3: Outras fontes de composição da renda no Seringal Amapá

Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, igualmente, os programas sociais (bolsa família/bolsa verde) são os mais acessados pelas famílias. Entretanto, existem famílias, que não se apropriam de outras fontes de renda. Abaixo, observam-se outras fontes de composição de renda no Seringal Nazaré (Gráfico 2).

Gráfico 4: Outras fontes de composição da renda no Seringal Nazaré

Fonte: Dados da pesquisa.

Conclui-se que a apropriação das famílias a outras fontes de renda dar-se, em sua grande maioria, em função das rendas obtidas com a prática das atividades produtivas não serem suficientemente capazes de garantirem o sustento das famílias, tornando-as dependentes economicamente desses tipos de benefícios nos seringais.

3.1.1.6 Dados da produção de borracha – CVP e Látex

Economicamente a borracha é uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias nos seringais, embora a renda obtida com a comercialização desse produto seja considerada pequena.

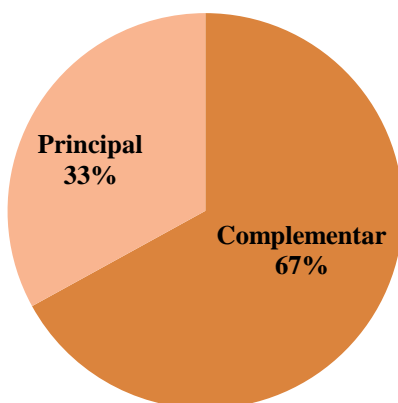
No Seringal Amapá, 60% das famílias trabalham na produção do CVP. A média de produção é 475/Kg, considerando uma safra de 5 meses durante o ano. O preço comercializado é de R\$ 3,50 por kg de borracha produzida, gerando uma renda média por família de R\$ 1.662,50, o que equivale renda mensal de R\$ 332,50.

No Seringal Nazaré, 85% das famílias, dedica-se à produção do Látex. A produção média, por família, ficou em torno de 207 Kg, considerando uma safra de 4 meses durante o ano. O preço comercializado é de R\$ 3,60 por Kg. A renda gerada com a comercialização desse produto ficou em R\$ 745,00, o que equivale a uma renda mensal de R\$ 186,30.

Observa-se que há uma significativa diferença de produção nos seringais pesquisados. A baixa produção no Seringal Nazaré, deve-se à conversão do Látex em borracha seca, isso faz com que a produção que é coletada em litros, seja reduzida em 50%, influenciando diretamente no volume final da produção. A conversão impacta diretamente na renda final, pois mesmo o Látex, apresentando um valor comercial maior que o CVP, ao final obtém-se uma renda menor que o CVP. O mesmo não acontece com o CVP, porque trata-se de borracha coagulada.

Outro fator analisado diz respeito à classificação da renda obtida com esses produtos pelas as famílias entrevistadas. No Seringal Amapá, 67% das famílias consideram a renda obtida com a borracha, como sendo uma renda complementar e, somente 33% como sendo uma renda principal. A seguir a classificação da renda pelas famílias com a comercialização do CVP, no Seringal Amapá (Gráfico 5).

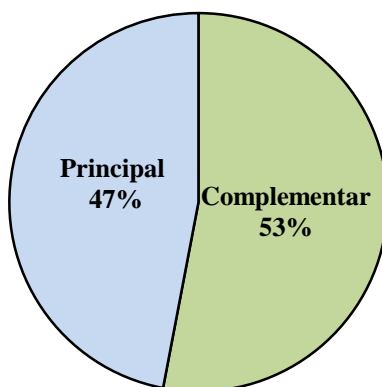
Gráfico 5: Classificação da renda pelas famílias com a comercialização do CVP no Seringal Amapá.



Fonte: Dados da pesquisa.

Contudo, no Seringal Nazaré, essa classificação apresenta-se de forma mais equilibrada. Constatou-se que 47% das famílias consideram a renda obtida com o Látex, como sendo uma renda principal e, 53% uma renda complementar. Nota-se que o subsídio influencia na classificação da renda, pois para as famílias, o valor do incentivo ajuda a compensar o valor comercial do Látex. A seguir a classificação da renda com a comercialização do Látex, no Seringal Nazaré (Gráfico 6).

Gráfico 6: Classificação da renda pelas famílias com a comercialização do Látex no Seringal Nazaré.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, percebe-se que há uma unanimidade entre os moradores, ao considerarem a renda obtida com a borracha como sendo uma renda complementar a outras rendas nos

seringais. Acredita-se que o principal motivo esteja nos baixos rendimentos obtidos com a comercialização desses produtos no mercado.

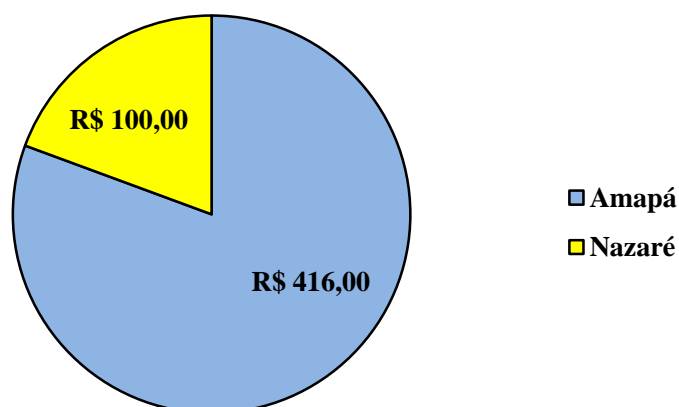
3.1.1.7 Custo com a produção da borracha – CVP e Látex

Numa análise simplificada nota-se que a borracha não gera receita suficiente para cumprir com as despesas da produção na propriedade.

No Seringal Amapá, o custo médio com a produção de borracha é de R\$ 416,00, no período de 02 meses ao ano. No Seringal Nazaré o custo é de apenas R\$ 100,00, também num mesmo período de tempo.

Uma provável explicação para tamanha diferença de custos entre as áreas, está no volume produzido pelas famílias, pois no Seringal Amapá a produção é o dobro da produção do Nazaré. Os gastos com a compra de utensílios para produção tornam-se bem maiores do que na segunda área, uma vez que a compra desses produtos são fornecidos pela NATEX aos produtores. Outro fator observado é o custo com o transporte para o escoamento da produção até a sede da associação na cidade, onerando o custo final da produção. No caso do Látex o transporte é responsabilidade da fábrica NATEX, que é pego na comunidade e transportado até a plataforma da fábrica. A seguir, o gráfico com a produção de borracha CVP e Látex (Gráfico 7).

Gráfico 7: Custo médio com a produção do CVP e Látex nos Seringais Amapá e Nazaré.



Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.1.8 Opinião das famílias em relação ao preço da borracha – CVP e Látex

Percebe-se que, nas áreas estudadas, o preço comercial pago à borracha é um assunto bastante discutido nos seringais. Num contexto global 57% das famílias, não concordam com o preço pago pelo o Kg do produto no mercado, em ambas as áreas visitadas.

No Seringal Amapá, 100% das famílias entrevistadas não concordam com o preço pago pelo CVP. Atualmente, o preço comercial da borracha varia entre R\$ 1,00 a R\$ 1,50. Dessa forma, no seringal o preço ideal para o Kg do CVP ficou em R\$ 3,00. Abaixo observa-se o preço médio atribuído a borracha pelas famílias no Seringal Amapá (Quadro 3).

Quadro 3: Preço médio atribuído a borracha – CVP no Seringal Amapá

Número de Famílias	Preço do CVP/Kg
6	5,00
1	6,00
1	8,00
2	9,60
1	10,00
1	Não respondeu
Preço médio	3,00

Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, o número de famílias que não concordam foi menor, ou seja, um percentual de (65%). Entretanto, notou-se que (35%) das famílias, concordam o preço pago pelo Látex, embora em menor parte delas. Contudo, o preço médio atribuído ao Látex, foi igualmente de R\$ 3,00 por quilo produzido. A seguir o preço médio atribuído ao Látex pelas famílias no Seringal Nazaré (Quadro 4).

Quadro 4: Preço médio atribuído a borracha – Látex no Seringal Nazaré

Número de Famílias	Preço do Látex/Kg
8	5,00
2	6,00
1	7,00
1	8,00
4	10,00
1	15,00
Preço Médio	3,00

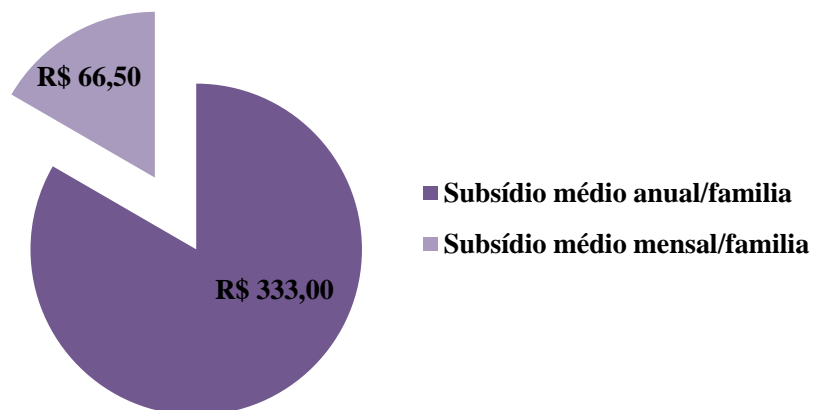
Fonte: Dados da pesquisa

Diante das análises, conclui-se que uma das principais justificativas apontadas está no sistema de produção. O processo de corte e coleta constitui-se na fase mais trabalhosa durante a produção de ambos aos produtos.

3.1.1.9 Subsídio da borracha – CVP e Látex

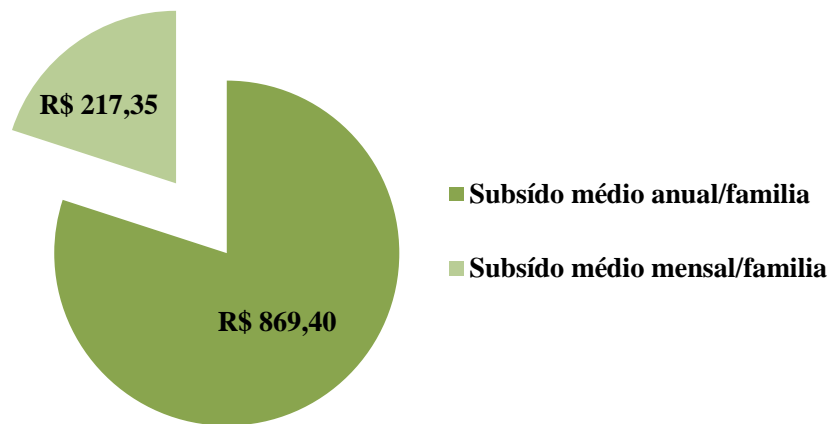
No seringal o subsídio tem a função de complementar à renda obtida com a comercialização da borracha. No Seringal Amapá o subsídio pago é R\$ 0,70/kg de borracha CVP produzida. O valor máximo obtido com o subsídio é de R\$ 560,00 e o valor mínimo de R\$ 140,00. O subsídio médio anual ficou em R\$ 333,00, o que equivale a um subsídio médio mensal de R\$ 66,50 por família ao ano. A seguir o subsídio médio anual e mensal por família no Seringal Amapá (Gráfico 8).

Gráfico 8: Subsídio anual e mensal por família com a borracha - CVP no Seringal Amapá



Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré o subsídio pago ao Látex é de R\$ 4,20 por Kg de borracha seca. Já o valor máximo obtido com o subsídio foi de R\$ 1.512,00 e o valor mínimo de R\$ 340,00. O subsídio médio anual ficou em R\$ 745,20, isso equivale ao subsídio médio mensal de R\$ 217,35 por família ao ano. A seguir o subsídio médio anual e mensal por família no Seringal Nazaré (Gráfico 9).

Gráfico 9: Subsídio anual e mensal por família com a borracha - Látex no Seringal Nazaré

Fonte: dados da pesquisa.

Entretanto, mesmo o subsídio sendo considerado baixo, por uma grande parte das famílias, ele é essencial para a complementação da renda da familiar em ambos os seringais pesquisados. A seguir preço mais subsídio atual e ideal de acordo com a opinião das famílias nos seringais Amapá e Nazaré (Tabela 14).

Tabela 14: Preço do Kg da borracha mais subsídio pago as famílias nos Seringais Amapá e Nazaré

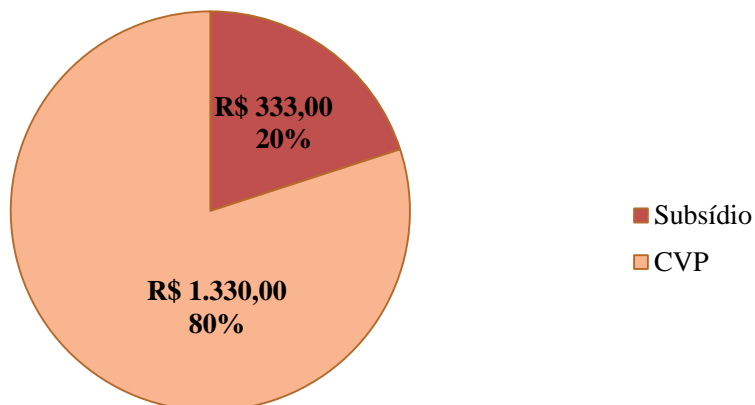
Seringal	Preço/Kg (R\$)	Subsídio atual (R\$)	Subsídio ideal (R\$)
Amapá	3,50	0,70	3,50
Nazaré	3,60	4,20	5,00

Fonte: Dados da pesquisa

3.1.1.10 Participação do subsídio na renda da borracha – CVP e Látex

Nos seringais, a participação do subsídio apresenta-se de forma diferenciada na comercialização do CVP e Látex. No Seringal Amapá a participação do subsídio na renda final do CVP é de apenas, 20%. Entretanto, a maior parte da renda é derivada da comercialização do CVP, participando com 80% nos rendimentos finais. Abaixo a participação do subsídio na renda do CVP, no Seringal Amapá (Gráfico 10).

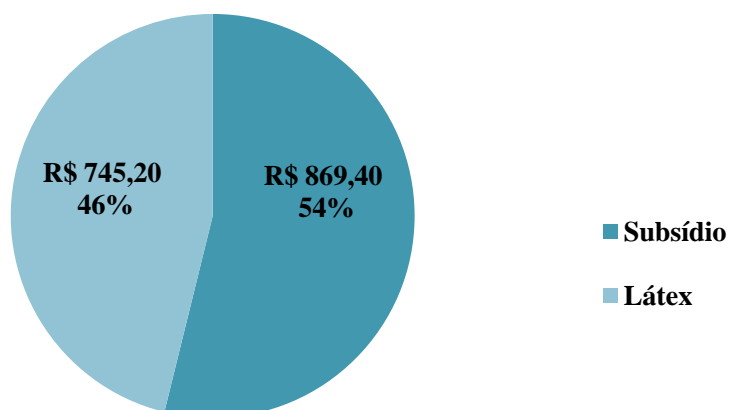
Gráfico 10: Participação do subsídio na renda da borracha - CVP no Seringal Amapá



Fonte: Dado da pesquisa.

No Seringal Nazaré, a maior participação na renda final do látex, vem do subsídio, contribuindo com 54% na renda final do Látex. O restante da renda é complementado com a comercialização do Látex, participando com 46% dos rendimentos finais. O gráfico 11, demonstra a participação do subsídio na renda do Látex, no Seringal Nazaré.

Gráfico 11: Participação do subsídio na renda da borracha - Látex no Seringal Nazaré

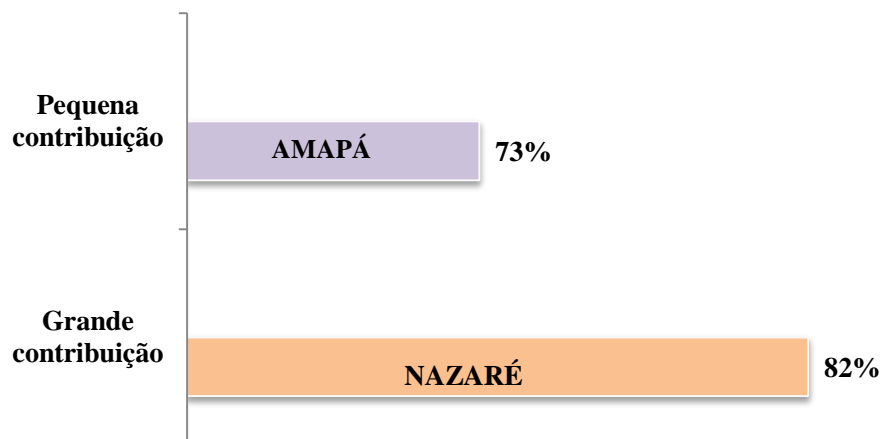


Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que apesar do subsídio, no Seringal Amapá, ser bem menor que no Seringal Nazaré, a renda total é superior. O volume de produção no Seringal Amapá é duas vezes maior que a do Seringal Nazaré. Nota-se que nessa situação, subsídio maior pago no Seringal Nazaré, não influencia na renda final das famílias. Vale ressaltar que isso não é uma regra, tem famílias que tem produção inferior e, superior em ambos os seringais pesquisados.

No que diz respeito à contribuição na composição da renda do produtor - somente 27% dos entrevistados afirmaram que o CVP contribui significativamente (ou de forma expressiva) na composição da renda, enquanto que no Seringal Nazaré 82% das famílias, disseram que o subsídio tem grande contribuição na renda total obtida. Abaixo a opinião das famílias a respeito da contribuição do subsídio na renda familiar (Gráfico 12).

Gráfico 12: Contribuição do subsídio na renda (do ponto de vista das famílias) nos Seringais Amapá e Nazaré



Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.2 Dados Sociais

3.1.2.1 Composição familiar

Percebe-se que a composição familiar nos seringais pesquisados, é em média de 04 membros por família. O mesmo acontece em relação à faixa etária das famílias. A idade média para os homens é de 38 anos e, para as mulheres é de 35 anos. Todos os membros da família, em menor grau, as crianças, participam ativamente das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade.

Observa-se que a estrutura populacional vem se modificando ao longo dos anos, tendo ocorrido uma diminuição no número de membros por família, passando de 7 membros, para 04 membros por família, ocasionado uma diminuição no número de crianças e jovens. Este fato poderia ser justificado pela diminuição da taxa de natalidade ou pela migração desses indivíduos para os centros urbanos em busca de estudo ou simplesmente, melhores condições de vida.



Figura 13: Crianças moradoras da Resex - Colocação Já com fome - Seringal Amapá.
Fonte: Dados da pesquisa.
Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 14: Crianças realizando a limpeza da caça – Colocação Seringueiro - Seringal Nazaré.
Fonte: Dados da pesquisa.
Foto de: Maria Socorro S. Silva.

3.1.2.2 Educação

O acesso à educação formal na área da reserva tem ocorrido pelo sistema de público estadual e municipal. A maioria das escolas oferece uma combinação de ensino, tais como Asas da Florestania infantil, Escola Ativa e os Tradicionais Níveis Fundamental e Médio.

No Seringal Amapá, os moradores contam com duas escolas, a exemplo da escola José Padre de Anchieta e Escola José Marreira Filho que oferecem o ensino fundamental. O mesmo é identificado no Seringal Nazaré, o ensino formal é oferecido pelas escolas Estaduais de Ensino Fundamental Estrela da Floresta e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 5 de Dezembro.

O acesso às escolas é realizado através de ramais e varadouro. O tempo médio de deslocamento para chegar à escola é de aproximadamente de uma hora. Todos os estudantes vão à escola caminhando. Quanto ao sistema educacional, o mesmo encontra-se em pleno

funcionando na área da reserva, com a participação ativa dos estudantes em todos os níveis de ensino oferecidos pelo sistema educacional.

3.1.2.3 Saúde

Num contexto geral a assistência médica nos seringais é incipiente. As famílias não contam com nenhuma estrutura física para o atendimento de saúde. Atualmente, a única modalidade de saúde oferecida é do tipo “Saúde Itinerante”, programa realizado pelo Governo do Estado. O programa tem como objetivo o atendimento médico especializado às famílias das zonas rurais da região.

Uma diferença observada nas áreas pesquisadas, é que as famílias do Seringal Amapá, contam com a presença de um Agente Comunitário de Saúde - ACS, que é responsável por orientar as famílias na “prevenção e controle de doenças”. Esse tipo de atendimento é precário devido aos longos intervalos entre as visitas, e sua limitada capacidade para resolver problemas de saúde considerados graves. O mesmo não acontece no Seringal Nazaré, pois não foi identificada a figura do agente de saúde, como na área anterior.

Nos casos de emergências, as famílias têm que se deslocarem até as sedes das cidades mais próximas, no caso de seringal Amapá, o município de Brasileia e Epitaciolândia. No Seringal Nazaré, o município mais próximo é Xapuri.

3.1.2.4 Programa social

Quanto aos programas sociais desenvolvidos na área da reserva, o estudo apontou que 80% das famílias entrevistadas aprovam e participam de algum tipo de programa. Segundo as famílias, os programas melhoram a vida dos moradores na comunidade. Um programa bastante utilizado pelos moradores é o Programa do Crédito Moradia, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que aplica recursos na construção de casas para as famílias que não têm condições de construir. Os recursos são aplicados com a participação das Associações ou representantes dos moradores com assessoria técnica do INCRA.

A despeito do Crédito Moradia, no Seringal Amapá, constatou-se que o acesso ao benefício é de 80% das famílias. Apenas, 20% dos moradores entrevistados têm moradia do tipo tradicional. As unidades habitacionais na Resex Chico Mendes são tradicionalmente construídas com a utilização de produtos extrativistas da floresta, utilizando a mão de obra do próprio morador. Os produtos utilizados na construção são: a paxiúba, o cavaco de madeira, ou palha, extraída de diferentes palmeiras (Figura 15 e 16).



Figura 15: Casa típica da Resex Chico Mendes - Colocação Triunfo – Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 16: Casa do Programa Crédito Moradia - Colocação Centrinho - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.

Essa constatação torna-se ainda mais evidente no Seringal Nazaré, aonde 95% das famílias têm suas casas construídas com o recurso do Crédito Moradia e, que apenas 5% das casas, ainda são do tipo tradicional. Uma provável explicação para um número maior de famílias ao crédito está na localização geográfica, já que as condições de acesso ao Seringal Nazaré são bem mais favoráveis do que no Seringal Amapá, ou ainda, organização política, que tradicionalmente fica localizada no município de Xapuri. Em termos gerais, conclui-se que a política de melhoria das condições habitacionais tem tido uma adesão expressiva por parte dos moradores de ambas as áreas. A baixo casa típica da Resex e casa do Crédito Moradia (Figura 17 e 18).



Figura 17: Casa típica da Resex- Colocação Alto Alegre - Seringal Nazaré

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 18: Casa do Crédito Moradia - Colocação Deserto II - Seringal Nazaré.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva

3.1.2.5 Satisfação do produtor com o subsídio

O subsídio é pontado pelas famílias como sendo essencial à complementação do preço do CVP e Látex nos seringais. Entretanto, nota-se que 63% das famílias estão insatisfeitas com o valor pago pelo o subsídio.

No Seringal Amapá, o subsídio é considerado “**Ruim**” por (67%) e 33% julgaram-no como “**Bom**” o desempenho do subsídio. Já no Seringal Nazaré, houve uma inversão em relação ao desempenho do subsídio. O subsídio foi considerado “**Bom**” por (65%), e 35% o julgaram-no como “**Ruim**”. Nota-se uma melhor aceitação por parte das famílias com o subsídio nesse Seringal. No quadro 5, observa-se a nota atribuída ao desempenho do subsídio pelos beneficiários do programa.

Quadro 5: Notas atribuídas ao desempenho do subsídio nos Seringais Amapá e Nazaré

Seringal Amapá		Seringal Nazaré	
Nº Familias	Nota	Nº Familias	Nota
1	1,5	1	2,5
4	2,0	2	3,5
3	2,5	3	3,0
3	3,0	4	2,0
1	4,0	6	4,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que há uma insatisfação das famílias com o valor do subsídio. Entretanto, a insatisfação com o valor do incentivo sempre estará em evidência, seja ela, em maior ou menor grau por parte dos moradores. Além disso, ficou evidenciado que o aumento no valor do subsídio não representa efetivamente um aumento no volume de produção por família. Deduz-se que aumentar os rendimentos, não significa ter que aumentar o volume produzido, isso implicaria em mais trabalho e, limitação de tempo para o desenvolvimento de outras atividades na propriedade.

3.1.2.6 Subsídio por tipo de borracha – CVP e Látex

Atualmente, o subsídio é pago por tipo produto (CVP e Látex) produzido na propriedade. Isso acaba gerando opiniões diversas entre as famílias que trabalham com esses tipos de produtos. De um modo geral, nas áreas pesquisadas, (62%) das famílias é a favor da diferença de subsídio pago a borracha.

No Seringal Amapá, a maior parte das famílias, (9), é a favor da diferença de subsídio e, a menor parte (3) é contra. A principal razão apontada, pelas famílias que são a favor, está na qualidade do produto, se o produto requer mais cuidados, a exemplo do Látex ou DFL, justifica-se ser o valor do subsídio diferenciado. Entretanto, os que são contra, disseram que independente do tipo do produto produzido, o processo inicial de produção para quaisquer tipo de borracha é o mesmo, pois gasta-se o mesmo tempo de horas trabalhadas (8horas) no processo de corte e coleta do produto. Outra razão apontada, embora pela menor parte, é que o subsídio é um incentivo pago pelo governo ao seringueiro, portanto, deveriam ter valores iguais, independente do produto produzido.

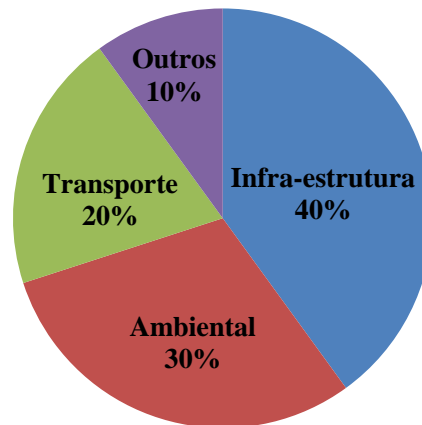
No Seringal Nazaré, observou-se um equilíbrio em relação à questão apontada. A maior parte (9) famílias, é a favor da diferença no valor do subsídio, enquanto que a menor parte, (8) famílias, é contra. Constatou-se que a justificativa apontada por essa classe de famílias que são contra é a mesma apontada pelas famílias do Seringal Amapá, ou seja, a qualidade do produto.

No entanto, a principal divergência apontada está no processo de produção desses produtos, uma vez que os mesmo apresentam pelo menos, inicialmente, o mesmo processo produtivo. Contudo não podemos deixar concordar que o incentivo deveria ser igualmente pago, independentemente do produto final.

3.1.2.7 Impactos obtidos a partir do subsídio

No Seringal Amapá, do ponto de vista do produto o subsídio trouxe impacto positivo para a reserva, segundo (83%) dos entrevistados. Dentre eles estão infraestrutura (armazéns), manutenção das vias de acesso (ramais/varadouros), construção de pontes; transporte e benefício ambiental, com a conservação da floresta. Também foi citada a disponibilização de serviços de cidadania (Projeto Cidadão). Porém, (17%) das famílias, disseram que o subsídio não trouxe impactos positivos para reserva. A seguir os impactos obtidos a partir do subsídio (Gráfico 13).

Gráfico 13: Impactos obtidos a partir do subsídio na Resex Chico Mendes (do ponto de vista dos moradores) no Seringal Amapá

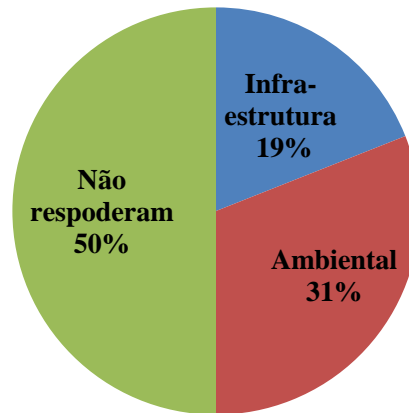


Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, identificou-se que 94% das famílias, disseram que o subsídio trouxe impactos positivos para a reserva. A menor parte, (6%), não pactuam da mesma opinião. Os impactos citados apresentam-se como sendo os mesmo da primeira área pesquisada (infraestrutura e ambiental), embora 50% das famílias não responderam quais foram os impactos obtidos com o subsídio.

Num contexto global observa-se que a implatação do subsídio, trouxe impactos positivos para as famílias que moram na área da reserva, e que ambas as áreas apresentaram os mesmo tipos de impactos, embora os mesmo apresentem-se com perctual diferenciados. Abaixo, observam-se os impactos obtidos a partir do subsídio, do ponto de vista dos entrevistados (Gráfico 14).

Gráfico 14: Impactos obtidos a partir do subsídio na Resex Chico Mendes (do ponto de vista dos moradores) no Seringal Nazaré



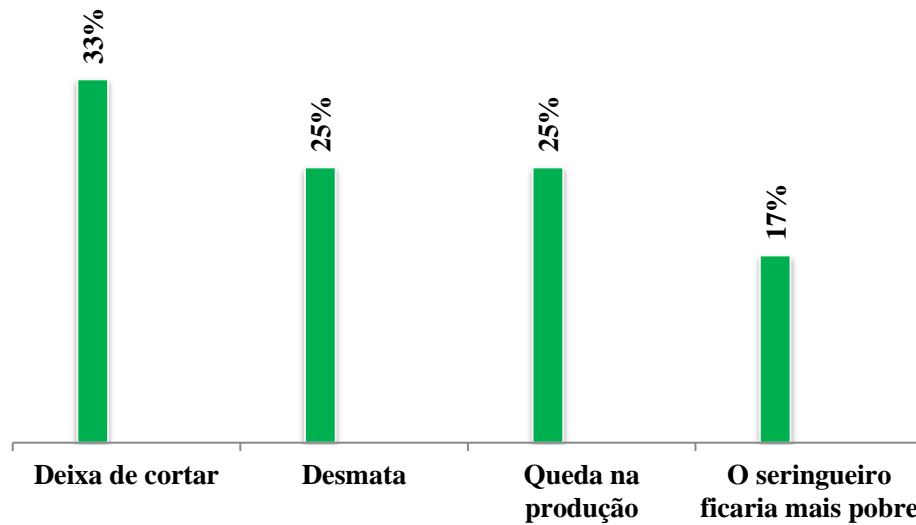
Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.2.8 Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio

Outra questão analisada nas áreas pesquisadas, diz respeito à quais os impactos ao produtor com a suspensão do subsídio pelo governo. Constatou-se que em ambas as áreas, 100% das famílias, declararam que a suspensão do subsídio traria graves consequências à área da reserva, em especial ao produtor.

No Seringal Amapá, os principais impactos apontados foram: desmatamento, deixar de corta a borracha e queda na produção. Além desses, outro citado foi que a situação do seringueiro ficaria pior, ou seja, ficaria mais pobre. Observa-se a seguir os impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Amapá (Gráfico 15).

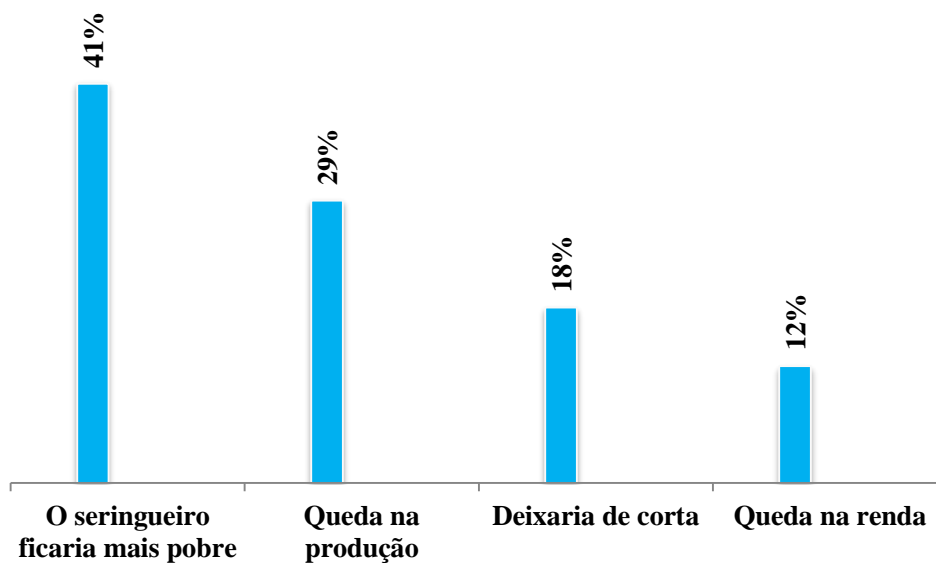
Gráfico 15: Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Amapá



Fonte: Dados da pesquisa.

No Seringal Nazaré, os impactos apresentam-se como sendo os mesmos da primeira área estudada, o que diferencia é somente o grau de importância atribuído aos mesmos, em ambos os seringais. Entretanto, percebe-se que no Seringal Nazaré, a questão ambiental foi citada como sendo um impacto negativo à reserva, fator não identificado na área anterior. A seguir os impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Nazaré (Gráfico 16).

Gráfico 16: Impactos ao produtor com a suspensão do subsídio no Seringal Nazaré



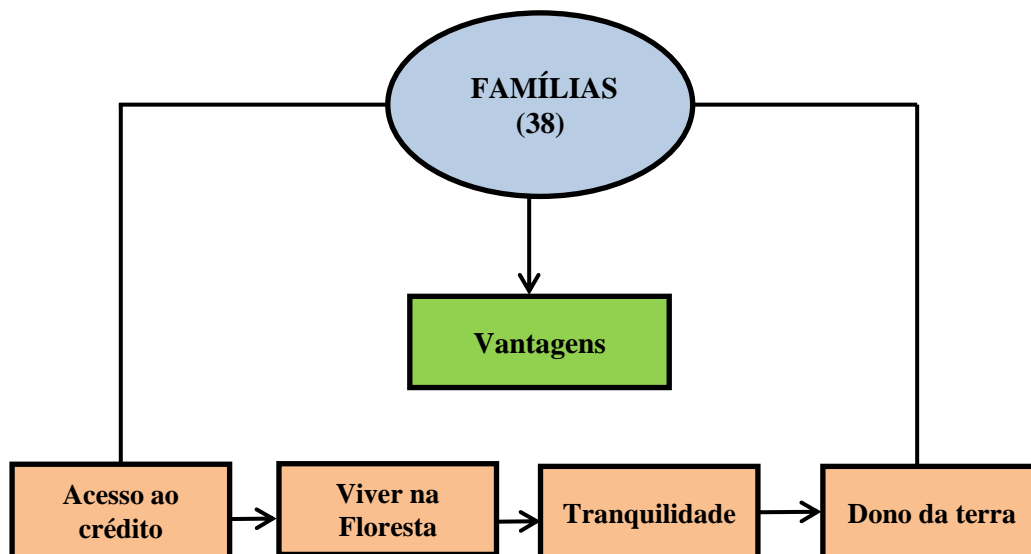
Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, subtende-se que, se o incentivo fosse retirado, traria graves consequências não só ao produtor, mas também à área da reserva, é que dessa forma, o subsídio apresenta-se mais como um fator positivo que um fator negativo, na opinião dos moradores entrevistados.

3.1.2.9 Vantagens e desvantagens de ser um morador da Resex

Em relação a ser um morador da reserva constatou-se que, em ambas as áreas pesquisadas, para 95% das famílias obtêm-se vantagens em um morador da área da Resex Chico Mendes. De acordo com as famílias, as vantagens vão desde a facilidade de acesso ao crédito, bem como o simples fato viver na área da unidade de conservação ambiental. A seguir as principais vantagens de ser um morador da Resex, de acordo com a opinião dos moradores. (Figura 19).

Figura 19: Vantagens de ser um morador da Resex Chico Mendes, segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré.



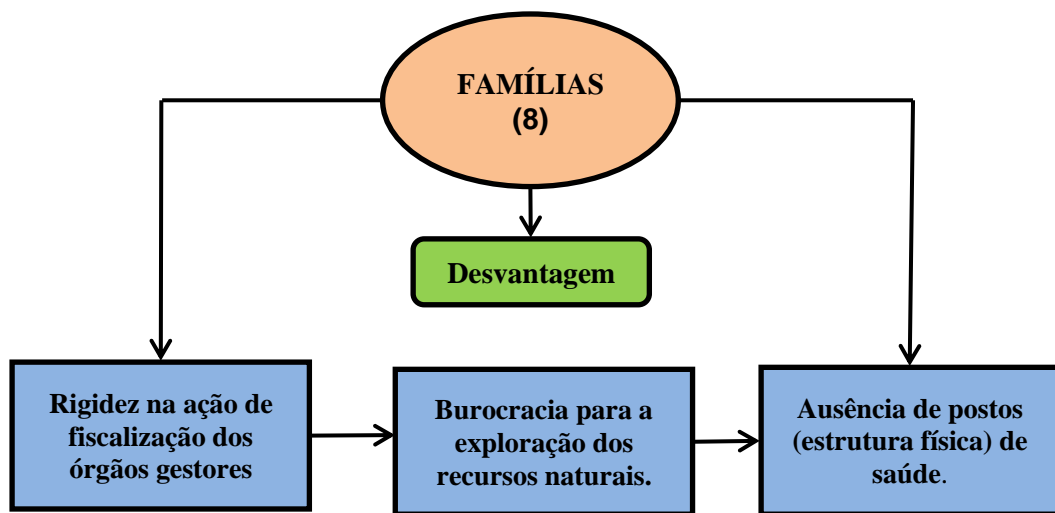
Fonte: Dados da pesquisa.

Na prática, o benefício atribuído ao acesso ao crédito, deriva da acessibilidade das famílias aos programas destinados ao pequeno produtor familiar, a exemplo do FNO e PRONAF. Outra vantagem citada é a tranquilidade existente na reserva, fato que não se pode atribuir ao morador da zona urbana. Para o morador isso implica principalmente, na falta de segurança pública, presente no dia-a-dia das cidades. Por último, se sentirem dono da terra também é apontado como sendo uma das vantagens, embora os mesmo tenham plena

consciência de que a reserva é uma área de domínio da união, fato que não diminui em nada o sentimento de se sentirem os legítimos donos da terra.

Em relação ao contrário, apenas, (20%) das famílias, disseram que há desvantagens em ser um morador da reserva. Para as famílias, as desvantagens estariam na ação de fiscalização dos órgãos gestores de fiscalização (estadual e federal), a burocracia para a exploração dos recursos naturais, além da falta de assistência médica aos moradores na área da reserva. Abaixo as desvantagens de ser um morador da reserva, de acordo com a opinião dos moradores (Figura 20).

Figura 20: Desvantagens de ser um morador da Resex Chico Mendes, segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré.



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, conclui-se que se têm mais vantagens do que desvantagens em ser um morador da área da Resex, principalmente, levando em consideração as políticas públicas de incentivos governamentais, uma vez que acessibilidade a essas políticas tornam-se mais frequentes por parte dos moradores.

3.1.3 Dados Ambientais

3.1.3.1 Unidade de produção familiar – UPF

No sistema de seringal, o tamanho de cada colocação é medida através do número de estradas de seringas existentes na propriedade, uma vez que cada estrada de seringa abrange 100 ha. Para cada estrada de seringa são encontradas de 100 a 150 árvores.

No Seringal Amapá a média de hectare por colocação é de 800 hectares. Entretanto, a área desmatada por colocação é de 9 hectares, isso equivale em média de 180 hectares desmatada na área do seringal. Em contrapartida, no Seringal Nazaré a média de hectare por colocação é de apenas 400 hectares, com 2 hectares desmatados por colocação, o equivalente a 40 hectares desmatados no seringal.

Tabela 15: Hectare por colocação desmatada nos Seringais Amapá e Nazaré

Seringal	Tipo de Hectare	Quantidade de Hectares no Seringal		
		Mínima	Máxima	Média
Amapá	Por colocação	400	1.800	800
	Desmatado	1	40	9
Nazaré	Por colocação	200	1.800	400
	Desmatado	0,5	8	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma explicação para a diferença de hectare desmatado em ambas as áreas está, principalmente, na prática das atividades complementares (agricultura/pecuária), uma vez que essas atividades estão bem mais presentes na área do Seringal Amapá. Também temos que considerar que a área média por colocação é bem maior, conseqüentemente a área desmatada por colocação também é maior. De acordo com as figuras abaixo, pode-se observar áreas desmatadas com o cultivo da agricultura subsistência e a formação de pastagem no seringal Amapá (Figura 21 e 22).



Figura 21: Área derrubada para agricultura - Colocação Floresta - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva.



Figura 22: Área de pasto - Colocação Acarape - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

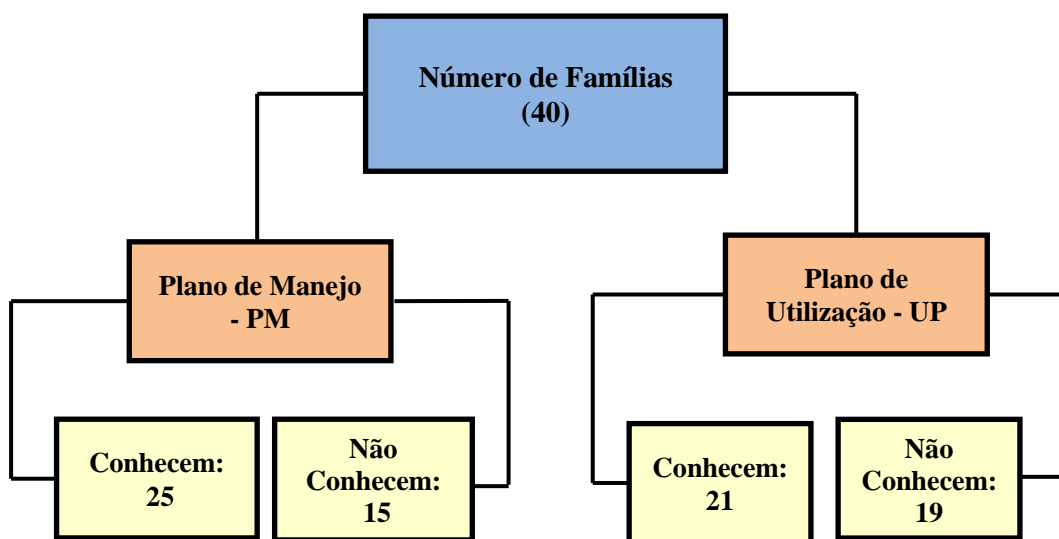
Foto de: Maria Socorro S. Silva.

3.1.3.2 Instrumentos de gestão – PM e PU

Em relação ao conhecimento dos instrumentos de gestão (PM e PU) observa-se que os mesmos apresentam-se de forma limitada. Apesar da complexidade técnica do Plano de Manejo, observa-se um maior conhecimento do mesmo em relação ao Plano de Utilização, pelas as famílias, embora perceba que o Plano de Utilização seja um documento de fácil compressão.

A principal razão apontada pelas famílias, para o baixo conhecimento do PM e PU, está justamente na complexidade técnica apresentada pelos respectivos documentos. Abaixo, observa-se o conhecimento das famílias em relação aos instrumentos de gestão – PM e PU, nos seringais Amapá e Nazaré (Figura 23).

Figura 23: Conhecimento das famílias em relação aos instrumentos de gestão (PM e PU) na Resex Chico Mendes.



Fonte: Dados da pesquisa.

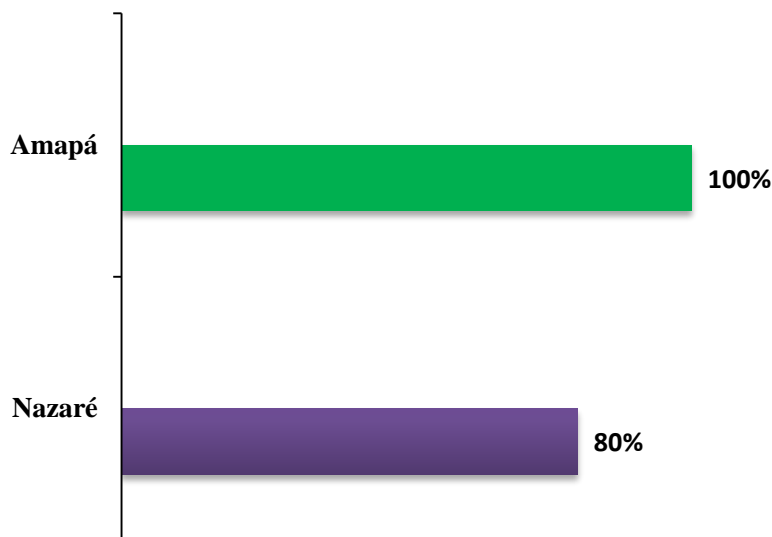
3.1.3.3 Contribuição da borracha na conservação da floresta

Ambientalmente a extração da borracha é a atividade que mesmo impacta o meio ambiente. Constatou-se que nos seringais pesquisados, 70% das famílias consideram a atividade da borracha um Serviço Ambiental prestado pelo o seringueiro à conservação da floresta.

A borracha ajuda na conservação da floresta, fazendo com que o seringueiro deixe de explorar outras atividades produtivas que, inevitavelmente, prejudicariam o meio ambiente, a exemplos da pecuária e da agricultura.

A extração da borracha não é vista somente como uma atividade econômica, mas como a única maneira conservar a floresta, o que implica um estilo de vida, característico da cultura extrativista. Sendo assim, a extração da borracha contempla dois pilares importantíssimos: a preservação do meio ambiente e a questão cultural (saberes locais), intrínseca na floresta. Observa-se a contribuição da borracha para a conservação da floresta (Gráfico 17).

Gráfico 17: Contribuição da borracha na conservação da floresta nos Seringais Amapá e Nazaré (do ponto de vista dos moradores)



Fonte: Dados da pesquisa.

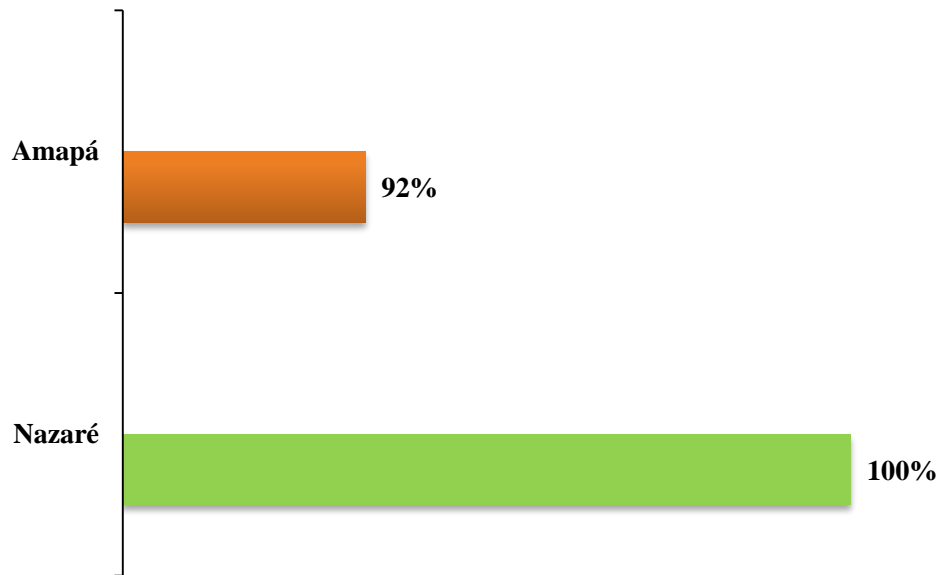
3.1.3.4 Contribuição do subsídio para conservação da floresta

Do ponto de vista ambiental, assim como a borracha, o subsídio também é importante para a conservação florestal. Para as famílias o repasse do incentivo contribui para a conservação da floresta, uma vez que o mesmo mantém as famílias envolvidas em uma atividade ambientalmente sustentável.

Nota-se que o valor do subsídio tem influência direta na opinião das famílias, quanto maior o valor do subsídio, maior é também a contribuição para a conservação da floresta. A ideia parte do princípio, se o seringueiro recebe um valor que garanta seu sustento, então não

há necessidade de desenvolver atividades insustentáveis, do ponto de vista ambiental. A seguir, a contribuição do subsídio para a conservação da floresta, do ponto de vista do produtor (Gráfico 18).

Gráfico 18: Contribuição do subsídio na conservação da floresta nos Seringais Amapá e Nazaré (do ponto de vista dos moradores).



Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.3.5 Criação animal

A criação de animais, sejam, pequenos (aves), médio (suínos e ovinos) ou grande (bovinos), é bastante praticada nos seringais. Na avicultura, destaca-se a criação de galinhas, como a atividade mais praticada pelas famílias. Dentre os animais de médio porte, destaca-se a criação de suínos e ovinos. Dentre os animais de grande porte, destaca-se a criação do boi. Embora a criação desse animal, esteja visivelmente presente nas propriedades, percebe-se certa intimidação em se falar do assunto entre as famílias. Segundo as famílias, a comercialização do boi, eleva significativamente a renda média familiar na unidade de produção. Entretanto, apenas 17% das famílias declararam que pratica a pecuária na propriedade. A criação de animais (pequeno, médio e grande) por família nos Seringais Amapá e Nazaré (Tabela 16).

Tabela 16: Criação animal por família nos Seringais Amapá e Nazaré

Nº de Família/Criação	Animal	% do total de 40 famílias pesquisada
31	Galinha	77%
11	Suíno	27%
5	Ovinos	25%
7	Boi	17%

Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 24: Criação de aves (galinha) - Colocação Floresta - Seringal Amapá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva



Figura 25: Criação de boi – Colocação Esperança - Seringal Nazaré.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foto de: Maria Socorro S. Silva

Constata-se que a criação animal, é uma prática comum à área da Resex Chico Mendes. A atividade constitui-se não só em atividade econômica, mas também cultural, uma vez que a mesma constitui-se em uma fonte de alimentação às famílias. Isso pode ser exemplificado, com a criação do boi, já que o mesmo fornece um componente (leite) essencial ao sustento familiar, principalmente para as crianças.

3.1.3.6 Ações para reduzir e aumentar o desflorestamento na Resex Chico Mendes

A pressão por desmate sempre esteve presente na área da Reserva Chico Mendes. Entretanto, nos últimos anos a taxa de desmatamento vem se mantendo estável na unidade de conservação ambiental.

Sobre o assunto, nos seringais pesquisados, nota-se certa divergência de opinião entre as famílias. Para (55%) das famílias, houve redução do desmatamento nos últimos anos na

área da reserva. Porém, (45%) das famílias, disseram o contrário que o desmatamento aumentou na área na reserva. Assim, como houve ações que contribuíram para reduzir, houve também ações que contribuíram para o desmate. A seguir ações para reduzir e aumentar o desmatamento, segundo as famílias (Quadro 6).

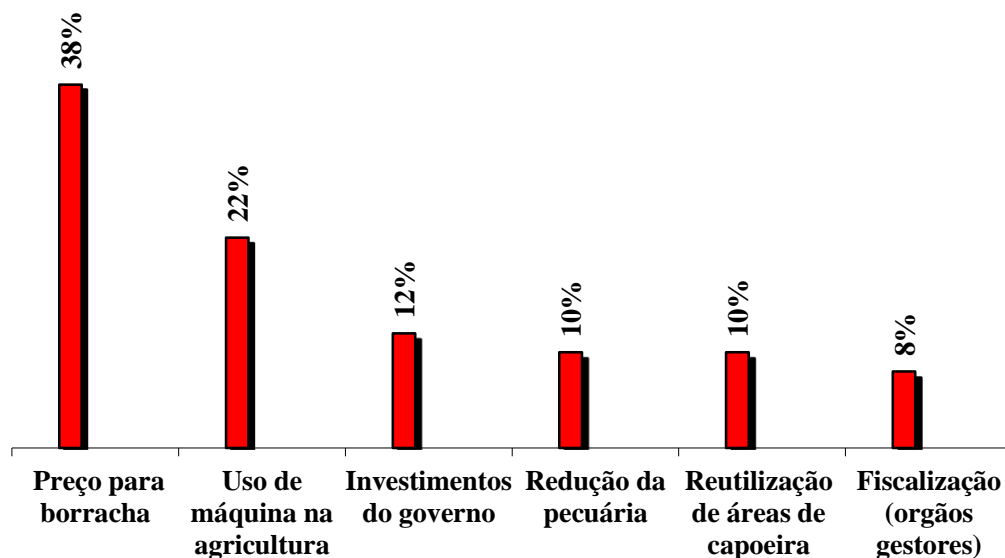
Quadro 6: Ações que contribuíram para reduzir e aumentar o desflorestamento na Resex Chico Mendes, segundo as famílias dos Seringais Amapá e Nazaré

Ações para reduzir	Ações para aumentar
Famílias (55%)	Famílias (45%)
Maior conscientização pelas famílias que moram na reserva;	Desmate de novas áreas de florestas;
O desmate se manteve no padrão permitido por Lei (2 hectares/ano);	Avanço da pecuária na Resex;
Maior ação de fiscalização dos órgãos responsáveis (estaduais e federais);	Desmate acima do permitido por Lei (2 hectares/ano);
Instalação da fábrica de preservativo NATEX.	Pouca de ação de fiscalização dos órgãos gestores (Estaduais e Federais).

Fonte: Dados da pesquisa

Contudo, do ponto de vista das famílias, algumas alternativas poderiam ajudar a reduzir o desamamento na área da reserva Chico Mendes, conforme podem ser demonstradas abaixo (Gráficos 19).

Gráfico 19: Alternativas para reduzir o desflorestamento na Resex Chico Mendes (do ponto de vista dos moradores) nos Seringais Amapá e Nazaré



Fonte: Dados da pesquisa.

Para as famílias, o uso de máquinas na agricultura representa uma maneira de evitar que novas áreas de florestas sejam desmatadas para o uso da agricultura. Contudo, o uso de máquinas se daria

tão somente na reutilização de áreas já derrubadas e abandonadas, ou seja, as áreas de capoeira. Segundo as famílias, a utilização da mesma se daria no processo de preparo da terra (gradagem) para o cultivo dos produtos agrícolas na propriedade.

4 DISCUSSÃO

No âmbito geral, a pesquisa demonstrou uma complexa relação entre as áreas pesquisadas e o Subsídio, no sentido de considerá-lo como um aspecto positivo ou negativo, levando em consideração elementos econômico, social e ambiental. A partir destes aspectos pode-se traçar um panorama da realidade relativa à influência de se trabalhar com esse fator (subsídio) em uma UC.

A Resex Chico Mendes concentra o maior número de trabalhadores rurais da região, é o lugar onde se originou o movimento dos seringueiros na Amazônia. O movimento foi o primeiro de trabalhadores rurais no Brasil a advogar pela conservação da floresta Amazônica através do estabelecimento de reservas extrativistas (SEMA 2010). A vida nos seringais sempre foi marcado pelo isolamento e pela produção individual do seringueiro apoiado pela mão-de-obra familiar. (TOCANTINS, 1979).

A valorização econômica dos produtos extrativistas (borracha e castanha) tem sido o principal foco para a implementação de políticas públicas na região, tendo a borracha na vanguarda dessas políticas de incentivo ao extrativismo. A Lei Chico Mendes, foi o marco inicial para o resgate da econômica da borracha no Estado, pois fatores econômicos, sociais e ambientais fizeram parte do processo de construção da Lei Chico Mendes.

Dado à grande quantidade de dados obtidos na pesquisa, procurou-se analisar de forma separada os aspectos econômicos, social e ambiental a partir da contribuição do subsídio da borracha na Reserva Extrativista Chico Mendes.

4.1 ECONÔMICO

Em relação à atividade extrativista, a borracha e castanha constituem-se nas principais atividades econômicas na reserva. Entretanto, nota-se que as mesmas têm importâncias diferenciadas, em ambas as áreas estudadas. No Seringal Amapá, a castanha é considerada por (55%) das famílias, como sendo a principal atividade econômica na unidade de produção. Já no Seringal Nazaré a extração do látex está na preferência de (85%) das famílias. A questão

econômica apresenta-se como o principal fator para o envolvimento das famílias nessas atividades.

Os rendimentos auferidos com a comercialização da castanha tornam-se maior do que os com a borracha, embora a castanha apresente uma safra menor do que a da borracha. Entretanto, a inclusão da castanha no programa de compra antecipada do governo federal é apontada, como sendo um dos principais motivos para melhoria no preço de comercialização desse produto no mercado. Dessa forma, a castanha passou ser valorizada, sendo comercializada a lata de 12 Kg a R\$ 21,00.

Quanto à borracha ao Látex, o mesmo faz parte da política local de governo, com agregação de valor à borracha nativa, através da fabricação de preservativo na região. Dessa forma, os valores pagos (**preço + subsídio**) são diferenciados dos demais tipos de borracha produzidas na região. O Látex é comercializado a R\$ 3,60 o kg da borracha seca no mercado local. Os produtos oriundos do extrativismo vegetal ainda são os principais geradores de renda para os seringueiros dentro do sistema, uma vez que a borracha e a castanha são responsáveis por 40% da renda auferida, cada qual com metade desse percentual (MACIEL, 2003).

Em relação à agricultura, constatou-se que, a atividade agrícola constitui uma das principais atividades econômica de subsistência, com a utilização da mão-de-obra familiar, onde se utiliza o sistema de "roça itinerante", onde parte da floresta é derrubada, queimada, plantada (principalmente com culturas do arroz, milho e feijão) e posteriormente deixada em pousio.

Contudo, percebe-se que há a maior parte dessa produção está concentrada no Seringal Amapá, com ênfase no cultivo do arroz e feijão (55% e 30%). Já no Seringal Nazaré, o produto mais cultivado é o milho, ficando com (80%) da produção agrícola. Aparentemente, não existe nenhum fator específico para a diferença de produção encontrada, já que ambos os seringais, tradicionalmente compõem as principais áreas agrícolas da região, embora perceba-se que, no Seringal Amapá, se comercialize bem mais o excedente dessa produção agrícola pelas as famílias moradoras. A agricultura na Amazônia é baseada, consideravelmente, na unidade de produção assentada na mão-de-obra familiar, com a participação dos filhos, esposa e agregados familiares. As atividades desenvolvidas por essas famílias são realizadas nos seguintes ambientes: floresta, mananciais terrestre e aquático, por ora combinando a agricultura ao extrativismo vegetal e animal. A unidade e o trabalho são organizados principalmente pelas famílias, porém algumas vezes pode contar com a participação de parentes ou vizinhos próximos ou de outras localidades (DIEGUES, 2001).

O sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido pelos moradores nos seringais pesquisados envolve a prática da atividade agrícola, criação animal e extrativismo, sendo os mesmo responsáveis pela composição da renda na propriedade, constituindo-se como atividades complementares a renda familiar.

Entretanto, ao analisar a renda familiar, partir das atividades complementares, com exceção da borracha, observa-se que a maior parte das famílias (11), encontra-se em faixa de rendas diferenciadas. Dessa forma, constatou-se que no Seringal Amapá, a renda média é de um salário mínimo de R\$ 622,00 (2011), num período de 8 meses ao ano, enquanto que no Seringal Nazaré, a renda média ficou abaixo de um salário mínimo R\$337,08, embora em um período menor 2 meses ao ano.

Uma provável explicação para o fato encontrado esteja num maior envolvimento por parte das famílias com essas atividades produtivas, no Seringal Amapá, do que no Nazaré. Isso é perceptível quando analisada a renda bruta anual, em ambas as áreas, uma vez que a primeira área tem uma renda bruta de R\$71.109,00, e na segunda área a renda é de apenas R\$ 41.201,52. Um envolvimento maior por parte das famílias em outras atividades contribui na renda final das famílias. O valor médio da renda familiar mensal dos moradores da Reserva Chico Mendes é de R\$ 175,40, o que gera um montante anual de R\$ 2.104,66 (SEMA, 2010).

Em termos gerais, conclui-se que os rendimentos auferidos com a produção familiar não é suficientemente capaz de proporcionar o sustento efetivo das famílias produtoras. Entretanto, esses baixos rendimentos é compensado, pelo poder de auto- sustentação das famílias, característico a unidade de produção familiar. Entende-se que o modelo produtivo aqui destacado constitui-se em um dos principais fatores aliando a sobrevivência das famílias extrativistas nas zonas rurais

Ainda sobre atividade produtiva complementar, analisou-se também o custo médio, dispensado à prática das mesmas nos seringais. Diante disso, (52%) das famílias tem custo médio com a produção superior a R\$ 500,00 por família, num período de tempo que varia de 3 a 4 meses. Embora, a prática das atividades, sejam caracterizadas por ciclos produtivos, conclui-se que o custo médio da produção, seja considerado alto para a realidade local das famílias. Os custos de produção apresentam-se maiores que a renda associada à produção, sendo que a reprodução da unidade de produção familiar se dá por meio de complementação de renda (ASPF, 2006).

Ainda sobre esse aspecto, compreende-se que o custo com a produção é compensado pela força de trabalho familiar, uma vez que o seringueiro utiliza-se dessa mão-de-obra e, não de trabalho assalariado na propriedade. Essa visão é comprovada na teoria não camponesa de

Chayanov (1924), uma vez que os camponeses gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, mas com a utilização da força de trabalho familiar na unidade de produção familiar.

No sistema de seringal, as principais fontes de renda, estão concentradas nessas atividades econômicas. Em conjunto, essas atividades constituíram-se nos principais componentes de geração de renda para as famílias que vivem na área da Resex Chico Mendes.

Contudo, um componente igualmente importante para a composição da renda familiar, são os programas de garantias de renda. Os programas sociais, principalmente como o programa bolsa família e o programa bolsa verde constituem-se nos principais componentes de complementação de renda familiar.

No Seringal Amapá, o acesso a esse tipo de renda é (60% e 15%) respectivamente. No Seringal Nazaré, os mesmos atingem (50% e 20%) dos moradores. A insuficiência de rendimentos gerados com as atividades produtivas, é apontada como sendo a principal razão para o ingresso das famílias a esses tipos de benefícios, tornando-as dependente desses artifícios econômicos. O surgimento dos programas de garantia de renda explica-se por duas razões: 1) a contradição social entre o antigo sistema de proteção social, que privilegiava as políticas tradicionais, e uma nova dinâmica econômica e social, que representa novas tendências no mercado de trabalho; 2) a crescente exclusão social e a impossibilidade de integração de uma grande parte da população ao mercado de trabalho (RAMOS, 1994).

Entretanto, em termos de rendimentos econômicos a partir da produção da borracha, tanto no Seringal Amapá, quanto no Seringal Nazaré é tida como uma das principais fontes de geração de renda, embora os mesmos sejam considerados insuficientes para o sustento familiar. Existem hoje na área da Resex Chico Mendes aproximadamente 801 famílias de seringueiros trabalhando diretamente com produção de borracha. A produção de borracha é em média de 167 kg por famílias (SEMA, 2010).

Contudo, observou-se que a renda média por família com a borracha é bastante diferenciada. No Seringal Amapá, a renda média com o CVP é de R\$ 1.662,50, considerando uma safra de 5 meses ao ano. Já no Seringal Nazaré, essa mesma renda ficou em R\$ 745,20, embora com um período de safra menor, 4 meses ao ano. O principal fator para diferença na renda familiar, está na menor produção no Seringal Nazaré, ocasionada pela conversão do Látex, em borracha seca, já que a comercialização é realizada em quilogramas e, não em litros. A produção em litros é em média de 460 litros, desse total, 50% é constituído de borracha seca, e a outra metade de água. Os dois parâmetros mais importantes do látex, para o produto, são os conteúdos de borracha seca (DRC) e os conteúdos de sólidos totais (ST). Isso

ocorre porque é através desses parâmetros que o látex é classificado para determinação de seu preço, caso seja vendido a usineiros, ou para a definição de passo de usinagem, caso seja processado no próprio seringal.

Porém, pegando como referência o salário mínimo R\$ 622,00, vigente no país em 2012, comprovou-se que a renda mensal por família está abaixo de um salário mínimo, pago para o trabalhador brasileiro com carteira assinada. Conclui-se, portanto, que, tanto a renda obtida com o CVP, quanto à obtida com o Látex, não é suficiente ao sustento familiar nos seringais.

Ainda nesse sentido, comprovou-se que a renda obtida com o CVP e Látex são vistas pelas famílias com uma renda essencialmente complementar. No Seringal Amapá, essa afirmativa é comprovada por (67%) das famílias e, (53%) no Seringal Nazaré. Contudo o valor do subsídio pago em ambas as áreas, tem influência sobre a opinião das famílias entrevistadas. Observou-se quanto menor é o subsídio (R\$ 0,70), maior é rejeição atribuída à renda do CVP e, quanto maior é o subsídio (R\$ 4,20), menor é a rejeição a renda pelas famílias. Isso nos leva a concluir que a atividade da borracha não dá a devida sustentabilidade econômica, o que reflete no atual modelo de exploração desse produto. O tradicional modelo do extrativismo continua sofrendo limitações para melhorar a vida dos seringueiros na reserva. O processo produtivo nos seringais funciona basicamente por meio de tração animal, aonde as principais ferramentas de trabalho são: o terçado, a enxada e o machado. (ASPF 2007).

Entretanto, observou-se que os custos de produção com CVP e Látex apresentaram-se bastantes diferenciados. No Seringal Amapá, o custo médio com a produção do CVP é de R\$ 416,00, enquanto que no Seringal Nazaré é de apenas, R\$ 100,00, ou seja, uma diferença de 24%. No Seringal Nazaré, os utensílios e escoamentos do látex são de responsabilidade da NATEX, uma vez que as famílias fazem parte do grupo de produtores que fornecem o Látex para fábrica. No Seringal Amapá, os custos com os utensílios e transporte da produção são de responsabilidade dos produtores.

Entretanto, identificou-se que 57% das famílias, estão insatisfeitas com o preço do produto no mercado. O motivo atribuído pelas famílias é o esforço físico dispensando à prática da atividade. Ressalto aqui, que os preços de mercado pago ao CVP e Látex fazem parte da política de valorização da borracha nativa na região. Atualmente os preços dos respectivos produtos são de R\$ 3,50 e R\$ 3,60 por Kg de borracha produzida. Além disso, o preço da borracha é regulamentado pelo mercado internacional, no sistema de commodities.

Commodities são produtos padronizados e não-diferenciados, cujos preços são normalmente formados em bolsas de mercadorias do próprio país ou no exterior. Como os

preços das commodities são majoritariamente fixados pelo mercado, um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre esta variável, o que torna a "liderança em custos" a sua principal estratégia competitiva. (REDEAGRO, 2012).

Assim, como preço da borracha, os valores dos subsídios também é um assunto bastante discutido pelas famílias nos seringais. A função do subsídio é, principalmente, a complementação do preço do produto no mercado interno. Subsídio é uma denominação genérica pertinente às várias formas de assistência financeira, cujo objetivo é oferecer incentivos para que agentes poluidores promovam a redução de poluição ambiental (ALMEIDA, 1998., *apud* CARDOSO. 2008).

Entretanto, a diferença de subsídio, provoca também uma diferença em termos de valores recebidos por família. No Seringal Amapá, o subsídio médio é de R\$ 333,00, enquanto que Seringal Nazaré esse valor é de R\$ 869,40, ou seja, mais que o dobro do primeiro. Dessa forma, a diferença de subsídio acaba contribuindo na renda final obtida com desses produtos. A contribuição do subsídio no renda do CVP é de apenas, 20%, contra 54% na renda final do Látex.

Contudo, na análise do impacto do subsídio sobre os rendimentos das famílias, figura-se que a renda bruta²³ mediana, que antes do subsídio era de R\$ 1.378,00, com o incentivo atingiu a quantia de R\$ 1.707,50. O impacto na renda líquida é muito mais visível na medida em que passa de uma situação deficitária de -114,17 para um valor positivo de 146,30 (CAVALCANTI, 2002).

Apesar de comprovar que a principal contribuição na renda final do látex vem do subsídio, a título de comparação de renda total em ambos os seringais, comprova-se que o mesmo não tem muita influência, uma vez que a renda total obtida com o CVP torna-se maior que a renda obtida com a comercialização do Látex. Conclui-se que o principal fator não está no subsídio pago aos produtos e, sim na produção média por família. A produção média do CVP é de 475/kg e, o Látex é de apenas 207/kg por família. Nesse caso, nota-se que a renda final da borracha (CVP e Látex) é influenciada por fatores produtivos e, não especificamente pelo valor do subsídio pago.

Dessa forma, levando em consideração a opinião das famílias os valores do subsídio e sua contribuição na renda, constatou-se que para 73% das famílias, do Seringal Amapá, o subsídio tem uma pequena contribuição, enquanto para 82% das famílias no Seringal Nazaré, o subsídio tem uma grande contribuição na renda das famílias.

²³ Para se calcular os impactos do subsídio de 0,40 por quilo na renda bruta e líquida do produtor, acrescentou-se este valor – 0,40-, ao preço médio vigente na ocasião que era de R\$ 0,58.

A despeito da questão econômica do subsídio a produção de borracha, observa-se que o mesmo segue uma lógica não capitalista do ponto de vista produtivo. O seringueiro constitui-se em um ator social dessa estrutura, aonde o modelo econômico seguido é a força de trabalho familiar e, falta de acúmulo de capital na propriedade (Chayanov, 1924).

No tocante a pequena produção familiar, denota-se que a mesma não segue a lógica proposta pelo mercado capitalista vigente, como observa-se na visão teórica defendidas por pensadores, a exemplos de Veiga (1991/ 1994) e Abramovay (1998), ao afirmarem que o campesinato é uma categoria destruída pelo capitalismo.

Em contraposição a essa visão teórica, o mecanismo de aumento do subsídio não representa necessariamente o aumento da produção de borracha em nível de produção familiar para o seringueiro. O aumento da produção para o seringueiro está diretamente ligada na satisfação pessoal de sua necessidade dentro da unidade de produção familiar e, não pela a crescente e exigente demanda do mercado de consumo.

4.2 SOCIAL

No aspecto social, o subsídio apresenta-se de forma satisfatória para os moradores de ambos os seringais, na Resex Chico Mendes. A criação da Lei Chico Mendes, possibilitou a implantação e implementação de políticas públicas (educação, saúde e infraestrutura), o que se traduz em mais desenvolvimento para a reserva.

A composição familiar, atualmente, é 4 membros por família, nas duas áreas pesquisadas. A idade média dos moradores é 38 anos para os homens e, 35 anos para as mulheres. Nos últimos anos a estrutura populacional vem passando por uma profunda modificação. A média de membros por famílias, passou de 7 para 4 membros por família, houve uma redução de 57% na composição familiar. O controle da taxa de natalidade e, a migração das famílias, em busca de melhores condições de vida, para as áreas urbanas, aponta como fator provável para essa redução no número de membros da família nos seringais.

Quanto ao sistema educacional oferecido, é visto pelas as famílias de forma satisfatória. O ensino público é oferecido pelos sistemas público estadual e municipal. Tanto o seringal Amapá, quanto o Seringal Nazaré, tem escolas funcionando regulamente. A rede de escolas municipais representa 76,4% de serviço público de acesso ao ensino. Já a rede de escolas estaduais, representa 23,6%, de acesso ao ensino público fundamental e médio na área da Resex Chico Mendes (SEMA, 2010).

Em contrapartida, o sistema de saúde apresenta-se incipiente, não só nos seringais estudados, mas como em toda área da Reserva Chico Mendes, pois 100% dos moradores, disseram que não contam com nenhuma estrutura física de atendimento às famílias. Entretanto, constatou-se que no Seringal Amapá, as famílias, contam a presença de um Agente Comunitário de Saúde - ACS, orientando-as na prevenção e controle de doenças locais. O mesmo não acontece no Seringal Nazaré.

A pesar da ausência de postos de saúde, observa-se que o único serviço de saúde oferecido às famílias é o Programa Saúde Itinerante, operacionalizado pelo deslocamento de uma equipe médica de saúde, constituída por profissionais especializados, com objetivo de realizar atendimento médico aos moradores da zona rural. Contudo, uma boa condição de saúde de uma população está ligada a vários fatores, como: alimentação, habitação, educação, renda e meio ambiente, dentre outros. A dificuldade de acesso à reserva constitui-se em um dos principais fatores de rejeição dos profissionais para o atendimento na área da Resex. 26% das famílias acessam o Programa de Saúde Itinerante na Reserva Chico Mendes (SEMA, 2010).

Já em relação ao sistema de habitação, constatou-se que 62,5% das moradias nos seringais pesquisados, são construídas com o recurso do Programa de Crédito Moradia. O programa disponibiliza recursos aos moradores para a melhoria das condições de moradia das famílias. O programa é operacionalizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como apoio das associações de moradores da reserva, nos seringais estudados. As associações possuem, dentre outros objetivos, o de apoiar as atividades sociais e produtivas desenvolvidas, e, ainda, facilitar a comercialização de produtos como a borracha e a castanha (MELO, 2006, *apud*, ACRE 2010).

A política de melhoria das condições habitacionais conta uma adesão expressiva por parte dos moradores de ambas as áreas. É inegável que o benefício melhora, significativamente, as condições habitacionais das famílias dessas reservas, entretanto, observa-se que a mudança nos hábitos tradicionais de habitação, leva também a uma mudança na paisagem tradicional característico à área da Reserva Chico Mendes. Essa mudança é visivelmente percebida no interior da Reserva Chico Mendes. O número de moradores beneficiados com o Programa na área da Reserva, é respectivamente, 375 em Brasiléia e, 570 em Xapuri (SEMA, 2010).

Outro fator analisado, diz respeito ao desempenho do subsídio pelos moradores dos seringais. Num contexto geral, (63%) das famílias, classificam o mesmo como sendo “**BOM**” e essencial à complementação do preço da borracha. Contudo, numa análise mais específica, observa-se que os mesmos tem tratamento diferenciado, nos seringais pesquisados. No

Seringal Amapá, a maior parte das famílias, (67%), considera como “**Ruim**”. O mesmo não acontece no Seringal Nazaré, onde (65%) das famílias, consideram-no como sendo “**Bom**”.

A inversão de opinião entre as áreas pesquisadas, está ligada diretamente ao preço do subsídio. Quanto maior o valor, melhor é a satisfação, quanto menor o valor maior a insatisfação das famílias com o incentivo. De um modo geral, conclui-se que nos últimos anos a política do subsídio não tem surtido o mesmo efeito, com surtira no início. Porém, há de deduzir dessa parcela, um processo natural comum ao ser humano, de quase nunca está totalmente satisfeito com algo que lhe é proposto.

Atualmente a Cadeia Produtiva da Borracha, é composta por três de segmentos produtivos (CVP, FDL e Látex), de forma que os subsídios pagos são diferentes. Entretanto, no universo pesquisado, 62% das famílias são a favor na diferença no valor do subsídio. Porém, 38% das famílias, são contra. O processo de produção da borracha é a principal razão apontada em ambos os casos. Contudo, percebe-se que a avaliação a respeito do mesmo, é visto inversamente pelas famílias. As que são contra, disseram que o processo inicial de (corte/coleta) da borracha é comum a todo tipo de produto produzido. Para as que são a favor, apesar de também concordarem que o processo inicial é comum, afirmaram que existem alguns produtos, que exigem bem mais qualidade e, por isso dão bem mais trabalho, a exemplo do Látex e FDL. Refletido sobre o assunto, isso nos leva a concluir que o subsídio deveria ser igualmente pago, independente do produto final produzidos pelas as famílias, uma vez que o mesmo configura-se como um benefício pago a produção extrativista da borracha e, não pelo produto. Nesse sentido, “Faz jus à subvenção econômica o produtor que se dedique à atividade agroextrativista e esteja vinculado às respectivas organizações de produtores”. (DECRETO Nº 868 de 05/07/1999, que regulamenta a LEI Nº 1.277 de 13/01/1999).

Também foram analisados os impactos obtidos a partir da implantação do subsídio para a reserva Chico Mendes. No universo pesquisado, (40), 26 famílias compactuam com essa afirmativa. Os benefícios ambientais e de infraestrutura aparecem no topo da lista, na opinião das famílias. Em menor proporção vem o benefício como transporte. Constata-se que diretamente ou indiretamente a implantação do subsídio trouxe impactos positivos para a área da reserva, a política foi de fundamental importância a inserção de novas políticas públicas voltadas para a unidade de conservação.

Nesse sentido, isso nos levou a refletir que a suspensão do incentivo, pelo o governo, traria graves consequências não só para o produtor, mas também para a área da reserva. Dessa forma, 100% das famílias são contra a retirada do incentivo. Entretanto, percebe-se que em ambas as áreas, os impactos negativo citados são os mesmo, embora a proporcionalidade entre ambos

sejam diferentes. Entretanto, dentre dois em especial nos chamou a atenção nas áreas pesquisadas. No Seringal Amapá, 33% das famílias disseram que deixaram de cortar a borracha, enquanto no Seringal Nazaré, 41% disseram que o seringueiro ficaria mais pobre. Além desse, outros fatores como: queda na produção, aumento do desmatamento e queda na renda, estão entre os impactos negativos atribuídos à reserva, caso o subsídio seja suspenso. Conclui-se que o subsídio é visto não só como um fator de dependência econômico, mas também como social e ambiental pelos os moradores da reserva Chico Mendes, em ambos os seringais.

Também foram analisadas quais são as “**Vantagens**” e “**Desvantagens**” de ser um morador de Unidade de Conservação Ambiental. Para (95%) das famílias, as vantagens, estão principalmente, na acessibilidade aos programas de incentivo ao pequeno produtor familiar, a exemplos de PRONAF e FNO. Ser um morador da reserva dá mais credibilidade ao produtor, tornando-o acesso a esses programas mais acessíveis, uma vez que existem programas de apoio específico para o pequeno produtor familiar. Além desse, também foram citadas, outras vantagens, como: a tranquilidade, viver na floresta, e ser dono da terra. Ao contrario destas, para (20%) famílias, as desvantagens em ser um morador da reserva, estaria, principalmente, na ação de fiscalização dos órgãos gestores (estaduais e federais). A burocracia para a exploração dos recursos naturais e a ausência de posto de saúde na reserva, constituem-se nas principais desvantagens apontadas na reserva. Conclui-se de um modo geral, que morar na reserva, representa uma maior autonomia pessoal, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

A despeito da questão social e tudo que foi abordado ao longo desse processo de discussão em torno do subsídio, contata-se que na questão social o subsídio segue a mesma lógica descrita na questão econômica do subsídio. Apesar de o subsídio ter como principal objetivo a questão econômica, o mesmo não atende a política de produção imposta pelo mercado capitalista. Portanto é preciso compreender que para o pequeno produtor a satisfação pessoal coletiva torna-se bem mais importante do que o acumulo de bem de capital. Nesse sentido, não cabe a essa categoria de trabalhadores, o estigma identificados em algumas visões teóricas (Veiga e Abramovay) de que o campesinato não traz consigo nenhum compromisso social e teórico.

Dessa forma, a questão social atribuído ao pequeno produtor familiar faz parte do processo de formação dessa classe de trabalhadores rurais, retratada nos movimentos de luta pela posse da terra. Dai deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra pelos os camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil (Oliveira, 2001).

4.3 AMBIENTAL

No aspecto ambiental, o subsídio ao preço da borracha apresenta-se como uma forte aliada ao combate ao desmatamento na Resex Chico Mendes. A fixação do seringueiro em uma atividade ambientalmente sustentável diminui a pressão por desmate, passando naturalmente, a ter maior proteção sobre as áreas florestais na reserva.

No sistema de seringal o tamanho da propriedade é caracterizado pelo o número de estradas de seringueiras existentes na colocação. No Seringal Amapá, a média de hectares por família é de 800 hectares, enquanto que no Seringal Nazaré, a média é de apenas 400 hectares por família, metade da primeira área. Quanto ao tamanho da área desmatada, por colocação nos seringais, observa-se uma área relativamente maior da primeira, em relação à segunda pesquisada. No Seringal Amapá, a área desmatada por colocação ficou em 9 hectares, enquanto que no Seringal Nazaré, é de apenas 2 hectares por colocação.

Entretanto, nota-se que as áreas desmatadas são compatíveis com o tamanho da colocação, em ambos os seringais. Dessa forma, é perfeitamente justificável a constatação de uma área maior destampada no Seringal Amapá, uma vez que o tamanho médio de colocação é exatamente o dobro da área do Seringal Nazaré. No mais, observa-se ainda, com bem mais intensidade a prática de outras atividades produtivas complementares, a exemplo da agricultura e pecuária por parte dos moradores do Seringal Amapá. A diferença da área desmatada de um seringal para o outro, é de aproximadamente 22%.

Levando em consideração que cada morador poderá ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação para o uso de atividades produtivas complementares, tanto o Seringal Amapá quanto o Seringal Nazaré, não ultrapassaram o limite máximo permitido pela legislação da reserva. As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por colocação (PANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

Levando-se em consideração a área total desmatada nos seringais pesquisados, que é respectivamente de (3% e 6%), observa-se que os mesmos encontram-se dentro da classe legal de desmatamento acumuláveis de desmatamento que é de (3,6% - 7,0%) na área da Reserva Chico Mendes (SEMA, 2010).

O processo de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes, não consiste em uma tarefa fácil. Os instrumentos de gestão, como o Plano de Manejo e o Plano de Utilização, são instrumentos criados não só com objetivos de criar regras para o uso dos recursos naturais de

forma sustentável, mas também proporcionar um bom convívio entre os moradores que residem na unidade de conservação ambiental. O Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado (PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES, 2006).

Dessa forma, em relação ao conhecimento dos moradores a respeito dos referidos instrumentos de gestão (MP e PU), o estudo demonstra que grande parte das famílias, tem conhecimento sobre os mesmos na reserva. Dessa forma, constatou-se que (62,5% e 52,5%) das famílias entrevistadas tem conhecimentos sobre os referidos instrumentos. Entretanto, observou-se que (37,5% e 47%) dos moradores não tem conhecimento sobre os mesmos. Constata-se que um dos fatores identificado para o não conhecimento total do Plano de Manejo e plano de Utilização, está justamente na complexidade técnica atribuída aos mesmos, dificultando o entendimento profundo dos instrumentos de gestão. Além desse, a disponibilização de recurso humano (funcionário) especializado contribui diretamente para reforçar essa conclusão, uma vez que a quantidade de técnicos disponível é insuficiente para atender a demanda total da reserva.

Promover o desenvolvimento econômico com bases sustentáveis tem sido um dos principais desafios para a Reserva Chico Mendes, nos últimos anos. A prática de atividade considerada insustentável do ponto de vista ambiental tem avançado no interior da reserva. Dessa forma, do ponto de vista ambiental, a exploração da atividade da borracha, configura-se como uma das principais formas de conservação florestal na área da reserva Chico Mendes. Para (70%) dos moradores dos seringais pesquisados, a exploração da atividade da borracha pelos extrativistas, é considerada um serviço ambiental essencial à conservação da natureza na reserva.

A exploração da borracha não é somente vista como uma prática ambiental e/ou econômica, mas também, um “estilo de vida” característico da cultura extrativista na reserva Chico Mendes. Os serviços ambientais se referem aos serviços disponibilizados pelos ecossistemas, como a regulação climática, fluxo hidrológico, conservação da biodiversidade, conservação e regeneração dos solos, entre outros (NASI *et al.*, 2002; ROBERTSON e WUNDER, 2005; FAO, 2007; WUNDER, 2007).

Ainda nesse aspecto, nos seringais pesquisados Amapá e Nazaré, respectivamente, (100% e 80%) das famílias consideram a atividade da borracha como essencial à conservação florestal. Na concepção das famílias, quanto maior é a renda obtida com a borracha, maior também será o envolvimento das famílias na exploração da borracha. Essa afirmativa é

comprovada por 100% das famílias do Seringal Amapá, uma vez que os rendimentos obtidos com a comercialização do CVP tornam-se maiores que os rendimentos obtidos com o Látex no Seringal Nazaré.

Em contrapartida, em relação à contribuição do subsídio na conservação florestal, observa-se a mesma dinâmica, embora aconteça de forma inversa nos seringais pesquisados. Quanto maior o valor do subsídio, maior será a contribuição na conservação florestal. Essa afirmativa é comprovada respectivamente na opinião de (92% e 100) dos moradores nos seringais entrevistados.

Diferente do primeiro seringal, a maior afirmativa aqui identificada, refere-se ao segundo seringal, uma vez que os maiores rendimentos obtidos com atividade do látex, advêm do repasse do subsídio e, não da comercialização do produto, como foi constatado com a comercialização da borracha.

Quanto à prática da criação de animais, essa ocorre em 100% das propriedades visitadas. Dentre os de pequeno porte, o destaque é para a criação de aves (galinha), estando presente em 77% das propriedades. Já os animais de médio porte, a criação de suínos e ovinos representam respectivamente 27% e 25%. Quanto os de grande porte, principalmente o (boi), foi detectada sua presença em apenas 17% das propriedades visitadas, em ambos os seringais. Dessa forma, nota-se que a renda das famílias na Resex Chico Mendes é complementada com a criação de pequenos animais (CNS, 1992).

Apesar ter sido informada a criação do boi em apenas 17% das propriedades visitadas, observa-se a presença do mesmo em 100% das propriedades, embora a prática não seja considerada como pecuária extensiva pelos os moradores. No geral as famílias possuem de uma a três cabeças de gado, destinadas ao consumo das famílias, especialmente para o consumo do leite. O receio em declarar abertamente a prática da atividade, deve-se, principalmente, ao fato de que a mesma está associada a uma atividade prejudicial à reserva, do ponto de vista ambiental.

Contudo, há se considerar que a criação do boi na reserva, apresenta-se não somente como uma questão alimentar, mas também como uma questão de ordem econômica, já que o mesmo é visto pelas as famílias, como um investimento econômico (poupança), aonde a venda do mesmo dar-se em casos de extrema necessidade, a exemplo de doença na família, ou ainda, na compra de um bem de consumo (eletrodoméstico e/ou eletroeletrônico) a ser utilizado na propriedade pelas as famílias.

Quanto à ação de desmatamento ocorrido nos últimos anos na reserva, o mesmo tem se apresentado dentro dos padrões permitidos pelos órgãos de fiscalização. Para 55% dos moradores

dos seringais pesquisados, não houve aumento do desmatamento no interior da reserva. As ações de conscientização e fiscalização têm contribuído de forma efetiva para redução da ação de desmate na unidade de conservação ambiental. No entanto, essa visão não é compartilhada pelos outros 45% dos moradores, uma vez que o desmate acima do permitido pela a legislação ambiental, bem como o avanço da atividade da pecuária, têm contribuído diretamente para o aumento do desmate na Reserva Extrativista Chico Mendes nas últimas décadas.

Ainda nesse sentido, observou-se que algumas alternativas foram apontadas como medida preventiva na ação contra o desmatamento no interior da reserva. Dentre as medidas apontadas, a valorização econômica da borracha é compartilhada por 38% dos moradores nos seringais. Na Resex Chico Mendes, atividade da borracha é praticada por 45% das famílias. (SEMA, 2010). Além desse, a utilização de máquina agrícola na agricultura, é compactuada por 22% dos moradores. A utilização da máquina não está associada ao cultivo de grandes extensões de terra pelas famílias e, sim na reutilização de áreas anteriormente cultivadas com agricultura e, que se encontram abandonadas, mais conhecidas popularmente como áreas de capoeira. Dessa forma, evitaria que novas áreas fossem derrubadas para a prática do cultivo agrícolas anuais, uma vez que o desflorestamento para tal, constitui-se em prática comum na Reserva Chico Mendes.

Em relação ao uso da maquina no processo de produção agrícola faz-se necessário a explicação dessa prática, que é tida pela a grande maioria como uma pratica insustentável do ponto de vista ambiental, uma vez que a mesma é utilizada para cultivo de grandes áreas de terra, culminado na derrubada e grandes extensões de floresta.

Entretanto, observa-se que na visão do seringueiro o uso da maquina, constitui-se em uma prática sustentável do ponto de vista ambiental, uma vez que a utilização da mesmas não está ligado ao cultivo de grandes áreas agrícolas e, nem tão pouco o desflorestamento de novas as áreas de floresta e, sim na reutilização de áreas que encontram-se abandonadas pela a prática da atividade.

Dessa forma, a questão aqui a bordada apresenta-se não como uma prática insustentável, mas, sim como provável alternativa no combate as constate derrubadas da floresta, para o plantio do cultivo das culturas anuais.

CONCLUSÃO

Em nível de políticas públicas a criação da Lei 1.277 – Lei Chico Mendes, em 1999, foi sem dúvida a primeira a contemplar em sua essência questões econômicas, sociais e ambientais, para as famílias extrativistas residentes na área da Reserva Extrativista Chico Mendes. A criação do dispositivo legal surgiu junto com uma série de políticas públicas que o Acre começou a adotar para valorizar os produtos extrativistas, principalmente, a extração da borracha na região.

No âmbito da produção, a implementação do subsídio estadual permitiu a melhoria de preço da borracha, incentivando o retorno à extração de látex tanto dos seringueiros que viviam nas cidades quanto daqueles que mesmo residindo nos seringais que haviam abandonado esta atividade. Conseqüentemente, os níveis de emprego, renda e produção foram elevados substancialmente.

No âmbito social, permitiu a retomada do processo de organização social, que se encontravam adormecidos. As organizações sociais (associações/cooperativa e STRs), foram fundamentais para o processo de criação, regulamentação e implantação do subsídio na região, contribuindo para o processo de fortalecimento da gestão das organizações extrativistas na região. Além disso, permitiu a implantação e implementação de políticas públicas voltadas às questões educacionais, saúde e de infraestrutura básica, permitindo que as mesmas fossem direcionadas com mais frequência à população da Reserva Chico Mendes.

No âmbito ambiental, o incentivo contribui diretamente para a permanência das famílias extrativistas na floresta, evitando, assim, que áreas fossem derrubadas, ou ainda vendidas, que inevitavelmente as tornaria alvo de ações danosas ao meio ambiente, a exemplo, da pecuária e agricultura. É certo que não podemos mensurar o tamanho da contribuição ambiental do incentivo para a reserva, mas também não podemos deixar de reconhecer que o subsídio ajuda na conservação florestal. Dessa forma, as famílias que ali estão são responsáveis diretamente pela melhoria da qualidade de vida da região e, conseqüentemente, de todo o planeta.

Entretanto, a questão aponta para algumas fragilidades a respeito dessa modalidade de subsídio. Pressupõe-se que a exploração da atividade, esteja diretamente condicionada ao repasse do incentivo ao preço da borracha. Tais fragilidades refletem diretamente, não só nas questões econômicas, mas também nas questões sociais e ambientais afetando diretamente a população residente na reserva.

Entretanto, não se quer aqui, atribui ao “**subsídio**”, a culpa dessa constatação, ao contrário disso, o repasse do incentivo aos extrativistas, tem contribuindo de forma efetiva para o controle do desmatamento junto à reserva, ao longo de execução do programa. Levando-se em consideração a importância da Resex, dentro do crescente interesse que a problemática ambiental tem despertado, faz-se necessária a introdução de novas formas de manejo para exploração da borracha nativa, de forma que garanta não somente a sustentabilidade ambiental, mas principalmente a sustentabilidade econômica na Reserva Chico Mendes.

Considera-se como pertinente a retomada da política pública da experimentação das IAPs na categoria de reserva, que se constitui na racionalização do extrativismo vegetal por intermédio de pequenos plantios de espécies florestais, especialmente da seringueira, no seio da floresta.

Nesse sentido, a racionalização da atividade da borracha permitirá a alteração dos preços relativos desse tipo de produção que, por um lado, aumentará a produtividade do trabalho – consequentemente, diminuindo os custos e aumentando a produção – e, por outro lado, aumentará os rendimentos auferidos com a comercialização dos produtos oriundos desse processo. A proposta das IAPs tem como característica fundamental utilizar nos plantios sementes de árvores selecionadas nos próprios seringais, o fator característico a produção nativa. Além disso, a aplicabilidade desse tipo de sistema, só se torna viável em grandes extensões de terra, como no caso das reservas extrativistas.

Estudos apontam que o plantio da seringueira em pequenas áreas de floresta natural é a alternativa mais viável para o aumento da produtividade na região Amazônica. Além disso, a proposta apresenta um aspecto fundamental: a incorporação da tecnologia no processo produtivo da borracha nos seringais.

Uma segunda alternativa aqui defendida é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos seringueiros, uma vez que a atividade por ele praticada é responsável por uma boa parcela da conservação florestal existente na Reserva Extrativista Chico Mendes. A conservação da floresta amazônica constitui-se em um dos elementos fundamentais para o processo de regulamentação climática no planeta.

Esse tipo de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) vêm se difundindo rapidamente no Brasil e já há muitas lições aprendidas por parte dos implementadores. A partir do retorno econômico proporcionado pelo PSA, os extrativistas além de reduzir ou eliminar práticas produtivas que interfiram negativamente sobre a área florestada, ainda o

estimulam a desenvolver outras atividades ligadas à diversidade proporcionada pela cobertura florestal na área da reserva.

Nas últimas décadas a questão do (PSA) tem sido vista não somente como um instrumento voltado a conservação da florestal, cujos ecossistemas são importantes e valiosos, mas também, como um instrumento econômico, capaz de promover melhores condições de vida às populações rurais, muitas vezes desprovidas de desenvolvimento.

Neste contexto, o instrumento econômico do PSA tem ganhado seu potencial de, não somente apoiar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais, mas também de melhorar a qualidade de vida de pequenos produtores rurais em áreas de florestas tropicais.

No mais, entende-se para que de fato a sustentabilidade ambiental aconteça, faz-se necessária a aplicabilidade de políticas públicas efetiva, que complemente não somente as questões ambientais, mas principalmente, as questões econômicas, proporcionado assim, mais justiça social a esse conjunto da população residente na unidade de conservação ambiental, denominada de Reserva Extrativista Chico Mendes.

De um modo geral, a atividade econômica da borracha, tem um importante papel do ponto de vista econômico, social e ambiental não só para as famílias produtoras de borracha, mas também para a manutenção da área da unidade de conservação ambiental.

Economicamente, a exploração da borracha é a única atividade que ainda garante as famílias algum tipo de retorno em termo de recurso financeiro. Para essa classe de trabalhadores a sustentabilidade econômica da borracha não estar necessariamente na mudança de relações de trabalho, ou ainda, na forma de manejo da borracha e, sim, na garantia mínima de sua satisfação pessoal, necessários a sobrevivência das famílias extrativistas.

Nesse sentido, apesar da borracha não ser autossuficiente do ponto de vista econômico, não se pode dizer que a prática da atividade da borracha, não tenha sua parcela de contribuição para a sustentabilidade econômica das famílias produtoras de borracha residente na área da reserva Chico Mendes.

Socialmente, a atividade da borracha é responsável pelo processo de formação cultural dessa categoria de trabalhadores, aqui abortado ao longo desse trabalho. Dessa forma, o processo de construção dessa nova categoria de camponesa originou-se a partir da exploração da borracha na região.

A continuidade da atividade da borracha pelo seringueiro ao longo do tempo, é responsável por inúmeras conquistas “sociais”, conquistas essas, que vão desde o processo de

criação da própria reserva extrativista e/ou criação e implementação de política públicas direcionada a melhoria das condições de vida das populações tradicionais.

Em termo ambiental, comprovadamente, a atividade da borracha apresenta-se como atividade econômica que menos causam impacto ao meio ambiente. A sustentabilidade da atividade está principalmente, na manutenção da floresta, uma vez que a exploração da borracha, não resulta em danos ambientais, como desflorestamento, a exemplos da agricultura e pecuária. A manutenção da floresta em decorrência da prática da atividade é sem dúvida o maior benefício gerado a partir da exploração da borracha na área da Resex Chico Mendes.

Portanto é preciso compreender que atividade da borracha ainda tem um importante papel a ser cumprido no âmbito econômico, social e ambiental, não só para essa categoria de trabalhadores extrativistas, mas também para a sociedade civil como um todo.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, **que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre**. Diário Oficial, nº 7.444, de 13 Jan. 1999.

ACRE. Decreto nº 868 de 05 de julho de 1999, que regulamenta a Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, **que estabelece a subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre**. Diário Oficial, 05 Jul. 1999.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Plano Resex Sustentável**. SEMA, 2010.24p.

ALEGRETTI, M.H. **Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 5-23, 1992.

ACRE. **Análise do Setor de Borracha Natural**. Reunião Extraordinária do CONDEL/SUDAM, Rio Branco – Ac, nov, 1975. Série 23.

ALEGRETTI, M. H. **Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**/Mary Helena Alegretti, Brasília, DF, 2002. (Tese de doutorado).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO MERCADO DA BORRACHA; 1986. Brasília, v. 2, n. 2, 1986.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO MERCADO DA BORRACHA; 1987. Brasília, v. 3, n. 3, 1987.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO MERCADO DA BORRACHA; 1988. Brasília, v. 5, n. 5, 1988.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO MERCADO DA BORRACHA; 1989. Brasília, v. 6, n. 6, 1989.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO MERCADO DA BORRACHA; 1991/1993. Brasília, v. 8/10, 1995.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.497 de 12 de agosto de 1997, **Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural**. Diário Oficial, 13 Ago.1997.

BRASIL. Lei nº 11.775, de setembro de 2008, **permitiu a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal**. Diário Oficial da União, 17 de Set. 2008.

BRASIL, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2006. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, **estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação**. Diário Oficial da União, Brasil.

CAVALCANTI, F.C.S. **A política Ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas**/ Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Conselho Nacional do Seringueiro – CNS, III Encontro Nacional dos Seringueiros: Rio Branco: CNS-Sede Nacional, 1992.29p. (26 a 29 de março de 1992).

Commodities. Disponível em: <http://www.redeagro.org.br/glossario/Gloss%C3%A1rio-1/C/Commoditis-31/>. Acesso em: 20/06/2012

COOPERATIVA DE TRABALHO DO ACRE. **Projeto Construção Participativa e Sustentabilidade Hídrica**. COOTAC, 2010.56p.

CHAYANOV, A.V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos - não capitalistas**, Bueno Aires: Nueva Visión, 1974 (Tradução para o português: Manuel Villaverde Cabral, 1ª edição original em 1925).

CARDOSO, E.R. **Subsídio – Um Instrumento Econômico de Política Ambiental: Usos e Limitações**. UFMT, 1989. Dissertação (Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente) - Universidade Federal de Brasília, 2008.

Diagnóstico Socioeconômico dos Sistemas de Produção Familiar Rurais do Estado do Acre-ASPF, período 1996/2006. Coordenação Raimundo Cláudio Gomes Maciel – Rio Branco: Edufac, 2011.

DIEGUES, A C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP, 2001. 95p.

FADELL, M. J. S. **Viabilidade Econômica das Reservas Extrativistas Vegetais da Amazônia**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais – Brasil. Dezembro de 1997. Dissertação de Mestrado.

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE - FUNTAC. Central de geoprocessamento e sensoriamento remoto do Estado do Acre: **desmatamento e uso atual da terra**. Rio Branco, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991. 248 p.

GARCIA, A.R., HERADIA, B.A. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de e produção social - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HOMMA, A.K.O. **A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia**. Viçosa: UFV, 1989. 575 p. Tese (Doutorado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1989.

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Xapuri: Superintendência do IBAMA no Estado do Acre, Dez de 2006. 91 p.

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio Branco: documento síntese – Escala 0 a 20 km, IBGE, 2010.

MAHAR, D.J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia** - uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 259 p.

MARTINELLO, P. A. **“batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico.** São Paulo: USP, 1985. 368 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1985.

MACIEL, R. C. G. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros na reserva extrativista Chico Mendes/** Raimundo Claudio Gomes Maciel. – Campinas, SP: [s.n.], 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade/** Maria de Nazareth Baudel Wanderley – CPDA/UFRJ, 2004.

MONTYSUMA, M. F.F. **Senhores da mata: experiências extrativistas na RESEX Chico Mendes – Xapuri (1983/2002).** São Paulo: PUC, 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MOREIRA, R. C. S. **Descrição da cadeia produtiva do Látex e o óleo de Copaíba.** editado por Rodrigo César Silva Moreira, Carlos André da Silva Müller e Haroldo Cristovam Teixeira Leite. Rondônia, 2011.

NASI, R. W.S., Campos, J. J (2002). **Forest ecosystem services: can they pay our way out of deforestation, Costa Rica:** GEF.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil/**Ariovaldo Umbelino de Oliveira 4.ed – caminhos da Geografia. São Paulo, 2001.

PAULA, J. A. **Notas Sobre a Economia da Borracha no Brasil.** Estudos Econômicos, São Paulo, v.12, p. 63-93, abr. 1982.

Portaria, nº 627, de 30 de julho de 1987 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA: **Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. 1987.**

RAMOS, C. A. **Programa de garantia de renda. Brasília,** DF: IPEA,1994.

SEAPROF. Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar. **Relatório de cumprimento das atividades da subvenção econômica Estadual e Federal.** Rio Branco – AC, 2002.

SILVA, J. O., S. R. G. **Avaliação econômica da política de subsídio sobre a produção de borracha natural no período 1999 a 2006.** UFAC, Dep.de Economia, Rio Branco, 2006.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana/** Silvio Simione da Silva. – Presidente Prudente: [s.n], 2004.

SOUZA, C. A. A. **História do Acre: Novos temas, nova abordagem.** Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Sousa, 2002, 212p.

TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INI./ Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979, 428p. v.I.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário estruturado realizado nas entrevistas



1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR:

Nome: _____ Idade _____
 Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
 Mora com quantas pessoas (unidade familiar): () 1 () 2 () 3 () 4 () acima de 4
 Categoria: () agricultor familiar; () extrativista; () criador de gado () outro,
 especificar _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE:

UC: _____ Município _____ Data ____/____/____
 Seringal: _____ Colocação: _____
 Quanto tempo mora no seringal: _____

3. DADOS GERAIS DO PRODUTOR

3.1 Econômicos

3.1.1 Quais as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade ordem de prioridade:

Extrativismo: 1 a 3 () Borracha () Castanha () Outros _____

Agricultura: 1 a 4 () Arroz () Feijão () Milho () Outros _____

Criação de Animais: 1 a 5 () Galinha () Porco () Carneiro () Boi () Outros _____

3.1.2 Existe outra fonte de renda (bolsa família, aposentadoria) na família? () sim () não
 Qual? _____

3.1.3 Qual a renda média obtida a partir da(s) atividade(s) produtiva(s) realizada(s):

- () abaixo de um salário mínimo. Quanto? _____ Periodicidade? _____
 () na média de um salário mínimo. Periodicidade? _____
 () acima de um salário mínimo. Quanto? _____ Periodicidade? _____
 () não obtém renda

3.1.4 Quanto é o custo médio de produção com a(s) atividade(s) produtiva(s) realizada(s), exceto borracha?

- () até R\$ 100,00. Qual periodicidade? _____
 () entre R\$ 100,00 a R\$ 300,00. Qual periodicidade? _____
 () entre R\$ 300,00 a R\$ 500,00. Qual periodicidade? _____
 () acima de R\$ 500,00. Qual periodicidade? _____
 () outros

3.1.5 O que faz com a renda média obtida a partir da(s) atividade(s) produtiva(s) realizada(s)?

- () investe uma parte na(s) atividade(s) produtiva(s) realizada(s). Quanto? _____
 () utiliza totalmente para sustento da família
 () utiliza parcialmente para sustento da família
 () compra outros produtos. Quais? _____
 () investe na conservação florestal. Quanto? _____

3.1.6 Do ponto de vista econômico, você acha que a(s) atividade(s) produtiva(s) realizada(s) contribuem para:

- () priorizar essencialmente o sustento da família
 () degrada o meio ambiente, mais ajuda no sustento familiar
 () aumenta o cuidado para conservação visando a sustentabilidade da minha área
 () não interfere no meio ambiente
 () outros. Quais? _____



3.1.7 Já trabalhou com a borracha? () sim () não

Por que parou? _____

3.1.8 Já ouviu falar do subsídio estadual da borracha? () sim () não

3.1.9 Acha que é mais vantagem trabalhar com agricultura sem subsídio ou com a borracha com subsídio?

() sim () não

Por quê? _____

3.1.10 Acha que é melhor criar gado sem subsídio ou a borracha com subsídio? () sim () não

Por quê? _____

3.1.11 Acha que o subsídio contribui para a preservação ambiental da Resex? () sim () não

Por quê? _____

4. DADOS DO SOCIAL

4.1 Quantas pessoas trabalham na família? () 1 () 2 () 3 () 4 () todos trabalham

4.2 Existe escola no seringal? () sim () não. Por quê? _____

4.4 Existe posto de saúde no seringal? () sim () não. Por quê? _____

4.5 Existe algum programa ou ação do estado sendo desenvolvido no seringal (Resex)? () sim () não

Qual (s)? _____

4.6 Participa de algum programa ou ação do estado? () sim () não

Por quê? _____

4.7 Aprova os programas ou ações do estado na Resex? () sim () não

Por quê? _____

4.8 Acha que os programa ou ações trouxeram benefício como: educação, saúde e ramais para Resex?

() sim () não

Por quê? _____

5. DADOS DA BORRACHA

5.1 Qual o volume anual de produção (kg/Lt) na comunidade?

Borracha/Látex: _____ Periodicidade: _____

5.2 Qual renda anual bruta obtida com a borracha?

Borracha/Látex: _____ Periodicidade: _____

5.3 Qual o preço do produto comercializado?

Borracha/Látex: _____ Periodicidade: _____

5.4 Acha justo o valor pago pelo (kg /litro) da borracha? () sim () não

Por quê? _____

5.5 Qual seria o valor ideal pago para kg da borracha? R\$ _____

Por quê? _____



5.6 Acha que compensa trabalhar com a borracha? () sim () não

Por quê? _____

5.7 Gostaria de trabalhar em outra atividade produtiva? () sim () não

Qual? _____

5.8 Como é considerada a renda obtida com a borracha? () principal () complementar?

Por quê? _____

5.9 Quanto é o custo médio de produção com a borracha? R\$ _____ Qual a periodicidade? _____

5.1 Acha que a produção de borracha é um serviço ambiental prestado a floresta? () sim () não

Por quê? _____

6. DADOS DO SUBSÍDIO DA BORRACHA

6.1 Recebe subsídio estadual da borracha? () sim () não, Há quanto tempo? _____

6.2 Qual o valor do subsídio R\$ _____

6.3 Acha que o subsídio é importante para composição do preço da borracha? () sim () não

Por quê? _____

6.4 Acha que o valor do subsídio compensa o trabalho para produzir a borracha? () sim () não

Por quê? _____

6.5 Qual seria o valor ideal subsídio? R\$ _____

Por quê? _____

6.6 Acha que o subsídio tem que ter valor diferenciado por produto? () sim () não

Por quê? _____

6.7 Acha que o programa de subsídio trouxe alguma benefício para Resex? () sim () não

Qual? _____

6.8 Acha que o subsídio contribui para melhorar a vida da família? () sim () não

Em quê? _____

6.9 O Subsídio melhora a renda total obtida () sim () não, Em quanto? _____

6.10 Como é utilizado o valor do subsídio pela família?

R _____

6.11 Acha que o subsídio contribui para a preservação da floresta? () sim () não

Por quê? _____

6.12 Qual a sua satisfação com o subsídio da borracha de 1 a 5? _____

Por quê? _____



6.13 O que aconteceria se governo deixasse de pagar o subsídio?

R _____

7. DADOS DO MEIO AMBIENTE

7.1 Qual o tamanho da sua colocação? _____

7.2 Qual/ha área desmatada na colocação? _____

7.3 Tem área de reserva legal () sim () não, Quanto? _____

7.4 Acha que sua atividade produtiva prejudica o meio ambiente? () sim () não,
Por quê? _____

7.5 Conhece o plano de utilização da Resex? () sim () não,
Por quê? _____

7.6 Conhece o documento de concessão de uso da Resex? () sim () não,
Por quê? _____

7.7 Conhece o plano de manejo da Resex? () sim () não,
Por quê? _____

7.8 Acha que o desmatamento aumentou na Resex nos últimos anos? () sim () não,
Por quê? _____

7.9 Em sua opinião o que deveria ser feito para a preservação da floresta?
R _____



7.10 Acha que tem vantagens em ser um morador de uma UC? () sim () não,
Qual (s)? _____

7.11 Acha que tem desvantagens em ser um morador de uma UC? () sim () não,
Qual (s)? _____

7.13 Em sua opinião o que poderia ser feito para diminuir o desmatamento no seringal (Resex)?
R _____

ANEXO 2: Guia de Pagamento do Subsídio

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 062 DE 10 FEVEREIRO 2009

		Estado do Acre Secretaria de Estado da Fazenda Diretoria de Administração Tributária CNPJ: (MF) 04.034.484/0001-40 - Insc. Est.: 01.000.001/001-17 Rua Benjamin Constant, 946 - Centro - Fone: (0xx68) 3213-2100 CEP: 69.900-160 - Rio Branco - Acre			AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE Nº 18781	
		Nome da Associação			Data da Emissão	
Endereço						
Município				Estado ACRE		
Produtor				CPF		
Endereço / Localização						
Destinatário				Inscrição Estadual		
Endereço				CNPJ		
Peso (Kg)	Tipo de Produto	Preço do Produto (Kg)	Preço Total	Valor do Subsídio (Kg)	Valor Total do Subsídio Pago	
Data da Saída	Peso	Data do Recebimento			Valor Total dos Produtos	
					Valor Total dos Subsídios	
Transporte:						
Observações:						
1ª Via (Branca) Destinatário da Mercadoria - 2ª Via (Verde) SEAPROF 3ª Via (Amarela) SEFAZ/Bloco - 4ª Via (Rosa) Produtor - 5ª Via (Azul) Associação						
<small>P. R. A. FERREIRA - EPP - Inscrição Estadual: 01.017.215/0001-66 - CNPJ: 07.403.506/0001-90 - Rua Leblon, 711 - Floresta - Imprimiu 500 Talões de NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE 30X5 vias de 18001 à 33000 - Aut. 0419/2012 de 27/02/2012 - Dept. de Renda da SEFAZ de RIO BRANCO - Acre / Notas válidas se emitidas até 27/02/2015</small>						

ANEXO 3: Lei nº 1.277 de 13 de Janeiro de 1999.

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 868 DE 05 DE JULHO DE 1999.

“REGULAMENTA A LEI 1.277, DE 13 DE JANEIRO DE 1999, QUE ESTABELECE A SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL BRUTA.”

O Governador do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 78 da Constituição Estadual.

DECRETA:

CAPÍTULO – I**DO OBJETIVO**

Art. 1º - Fazem jus à subvenção econômica de que trata o artigo 1º da Lei nº 1.277/99, os produtores de borracha natural bruta, que preencham os seguintes requisitos:

- I – Utilize o seu trabalho direto e o de sua família na área de produção;
- II – Não empregue mão-de-obra permanente, recorrendo apenas eventualmente à mão-de-obra de terceiros;
- III – Resida na área de produção;
- IV – Tenha como única fonte de renda a originária da exploração agropecuária (agroextrativista) e/ou extrativa vegetal;
- V – Dedique-se à atividade agroextrativista e esteja vinculado às respectivas organizações de produtores.



ESTADO DO ACRE

Parágrafo primeiro: A subvenção econômica será paga aos produtores de borracha natural bruta referidos no caput, através das organizações de produtores, devidamente cadastradas junto à Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE.

Parágrafo segundo: Consideram-se organizações de produtores, para os efeitos deste Decreto, as Associações e Cooperativas legalmente constituídas e compostas pelos membros citados no parágrafo anterior, que comercializem borracha natural bruta.

Parágrafo terceiro: As organizações de produtores, bem como sua Diretoria Executiva, deverão ser compostas integralmente por produtores primários agroextrativistas.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO E DOS CONVÊNIOS

Art. 2º - A Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo, cadastrará as organizações de produtores interessadas em participar do programa de subvenção, após apresentação da documentação exigida.

Art. 3º - A Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo promoverá convênios com as organizações de produtores, devidamente cadastradas, para disciplinamento da subvenção pretendida.

Art. 4º - O Governo do Estado, através da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, promoverá, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste Decreto, celebração de convênio com o Banco da Amazônia S. A. BASA para o repasse e aplicação dos recursos de que trata a Lei 1.277/99.

Art. 5º - Caberá a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo, dentro de 30 (trinta) dias, instituir um Conselho Consultivo do Programa de Subvenção Econômica da Borracha, com atribuições específicas de consultoria/assessoria à subvenção econômica de que trata este decreto.

Art. 6º - O documento de saque de que trata o Artigo anterior será expedido pela Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo, mediante apresentação pela organização de produtores de nota fiscal de venda da produção, emitida à usina de beneficiamento ou à Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Garantia da Produção – SEATER – GP nos municípios e/ou regionais onde não há canal de comercialização para as usinas, e relação de sócios com respectivas quantidades compradas.



ESTADO DO ACRE

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 7º - O valor da subvenção será de até R\$ 0,40 (quarenta centavos) por quilo de borracha natural bruta.

Art. 8º - Os valores referentes a subvenção econômica de que trata este Decreto, serão repassados às organizações de produtores, pelo agente financeiro, Banco da Amazônia – BASA, mediante apresentação de ordem de pagamento expedida pela SEFE.

Art. 9º - Mediante estimativa de produção, efetuado no ato do cadastramento das organizações junto à Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, o Governo do Estado do Acre repassará os recursos em conformidade com dotação orçamentária específica, ao Banco da Amazônia S. A. BASA, que os manterá em conta específica para os fins estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO V

DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 10 – Caberá à Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, o monitoramento do fluxo operacional dos recursos, designando equipes técnicas de acompanhamento, qualificada para promover a capacitação dos produtores e fiscalização do percurso dos valores, previstos na Lei nº 1.277/99, conforme fluxo operacional estabelecido no Anexo I deste Decreto.

Art. 11 - O monitoramento e fiscalização de que trata este capítulo, refere-se ao acompanhamento do fluxo de produção e comercialização da produção gumífera nos seguintes termos:

- I – O produtor vende/repassa sua produção para sua organização;
- II – A organização mantém registro contábil das operações realizadas com cada associado;
- III – Em posse da produção, a organização vende-a para a usina de beneficiamento, mediante emissão de nota fiscal;
- IV – Nas localidades onde não haja usinas, a venda da produção será realizada para a Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Garantia da Produção, mediante o mesmo processo do inciso anterior;



ESTADO DO ACRE

V – Com a respectiva nota fiscal, a organização dirigir-se-á a SEFE, que expedirá ordem de pagamento à instituição bancária conveniada.

VI – As organizações de produtores repassarão aos produtores de borracha natural bruta o pagamento da subvenção econômica de que trata este Decreto, de acordo com a apresentação da Nota de venda de produção.

Art. 12 – A gestão dos convênios previstos nos artigos 3º e 4º do presente decreto será de responsabilidade da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE;

Art. 13 – A celebração dos convênios obedecerá os termos da Lei nº 1.277/99, as disposições deste Decreto e demais normas vigentes.

Art. 14 – Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, após parecer do Conselho Consultivo do Programa de Subvenção Econômica da Borracha, que expedirá orientação normativa.

Parágrafo primeiro: O Conselho Consultivo de que trata o caput deste artigo, será formado pelas entidades representativas de classes dos produtores familiares de borracha natural bruta, definidos no Artigo 1º desse Decreto, e terá um prazo de 60 (sessenta) dias, para edição de seu Regimento Interno que será submetido à apreciação do Secretário Executivo de Florestas e Extrativismo.

Parágrafo segundo: as entidades representativas de classes dos produtores familiares de borracha natural bruta de que trata o Parágrafo anterior são o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Acre (FETACRE) e a União das Nações Indígenas (UNI).

Art. 15 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco-AC, de de 1999, 111º da Rep., 97º do Tratado de Petrópolis e 38º do Estado do Acre.

JORGE VIANA
Governador do Estado do Acre

ANEXO 4: Decreto nº 868 de 05 de julho de 1999.

ESTADO DO ACRE

LEI Nº 1.277 DE 13 DE JANEIRO DE 1999.

“Dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais de borracha natural bruta, no valor de até R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por quilo, podendo ser corrigido e atualizado através de decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A subvenção econômica será regulada por decreto do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes com a subvenção econômica, criado no artigo anterior, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual, Órgão 1600, Unidade Orçamentária 1620, Programa/Projeto 04401831.035, Elemento de Despesa 3212.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades nacionais e internacionais, objetivando fomentar a produção de borracha.

Art 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as decisões em contrário.

Rio Branco – AC, 13 de janeiro de 1999, 111º da República, 97º do Tratado de Petrópolis e 38º do Estado do Acre.

Jorge Viana
Governador do Estado do Acre

ANEXO 6: Autorização SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 32859-1	Data da Emissão: 07/02/2012 00:15
Dados do titular	
Nome: Maria do Socorro Saraiva da Silva	CPF: 322.085.702-78
Título do Projeto: O Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições sócio-ambientais	
Nome da Instituição : Cooperativa de Trabalho do Acre	CNPJ: 04.412.041/0001-46

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Aplicação dos questionários no seringal Filipinas e Nazaré	03/2012	07/2012
De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.			

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Deverá haver comunicação prévia das datas de aplicação dos questionários à chefia da UC; Deverá ser entregue uma via impressa da pesquisa ao ICMBio local.
---	---

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	XAPURI	AC	RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 44683751



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 32859-1		Data da Emissão: 07/02/2012 00:15	
Dados do titular			
Nome: Maria do Socorro Saraiva da Silva		CPF: 322.085.702-78	
Título do Projeto: O Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições sócio-ambientais			
Nome da Instituição : Cooperativa de Trabalho do Acre			CNPJ: 04.412.041/0001-46

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº154/2007, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 44683751



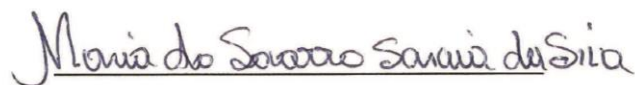
Página 2/2

ANEXO 7: Termo de responsabilidade do pesquisador**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR / ORIENTADOR**

Declaro que respeito e tenho pleno conhecimento dos procedimentos éticos que envolvem a execução deste Projeto de Pesquisa "**O Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições sócio-ambientais**" que será desenvolvido na RESEX Chico Mendes, localizada nos municípios de Brasiléia e Xapuri, ACRE.

Maria do Socorro Saraiva da Silva – Pesquisador
Lorena San Román (Dr.^a) – Orientadora

Rio Branco-Acre, 25 de junho 2012.


Assinatura

ANEXO 8: Autorização CEP

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCT/PR

PROJETO DE PESQUISA

Título: "O Programa de Subsídio Estadual da Borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições sócio-ambientais".

Área Temática:

Pesquisador: Maria do Socorro Saraiva da Silva

Versão: 2

Instituição: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -
INPA/MCT/PR

CAAE: 00784212.5.0000.0006

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 46317

Data da Relatoria: 28/06/2012

Apresentação do Projeto:

O presente projeto pretende observar como o Programa de Subsídio Estadual da Borracha tem contribuído para melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem na RESEX Chico Mendes e de que forma o mesmo tem auxiliado na preservação desta Unidade de Conservação. O projeto está bem organizado e seu referencial teórico metodológico adequado

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como o Programa de Subsídio Estadual da Borracha tem contribuído para melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem na RESEX Chico Mendes e de que forma o mesmo tem auxiliado na preservação desta Unidade de Conservação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram esclarecidos como solicitado no parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é do tipo qualitativa-quantitativa. Segundo a pesquisadora serão aplicados questionário para 50% dos moradores adultos (de ambos os sexos) da RESEX (33 extrativistas e 32 agricultores totalizando 65 sujeitos). Serão selecionadas duas áreas com grande potencial produtivo. Também serão analisados documentos relacionados a RESEX (Relatórios, leis, decretos, cartilhas entre outros)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A anuência da instituição foi apresentada como solicitada

Recomendações:

O cronograma foi ajustado como solicitado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram esclarecidas e atendidas

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

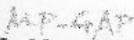
Considerações Finais a critério do CEP:


O CEP/INPA considerou seu projeto devidamente apresentado e com as pendências atendidas por isso resolveu aprová-lo.


MANAUS, 28 de Junho de 2012

Assinado por:
Suely de Souza Costa

ANEXO 9: Ata da defesa


MPPGAP
 GESTÃO Mestrado Profissional
 DE ÁREAS PROTEGIDAS
 NA AMAZÔNIA


 Ministério de Ciência e Tecnologia
 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia


INPA
 INSTITUTO NACIONAL DE
 PESQUISAS DA AMAZÔNIA

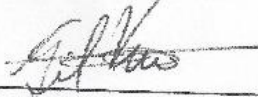
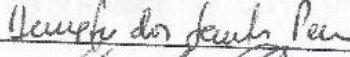
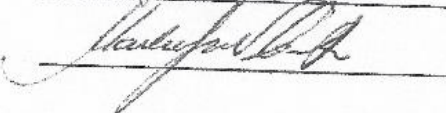
ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
 MESTRADO DE DISCENTE DO MESTRADO
 PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ÁREAS
 PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA DO
 INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA
 AMAZÔNIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2013, às 15:00 horas, na sala de aula da Pós-Graduação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros Titulares: **Dr. Gil Vieira**, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, **Dr. Henrique dos Santos Pereira**, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, **Dr. Manoel de Jesus Vieira Lima Júnior**, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, sob a presidência do primeiro, afim de proceder a arguição pública do **Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado** da aluna **Maria do Socorro Saraiva da Silva**, intitulado "Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais", sob a orientação da Dra. Lorena San Román - UCI e co-orientação: **Dr. Silvio Simione da Silva** - UFAC.

Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora tendo recebido o conceito final:

APROVADA
 REPROVADA
 POR UNANIMIDADE
 MAIORIA

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes membros da Comissão Examinadora:

Dr. Gil Vieira 
Dr. Henrique dos Santos Pereira 
Dr. Manoel de Jesus Vieira Lima Júnior 

Observações:

NA VERSÃO FINAL ORGANIZAR OS DADOS COMPARATIVAMENTE, ACRESCENTAR
 O HISTÓRICO DO DEBATE DA BORRACHA, POSICIONAR-SE TEÓRICAMENTE E PERSPECTIVAR
 SOBRE A NATUREZA E IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUSA, O DEBATE
 NEMOSO VAMOS INCENTIVAR. EXPLICAR AS DIFERENÇAS NOS PADRÕES DE RECEPÇÃO
 ENTRE OS DOIS GRUPOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INPA - PPG-INPA
 Av. André Araújo, 2936 - Bairro: Aleixo - Caixa Postal: 478 - CEP: 69.060-001, Manaus - Amazonas - BRASIL
 Fone: (+55) 82 3643-1926 site: <http://pg.inpa.gov.br> - e-mail: mppgap.am@inpa.gov.br